

Veículo: G1	
Data: 04/05/21	



Vinte e seis candidatos aprovados no concurso para auditor fiscal da Sefaz-BA são convocados; confira detalhes

A lista dos nomeados será publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quarta-feira (5).

Por G1 BA

04/05/2021 19h29 Atualizado há 14 horas



Governador anuncia nomeação de mais de 26 aprovados no concurso para auditor fiscal da Sefaz-BA — Foto: Divulgação

Vinte e seis pessoas aprovadas no **último concurso público para auditor fiscal** da Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz-BA) serão

nomeados para ocupar o cargo, de acordo com o governador Rui Costa. O anúncio foi feito na noite desta terça-feira (4), durante o Papo Correria, encontro virtual em que o gestor responde a perguntas da população em uma transmissão online.

A lista dos nomeados será publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) na quarta-feira (5). Segundo o governo estadual, esta é a terceira nomeação para o certame realizada pela Bahia. Em setembro de 2020, foram contemplados 25 candidatos e, em janeiro deste ano, outros 20 foram nomeados. Ao todo, todos os 77 candidatos aprovados no concurso foram nomeados.

As nomeações contemplam 10 candidatos para a área de Administração, Finanças e Controle Interno; seis para o setor de Tecnologia da Informação; e outros 10 candidatos para atuar na Administração Tributária, incluindo aprovados nas cotas destinadas a negros e pessoas com deficiência. O decreto de nomeação também estará disponível no **Portal do Servidor**.

Feito pelas secretarias da Administração (Saeb) e da Fazenda (Sefaz-BA), o **concurso foi lançado em fevereiro de 2019, sob a organização da Fundação Carlos Chagas (FCC)**. O resultado final e a homologação do certame foram divulgados no dia **17 de dezembro do mesmo ano**. O concurso público tem validade de um ano, podendo ser renovado por igual período.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 04/05/21	



GOVERNADOR NOMEIA MAIS 26 NO CONCURSO DA SEFAZ-BA



admin 4 Maio, 2021

O governador Rui Costa anunciou na noite desta terça-feira (4), durante o Papo Correria, a nomeação de mais 26 aprovados no último concurso público para auditor fiscal. A lista dos nomeados será publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quarta-feira (5). Esta já é a terceira nomeação para o certame realizada pelo Estado. Em setembro de 2020, foram contemplados 25 candidatos e, em janeiro deste ano, outros 20. Com a medida atual, fica concluída a nomeação de todos os 77 candidatos aprovados no concurso.

As nomeações contemplam 10 candidatos para a área de Administração, Finanças e Controle Interno; seis para o setor de Tecnologia da Informação; e outros 10 candidatos para atuar na Administração Tributária, incluindo aprovados nas cotas destinadas a negros e deficientes. O decreto de nomeação também estará disponível no Portal do Servidor (www.portaldoservidor.ba.gov.br).

Iniciativa conjunta das secretarias da Administração (Saeb) e da **Fazenda (Sefaz-BA)**, o concurso foi lançado em fevereiro de 2019, sob a organização da Fundação Carlos Chagas (FCC). O resultado final e a homologação do certame foram divulgados no dia 17 de dezembro do mesmo ano. O concurso público tem validade de um ano, podendo ser renovado por igual período.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 04/05/2021	
Cita a Sefaz-Ba	



Governo anuncia nomeação de mais 26 aprovados no concurso para auditor fiscal da Sefaz-BA

4 maio 2021



Fotos: Pedro Moraes/GOVBA

O governador Rui Costa anunciou na noite desta terça-feira (4), durante o Papo Correria, a nomeação de mais 26 aprovados no último concurso público para auditor fiscal. A lista dos nomeados será publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quarta-feira (5).

Esta já é a terceira nomeação para o certame realizada pelo Estado. Em setembro de 2020, foram contemplados 25 candidatos e, em janeiro deste ano, outros 20. Com a medida atual, fica concluída a nomeação de todos os 77 candidatos aprovados no concurso.

As nomeações contemplam 10 candidatos para a área de Administração, Finanças e Controle Interno; seis para o setor de Tecnologia da Informação; e outros 10 candidatos para atuar na Administração Tributária, incluindo aprovados nas cotas destinadas a negros e deficientes. O decreto de nomeação também estará disponível no [Portal do Servidor](#).

Iniciativa conjunta das secretarias da Administração (Saeb) e da **Fazenda (Sefaz-BA)**, o concurso foi lançado em fevereiro de 2019, sob a organização da Fundação Carlos Chagas (FCC). O resultado final e a homologação do certame foram divulgados no dia 17 de dezembro do mesmo ano. O concurso público tem validade de um ano, podendo ser renovado por igual período.

Fonte: Ascom/Saeb

Governo anuncia nomeação de mais 26 aprovados no concurso para auditor fiscal da Sefaz-BA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governador **Rui Costa** anunciou na noite desta terça-feira (4), durante o Papo Correria, a **nomeação** de mais 26 aprovados no último **concurso público** para **auditor fiscal**. A lista dos nomeados será publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quarta-feira (5).

Esta já é a terceira **nomeação** para o certame realizada pelo Estado. Em setembro de 2020, foram contemplados 25 candidatos e, em janeiro deste ano, outros 20. Com a medida atual, fica concluída a **nomeação** de todos os 77 candidatos aprovados no concurso.

As nomeações contemplam 10 candidatos para a área de Administração, Finanças e Controle Interno; seis para o setor de **Tecnologia da Informação**; e outros 10 candidatos para atuar na Administração Tributária, incluindo aprovados nas cotas destinadas a negros e

deficientes. O decreto de **nomeação** também estará disponível no **Portal do Servidor**.

Iniciativa conjunta das secretarias da Administração (Saeb) e da Fazenda (Sefaz-BA), o concurso foi lançado em fevereiro de 2019, sob a organização da Fundação Carlos Chagas (FCC). O resultado final e a homologação do certame foram divulgados no dia 17 de dezembro do mesmo ano. O **concurso público** tem validade de um ano, podendo ser renovado por igual período.

Secom Bahia Fotos: Pedro Moraes/GOVBA

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - Concurso público, Nomeação, Portal do Servidor, Tecnologia da informação | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Auditores Fiscais

Mais 26 aprovados no concurso da Sefaz são nomeados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governador **Rui Costa** anunciou na noite desta terça-feira (4), durante o Papo Correria, a **nomeação** de mais 26 aprovados no último concurso público para **auditor fiscal**. A lista dos nomeados será publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quarta-feira (5).

Esta já é a terceira **nomeação** para o certame realizada pelo Estado. Em setembro de 2020, foram contemplados 25 candidatos e, em janeiro deste ano, outros 20. Com a medida atual, fica concluída a **nomeação** de todos os 77 candidatos aprovados no concurso.

As nomeações contemplam 10 candidatos para a área de Administração, Finanças e Controle Interno; seis para o setor de **Tecnologia da Informação**; e outros 10 candidatos para atuar na Administração Tributária, incluindo aprovados nas cotas destinadas a negros e deficientes. O decreto de **nomeação** também estará disponível no **Portal do Servidor**.

Iniciativa conjunta das secretarias da Administração (Saeb) e da Fazenda (Sefaz-BA), o concurso foi lançado em fevereiro de 2019, sob a organização da Fundação Carlos Chagas (FCC). O resultado final e a homologação do certame foram divulgados no dia 17 de dezembro do mesmo ano. O concurso público tem validade de um ano, podendo ser renovado por igual período.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - Nomeação, Portal do Servidor, Tecnologia da informação | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Auditores Fiscais

Governador anuncia nomeação de mais 26 aprovados no concurso para auditor fiscal da Sefaz-BA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governador **Rui Costa** anunciou na noite desta terça-feira (4), durante o programa Papo Correria, a **nomeação** de mais 26 aprovados no último concurso público para **auditor fiscal**. A lista dos nomeados será publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quarta-feira (5).

Esta já é a terceira **nomeação** para o certame realizada pelo Estado. Em setembro de 2020, foram contemplados 25 candidatos e, em janeiro deste ano, outros 20. Com a medida atual, fica concluída a **nomeação** de todos os 77 candidatos aprovados no concurso.

As nomeações contemplam 10 candidatos para a área de Administração, Finanças e Controle Interno; seis para o setor de **Tecnologia da Informação**; e outros 10 candidatos para atuar na Administração Tributária,

incluindo aprovados nas cotas destinadas a negros e deficientes. O decreto de **nomeação** também estará disponível no **Portal do Servidor** (www.portaldoservidor.ba.gov.br).

Iniciativa conjunta das secretarias da Administração (Saeb) e da Fazenda (Sefaz-BA), o concurso foi lançado em fevereiro de 2019, sob a organização da Fundação Carlos Chagas (FCC). O resultado final e a homologação do certame foram divulgados no dia 17 de dezembro do mesmo ano. O concurso público tem validade de um ano, podendo ser renovado por igual período.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - Nomeação, Portal do Servidor, Tecnologia da informação | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Auditores Fiscais



Baianos podem encontrar melhores preços e concorrer a prêmios milionários no Dia das Mães

4 maio 2021



Com o aplicativo Preço da Hora Bahia, os consumidores podem pesquisar diversos itens para presentear as mães sem sair de casa e, por meio da Nota Premiada Bahia, concorrer a um prêmio de R\$ 1 milhão, outro de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil

Duas boas dicas na hora de comprar o presente do Dia das Mães: usando o celular ou o computador, é possível encontrar os melhores preços no aplicativo Preço da Hora Bahia e ainda participar da campanha Nota Premiada Bahia, que reservou para as compras realizadas em maio uma série de premiações com resultados a serem divulgados em junho: serão um prêmio especial único de R\$ 1 milhão, e ainda o sorteio regular de valor igual, mas distribuído em um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Quem participa ainda doa suas notas eletrônicas para entidades beneficentes. O app e a campanha de premiações estão sob a responsabilidade da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**.

Com uma busca simples, o consumidor baiano pode consultar os menores preços de mais de 500 mil itens comercializados em toda a Bahia, sem precisar sair de casa, pelo app Preço da Hora, que pode ser baixado na Apple Store e no Play Store e acessado também no site precodahora.ba.gov.br.

Já para concorrer nos sorteios basta estar cadastrado no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF na nota até o dia 31 de maio. Quem ainda não se inscreveu também pode participar, bastando apenas fazer o cadastro no site e, a partir desta etapa, realizar compras com o CPF na nota até o próximo dia 31. O sorteio regular terá os vencedores conhecidos no dia 17, e o resultado do sorteio do milhão sai no dia 30 de junho.

A farmacêutica Quésia Santos aproveitou para pesquisar no Preço da Hora Bahia um smartphone para presentear sua mãe e colocar o CPF na nota fiscal. “Neste tempo de pandemia, não é recomendável ir de loja em loja para pesquisar os menores valores, mas também não queria esperar o prazo de entrega da compra pela internet. Entrei no aplicativo do Preço da Hora e pude pesquisar o estabelecimento com o melhor preço para

o smartphone que eu queria dar à minha mãe. Já aproveitei pra pedir o CPF na nota também. Quem sabe esta não é minha chance de me tornar milionária?”, brincou a farmacêutica.

Preço da Hora Bahia

Lançado em abril do ano passado, o Preço da Hora Bahia, além de permitir a pesquisa em um raio de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário, em qualquer município do estado, traz uma série de outras funcionalidades. O usuário pode ver na tela o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está disponível. A pesquisa pode ser feita ainda por meio da leitura do código de barras impresso na embalagem do produto.

Existem ainda canais específicos para pesquisas em farmácias e postos de gasolina, mapa com as três melhores ofertas na região pesquisada e a possibilidade de se preparar listas de compras com até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

A Sefaz-BA lançou recentemente a versão 1.2 da ferramenta, com novas funcionalidades, a exemplo da possibilidade de denunciar contribuintes que se recusam a emitir a nota fiscal, entre outras irregularidades, e ainda a disponibilização do histórico de preços de combustíveis. O usuário pode também compartilhar os preços e os produtos pesquisados com os amigos nas redes sociais. Atualmente, o Preço da Hora Bahia conta com cerca de 430 mil usuários.

Nota Premiada Bahia

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. A partir do sorteio da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 597 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.496 pessoas, das quais 956 moram na capital, 539 no interior e uma fora do estado.

O participante da Nota Premiada Bahia, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

Fonte: Ascom/Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)

Baianos podem encontrar melhores preços e concorrer a prêmios milionários no Dia das Mães



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Com o aplicativo **Preço da Hora** Bahia, os consumidores podem pesquisar diversos itens para presentear as mães sem sair de casa e, por meio da **Nota Premiada Bahia**, concorrer a um prêmio de R\$ 1 milhão, outro de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil

Duas boas dicas na hora de comprar o presente do Dia das Mães: usando o celular ou o computador, é possível encontrar os melhores preços no aplicativo **Preço da Hora** Bahia e ainda participar da campanha **Nota Premiada Bahia**, que reservou para as compras realizadas em maio uma série de premiações com resultados a serem divulgados em junho: serão um prêmio especial único de R\$ 1 milhão, e ainda o sorteio regular de valor igual, mas distribuído em um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Quem participa ainda doa suas notas eletrônicas para entidades beneficentes. O app e a campanha de premiações estão sob a responsabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA).

Com uma busca simples, o consumidor baiano pode consultar os menores preços de mais de 500 mil itens comercializados em toda a Bahia, sem precisar sair de casa, pelo app **Preço da Hora**, que pode ser baixado na Apple Store e no Play Store e acessado também no site precodahora.ba.gov.br.

Já para concorrer nos sorteios basta estar cadastrado no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF na nota até o dia 31 de maio. Quem ainda não se inscreveu também pode participar, bastando apenas fazer o cadastro no site e, a partir desta etapa, realizar compras com o CPF na nota até o próximo dia 31. O sorteio regular terá os vencedores conhecidos no dia 17, e o resultado do sorteio do milhão sai no dia 30 de junho.

A farmacêutica Quésia Santos aproveitou para pesquisar no **Preço da Hora** Bahia um smartphone para presentear sua mãe e colocar o CPF na nota fiscal. 'Neste tempo de pandemia, não é recomendável ir de loja em loja para pesquisar os menores valores, mas também não queria esperar o prazo de entrega da compra pela internet. Entrei no aplicativo do **Preço da Hora** e pude pesquisar o estabelecimento com o melhor preço para o smartphone que eu queria dar à minha mãe. Já aproveitei pra pedir o CPF na nota também. Quem sabe esta não é minha chance de me tornar milionária?', brincou a farmacêutica.

Preço da Hora Bahia

ganhadores da campanha.

Lançado em abril do ano passado, o **Preço da Hora** Bahia, além de permitir a pesquisa em um raio de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário, em qualquer município do estado, traz uma série de outras funcionalidades. O usuário pode ver na tela o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está disponível. A pesquisa pode ser feita ainda por meio da leitura do código de barras impresso na embalagem do produto.

Existem ainda canais específicos para pesquisas em farmácias e postos de gasolina, mapa com as três melhores ofertas na região pesquisada e a possibilidade de se preparar listas de compras com até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

A Sefaz-BA lançou recentemente a versão 1.2 da ferramenta, com novas funcionalidades, a exemplo da possibilidade de denunciar contribuintes que se recusam a emitir a nota fiscal, entre outras irregularidades, e ainda a disponibilização do histórico de preços de combustíveis. O usuário pode também compartilhar os preços e os produtos pesquisados com os amigos nas redes sociais. Atualmente, o **Preço da Hora** Bahia conta com cerca de 430 mil usuários.

Nota Premiada Bahia

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. A partir do sorteio da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 597 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.496 pessoas, das quais 956 moram na capital, 539 no interior e uma fora do estado.

O participante da **Nota Premiada Bahia**, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade, Preço da Hora

alteração com maior progressividade ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e ao Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA).

'Com o objetivo de positivar e dar concretude a essa importante diretriz assentada pela Corte Suprema, o substitutivo promove alterações pontuais em alguns dispositivos do capítulo tributário, de modo a reforçar o princípio da progressividade fiscal e a assentar a sua aplicação ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação ITCMD e ao Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA)', diz o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro.

Estimativas do CCiF

Embora as alíquotas do novo IBS a ser criado na reforma tributária sejam definidas apenas em lei complementar, o relator inseriu em seu parecer estimativas do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea).

Nas estimativas do CCiF, a IBS que mantém a **arrecadação** fica entre 24,4% e 26,3%, a depender do imposto seletivo a ser definido.

Já na estimativa do Ipea, a alíquota referência do IBS seria de 26,9% (10,2% União, 14,7% Estados e 2% municípios).

O parecer ainda destaca nota do Ministério da Economia dizendo que uma alíquota de 12% proposta para Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que

substituiria apenas PIS e Cofins, quase não geraria impacto sobre os preços. Aguinaldo ressaltou que, no IBS nacional, a alíquota federal fica abaixo dos 12% da CBS.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

OPINIÃO

opinio@grupoatarde.com.br

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Comércio registra saldo de 5 mil vagas

Embora tenha fechado 600 vagas em março, o comércio baiano teve um acumulado positivo no primeiro trimestre baiano, com um saldo de cinco mil postos de trabalho, um número ainda mais expressivo quando se consideram os efeitos devastadores da pandemia.

O setor sofreu duramente o impacto da segunda onda do coronavírus, ocasionando necessárias medidas restritivas, como única forma de evitar a proliferação da peste em um país de vacinação muito lenta e desordenada.

A Federação do Comércio do Estado da Bahia comemora o resultado, apesar das incertezas proporcionadas por um cenário de dificuldades nos próximos meses, enquanto os problemas de saúde pública não deixarem de produzir danos à economia.

— Como o comércio teve restrições ao longo dos meses de março e abril, o próximo dado deve vir ainda pressionando para baixo — antevê o economista Guilherme Dietze, consultor da Fecomércio-BA.

Segundo Dietze, o bom saldo do trimestre será suficiente para manter a renda das famílias e o poder de consumo no curto prazo, como sinal positivo para aumentar a confiança dos empresários lojistas.

CENÁRIO DE SUPERAÇÃO — Com todas as preocupações ensejadas pelas circunstâncias, o cenário ainda seria melhor em relação às projeções, vencendo os varejistas as adversidades inevitavelmente impostas para impedir a circulação do coronavírus.

Mesmo sem previsão de controle da pandemia, não se deve descartar o momento de reabertura gradual a impulsionar o faturamento das empresas, na visão dos dirigentes, crédulos na fórmula convencional a partir de emprego, renda e consumo.

“A cara de pau de Salles e Bolsonaro de pedir dinheiro na cúpula do clima enquanto há R\$ 3 bilhões do Fundo Amazônia que não são executados se combina com o autoritarismo típico de bolsonaristas”

TALÍRIA PETRONE, deputada federal, em audiência pública na Câmara com o ministro do Meio Ambiente



Uendel Galter / Ag. A TARDE

QUESTÕES | Quando chove, o que acontece com todos os trabalhadores que dependem do sol? Podemos chamar de digna uma sociedade com tanta gente sem saber se vai pôr pão na mesa a depender da mudança do tempo?

Outro imperativo categórico: sobreviver ao “intangível” planetário

Marcos Luna

Médico, escritor, pós-graduação na Harvard University e Ufba
doutor.luna@gmail.com

“Aja de tal modo que a máxima da tua ação possa se constituir em uma Lei Universal” — I. Kant

Muito instigante a tese do cansaço humano nas sociedades contemporâneas submetidas ao nefasto neoliberalismo econômico e a avassaladora pandemia Covid-19. Entretanto, suspeito que, para além da semântica imprecisa, seria mais pertinente o desalento existencial do corpo. Não é verdade que o sofrimento que está recaído sobre as sociedades acontece democraticamente, melhor dizendo, se dissemina homogeneamente. Os mais pobres são aqueles que perfazem a maior frequência estatística da mortalidade na

pandemia: os doentes e mortos pertencem, flagrantemente, às classes sociais mais baixas!

A normalidade e a moralidade sempre foram controversos na filosofia e na ciência, assim como na epidemiologia e na psiquiatria. Em Kant a adoção da racionalidade permitirá ao Ser uma insubmissão para além das da natureza. Muito aquém da certeza, nas circunstâncias his-

Percebamos em que mãos estão as vacinas que irão proteger ou salvar os sobreviventes mais fortes e privilegiados

tóricas conformadoras das mentalidades e comportamentos humanos, a ameaça aterrorizante desta pandemia à sobrevivência da espécie implicará no diagnóstico: a vulnerabilidade do Homo sapiens perante a natureza ainda persevera diante desta ameaça transnacional quase apocalíptica.

Ademais, as pessoas são elas em suas premissas materiais e intangíveis; o leitmotiv, quase sempre incognoscível, será a sobrevivência: “...in struggle for life only the strongest ones will survive”, sentenciou o cientista Charles Darwin. Ainda em Kant, “...o conhecimento não será a apreensão passiva de dados nem resultante de uma análise puramente lógica”. Contemplamos placidamente a escalada do número de mortes pelo coronavírus — nem mesmo a guerra do Brasil contra o Paraguai fez 400 mil óbitos! — sem o clamor generalizado? Naturalização do trágico ou alienação neo-

fascista imperdoável?!

Quedamos medrosos sob uma catástrofe epidemia planetária. O que isto significará para a lógica econômica capitalista ainda prevalente?! O desespero ao abandono das populações com os escapismos suicidas, a letalidade viral e famélica com a violência fratricida cavalegando no ritmo arbitrado pelo saber da ciência, sob o domínio das corporações biotecnológicas de governos hegemônicos around the world.

A pandemia está desvelando a extrema desigualdade entre as pessoas... as vísceras podres das estruturas e estamentos predominantes nas comunidades... onde a maioria dos seres humanos almeja apenas sobreviver! Finalmente, percebamos em que mãos estão as vacinas que irão proteger ou salvar os sobreviventes mais fortes e privilegiados. Estaria o imenso infortúnio da humanidade, realmente, nesta peste viral? A ver.

DA REDAÇÃO

ESPAÇO DO LEITOR

opinio@grupoatarde.com.br

“Sempre eles”

Lendo o Espaço do Leitor do jornal ATARDE de 1º de maio de 2021, vejo o texto da senhora Sonia Lobo com o título “Sempre eles”, em que ela diz que os professores ficaram 400 dias sem trabalhar e agora ameaçam greve e que, em tempos normais sem pandemia, a categoria já conta com mais de 50% de licença médica. Quero dizer à estimada senhora que toda generalização é deveras complicada. Sou professor no município de Lauro de Freitas e não fiquei e não estou sem trabalhar. Toda a rede do município vem trabalhando remotamente desde março de 2020 e acabamos de concluir o ano letivo de 2020. Digo mais: fui submetido a uma cirurgia de hérnia discal lombar em 13 de novembro de 2020 e deixei o hospital no dia 15 do mesmo mês e ano; e já no dia 16, mesmo na cama e usando o meu notebook cumpro com os meus horários de aulas remotas e não apresentei atestado médico à Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Lauro de Freitas e não deixei de participar das reuniões online do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) de Lauro de Freitas, onde exerço a função de conselheiro.

Creio, senhora, que muitas e muitos colegas docentes de outras redes de ensino públicas não estão inseridas(os) no seu fatídico texto. Solicito que tenha um maior cuidado ao escrever para não produzir nefastas generalizações. JAGUARACY CONCEIÇÃO, JAGUARACY2@GMAIL.COM

Ofertas incômodas

Lembro que algum tempo atrás o Procon criou um site para cadastrar telefones para não serem importunados com ofertas de produtos e serviços. Acredito que por falta de fiscalização isso foi relegado ao des-

Não entendo por que com preparo de custo alto, tantos técnicos e supervisores caros, os jogadores cometem tantos erros em campo. Por que chutam tanto por cima da trave

caso. Principalmente agora que estamos em casa confinados, tenho recebido diariamente inúmeras ofertas de operadoras de telefonia, de TV por assinatura, cartões de crédito, lojas de departamentos, transporte por aplicativo e até banco, dos quais nem sou correntista, oferecendo empréstimo já aprovado. BENEDITO FERNANDES DE OLIVEIRA, BFO1947@HOTMAIL.COM

Por que nosso Bahia perdeu

Como torcedor e sócio do E. C. Bahia mas também pelo meu histórico de ter jogado futebol por toda vida, disputando vários campeonatos amadores, tendo não só como companheiros e adversários vários jogadores profissionais e ex-profissionais, que muito me passaram das coisas do futebol. Assim é que não entendo que hoje, com preparo de custo alto, com tantos técnicos e supervisores caros, os jogadores cometem tantos erros em campo. Por que chutam tanto por cima da trave, bem longe dos três paus. E por que Pirlô, meu companheiro da A.D. Drible, aspirante do Bahia, só chutava rasteiro e no canto, podia às vezes passar rente à trave, e como fazia gols, era nosso artilheiro e também do aspirante. São segredos que aprendi com vários craques do passado e que não entendo... E outra: por que

os técnicos também não sabem o momento, e que jogadores substituir? Neste sábado, o Bahia teve toda a oportunidade de até golpear o Ceará, que talvez tenha feito sua pior partida, caso não houvesse a expulsão do bom zagueiro Otávio. Aí o técnico se perdeu. Tira seu melhor jogador em campo, Daniel, que vinha dominando o meio campo, e mantém o pior em campo, Taciano. No 2º tempo, fomos favorecidos com a igualdade numérica, mas o time não produzia e tampouco o Ceará, que parece veio pra empatar. Demorou demais de fazer as substituições e só colocou em campo os dois melhores jogadores do último confronto quando faltavam 10 minutos para o final. Aliás, outra grande falha dos técnicos, que permitem que se pratiquem tantas faltas desnecessárias próximo à área. E aí, que aconteceu? Falta besta de Nino, e o castigo. Gol de Jael, que nada fez no jogo. E o segredo... não digo aqui que vai servir para os adversários. Se a direção técnica tiver interesse, sendo eu sócio, é só ligar. Se duvidam de meus conhecimentos dessa arte que ainda pratico nos meus 84 anos, já ganhei com sete jogadores contra 11, aplicando algumas táticas que criei na hora e placar final 1x0, pela Liga dos Comerciantes no campo do Sesc. FRANZ SCHLEU, FRANZ@FRANZREPRESENTACOES.COM.BR

COVID-19 Remessa inicial do imunizante da Pfizer feita pelo Ministério da Saúde no país é destinada apenas às capitais

Primeiro lote de vacinas da Pfizer e mais 405 mil doses da Oxford chegam à Bahia

RODRIGO AGUIAR

O primeiro lote de vacinas da Pfizer chegou ontem à Bahia. Foram encaminhadas ao estado 26.910 doses das 499.590 distribuídas por todo o país pelo Ministério da Saúde. Esta primeira remessa do imunizante da Pfizer é destinada apenas às capitais. Além disso, chegaram também ontem à Bahia mais 405 mil doses da vacina de Oxford/AstraZeneca, produzida pela Fiocruz.

As primeiras vacinas da Pfizer chegaram ao Brasil na última quinta-feira. O imunizante precisa ser armazenado em baixíssimas temperaturas. A Secretaria Municipal de Saúde já deve acrescentar as doses da Pfizer à estratégia de vacinação da capital hoje.

“A previsão do ministério é de que ele receba nesse primeiro mês de maio 1 milhão de doses, mas um quantitativo maior já a partir de junho. A ideia desse primeiro lote, fracionado em 500 mil doses agora, foi exatamente testar a estrutura da nova cadeia de frio, que é diferente da habitual, que é de 2 a 8 graus. Eles estão avaliando inicialmente apenas nas capitais. Se tudo correr bem, a previsão é de que a próxima remessa possa ser distribuída para outras cidades que possuam refrigeradores de -80 graus”, afirmou o secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas.

A Bahia possui 30 ultracongeladores capazes de armazenar as vacinas em nove cidades polo, segundo a Secretaria Estadual de Saúde (Sesab). Os equipamentos estão localizados nos municípios de Feira de Santana (5), Juazeiro (3), Jacobina (2), Ilhéus (4), Teixeira de Freitas (2), Barreiras (3), Alagoinhas (1), Vitória da Conquista (5) e na Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos (5), em Simões Filho, que atende a toda a Região Metropolitana de Salvador (RMS).

“Na temperatura de -70 graus, a validade da vacina é a do fabricante, de seis meses. A -20 graus, ela vale por 14 dias. E entre 2 a 8 graus, só tem validade de cinco dias. Por isso, a Bahia investiu em equipamentos para manter essas vacinas em temperaturas negativas”, explicou a coordenadora do Programa Estadual de Imunização, Vânia Vanden Brouke.

Reino Unido

De acordo com o secretário, o plano inicial do ministério era reservar as outras 500 mil doses do primeiro lote da Pfizer para aplicação da segunda dose dentro do intervalo de 21 a 28 dias recomendados pelo fabricante. No entanto, esse prazo foi alongado para 12 semanas. “A gente não sabe se o ministério vai querer manter ou se haverá possibilidade de algum aporte extra de vacinas da Pfizer dentro dos próximos três meses”, disse

A Secretaria Municipal da Saúde já deve acrescentar as novas doses à estratégia de vacinação da capital hoje

Vilas-Boas. Ao definir a ampliação do intervalo entre as doses, o Ministério da Saúde afirmou que estratégia semelhante foi usada no Reino Unido, com bons resultados. Em nota técnica, a pasta menciona estudos feitos nos Estados Unidos e Reino Unido que apontam uma elevada efetividade após a primeira dose do imunizante.

Conforme o ministério, um intervalo maior torna possível vacinar mais pes-

soas. Os dados epidemiológicos e de efetividade do imunizante serão monitorados constantemente e a recomendação pode ser revista, acrescenta a pasta. “Em cenários de maior disponibilidade da vacina, o intervalo recomendado em bula [21 dias] poderá ser utilizado”, afirma o ministério.

O titular da Sesab lembrou que a vacina da Pfizer contra a Covid-19 possui a maior eficácia, com 80% de garantia

de proteção já com a primeira dose. No entanto, o secretário recomendou que o imunizante não seja aplicado em pessoas com alergias muito fortes. “De modo geral, as pessoas chamadas atópicas, com alergias a medicamentos, frutos do mar, reações severas alérgicas não deveriam fazer uso dessa vacina”, declarou.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse que o governo federal está “na imi-

nência” de fechar um novo contrato com a Pfizer para a aquisição de mais 100 milhões de doses da vacina. Atualmente, há um acordo para a compra de 100 milhões de doses até setembro. “Ou seja, o Brasil terá à disposição 200 milhões de doses do imunizante da Pfizer. Esse segundo contrato prevê para outubro 35 milhões de doses da Pfizer”, declarou Queiroga, em um evento na sede da Fiesp, em São Paulo.

Camila Souza / Gov-BA



Vacinação para pessoas com comorbidades é ampliada

O cronograma de vacinação da prefeitura do Salvador amplia a imunização das pessoas com comorbidades hoje para o público com idade igual ou superior aos 48 anos. A vacinação desse pessoal segue a ordem descrita no Plano Nacional de Imunização (PNI), e todos devem observá-la para entender se estão ou não incluídos no(s) grupo(s).

Ademais, todos os demais quatorze públicos já garantidos no programa de imunização, além dos soteropolitanos que buscam a sua segunda dose, seguem sendo

vacinados na capital baiana. A partir de hoje serão contempladas na campanha de vacinação municipal todas as doenças ligadas a comorbidades que estão listadas no PNI. Além de ter a sua doença elencada, é preciso seguir alguns critérios para poder ser imunizado.

O cidadão deve ter 48 anos ou mais, ter o nome cadastrado no site da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e, ao chegar ao local de vacinação, apresentar um documento oficial com foto.

Para quem vai buscar o serviço hoje é importante observar antes o site do “Filômetro” (<https://filometro.saude.salvador.ba.gov.br/>) para ver os postos, e como estão as filas nos locais.

Para quem vai buscar o serviço é importante checar antes o “Filômetro”

metro.saude.salvador.ba.gov.br/) para ver os postos, e como estão as filas nos locais.

Ontem à noite, em sua conta do Twitter, o prefeito Bruno Reis explicou um pouco sobre essa situação das comorbidades listadas no PNI. “[...] Tem muita gente com dúvidas. Confirma a lista das comorbidades elencadas no Plano Nacional de Imunização (PNI) e os pontos de vacinação”, alertou Bruno que anexou imagens à publicação.

Nesta mesma publicação, um cidadão que pediu para não ser identificado criticou o processo adotado. “É muito bonitinho falar que vai dar vacina nas comorbidades, mas para fazer o cadastramento precisa ir para um médico. Se eu for no posto, não sou vacinado por não estar cadastrado no site da prefeitura”, reclamou o internauta.

Além deles, os demais já contemplados seguem sendo imunizados.

TÁCIO CALDAS, SOB SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

Bahia registra 2.791 novos casos e mais 89 óbitos

Na Bahia, nas últimas 24 horas, foram registrados 2.791 casos de Covid-19 (alta de +0,3%) e 2.252 recuperados (+0,3%). O boletim epidemiológico de ontem também registra 89 óbitos. Apesar de as mortes terem ocorrido em diversas datas, a confirmação e registro foram realizados ontem.

Dos 909.912 casos confirmados desde o início da pandemia, 874.929 já são considerados recuperados, 16.253 encontram-se ativos e 18.730 tiveram óbito confirmado. O boletim epidemiológico contabiliza ainda 1.206.106 casos descartados e 197.276 em investigação.

Estes dados representam notificações oficiais compiladas pela Diretoria de Vigilância Epidemiológica em Saúde da Bahia (Divep), em conjunto com as vigilâncias municipais e as bases de dados do Ministério da Saúde até as 17 h de ontem.

Na Bahia, 47.460 profissionais da saúde foram confirmados para Covid-19. O número total de óbitos por Covid-19 na Bahia desde o início da pandemia é de 18.730, representando uma

letalidade de 2,06%.

Dentre os óbitos, 55,5% ocorreram no sexo masculino e 44,4% no sexo feminino.

Sobrecarga da equipe

Em relação ao quesito raça e cor, 54,5% corresponderam a parda, seguidos por branca com 21,9%, preta com 15,4%, amarela com 0,4%, indígena com 0,1% e não há informação em 7,4% dos óbitos. O percentual de casos com comorbidade foi de 64,3%, com maior percentual de doenças cardíacas e crônicas (73,6%).

A existência de registros tardios e/ou acúmulo de casos deve-se a sobrecarga das equipes de investigação, pois há doenças de notificação compulsória para além da Covid-19. Outro motivo é o aprofundamento das investigações epidemiológicas por parte das vigilâncias municipais e estadual a fim de evitar distorções ou equívocos, como desconsiderar a causa do óbito um traumatismo craniano ou um câncer em estágio terminal, ainda que a pessoa esteja infectada pelo coronavírus.

PREFEITURA DE MULUNGU DO MORRO
PREGÃO PRESENCIAL SRP 06/21. Objeto: aquisições de gêneros alimentícios. Menor preço por lote. Dia 14/05/21 às 14:30h. Edital: site da prefeitura. Informações: na CPL, Rua Eronides S. Santos, 55. Mulungu do Morro/Ba. 03/05/21. Edimário José Boaventura. Prefeito.

CIMURC – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO RIO DAS CONTAS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP 06/21. Local site: www.licitacoes-e.com.br. N° da Licitação: 870457. Objeto: fornecimento de brita gravilhões, pó de pedra e areia cessada. Dia 14/05/21 às 9:30h. Edital: <http://cimurc.ba.ipmbrasil.org.br/diario>. Informações: e-mail licitacao@cimurc@gmail.com. Jequié/Ba. 03 de maio de 2021. Juliana Bispo dos Santos. Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA
TOMADA DE PREÇO 01/21. Objeto: reforma do prédio da Sec. de Educação e das unidades escolares do município. Dia 19/05/21 às 9h. Edital: <https://ibipeba.ba.gov.br/>. Informações: na CPL, Pç. 19 de Setembro, 02, ou tel. 7436482110 ou e-mail: licitapmb@gmail.com. Ilhéus/Ba. 04 de maio de 2021. Demosthenes de Sousa B. Filho. Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA
Extrato do Contrato 1094/21, PP 27/21. Contratante: PMPD. Contratado: Cristiane Miranda de Souza Me. CNPJ 23.679.291/0001-91. Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios. Valor: R\$ 35.750,00. Vigência: 15/04 a 30/12/21. // Extrato do Contrato 1093/21, PP 27/21. Contratante: PMPD. Contratado: SRP – Comercial de P. Dutra Ltda. CNPJ 10.553.185/0001-15. Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios. Valor: R\$ 626.460,00. Vigência: 15/04 a 30/12/21. Presidente Dutra/Ba. 04 de maio de 2021.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

JUROS A previsão estava no boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada toda semana pelo Banco Central, que em abril já havia sinalizado alta de 0,75 ponto

Mercado financeiro espera que Selic suba para 3,5%

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

O mercado financeiro espera que a taxa básica de juros, a Selic, suba 0,75 ponto percentual para 3,5% ao ano, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), marcada para hoje e amanhã.

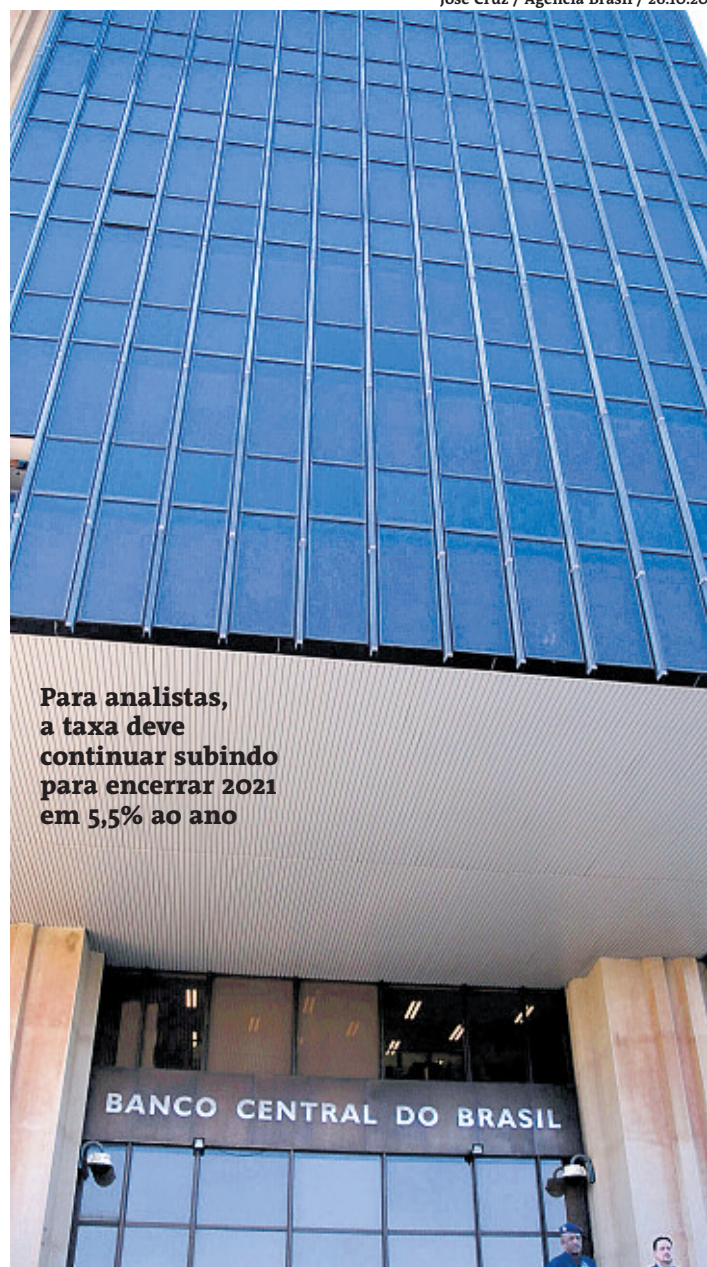
A previsão estava no boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos. Em abril, a diretoria do BC já havia sinalizado alta de 0,75 ponto percentual na taxa Selic.

Para o mercado financeiro, a taxa continuará a subir nas reuniões seguintes e encerrará 2021 em 5,5% ao ano. Para o fim de 2022, a estimativa é que a taxa básica suba para 6,25% ao ano. E para o fim de 2023 e 2024, a previsão é de 6,5% ao ano.

Inflação

O BC usa a Selic como principal instrumento para controlar a inflação. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, há reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, desaquecendo a economia.

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacio-



Para analistas, a taxa deve continuar subindo para encerrar 2021 em 5,5% ao ano

José Cruz / Agência Brasil / 26.10.2016

nal de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano foi ajustada de 5,01% para 5,04%. Esse foi o quarto aumento consecutivo na projeção.

Para 2022, a estimativa de inflação passou de 3,6% para 3,61%. Tanto para 2023 como para 2024 a previsão para o índice é de 3,25%.

A projeção para 2021 está próxima do limite da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. O centro da meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 2,25% e o superior de 5,25%.

PIB e câmbio

As instituições financeiras consultadas pelo Banco Central elevaram a projeção para o crescimento da economia brasileira este ano de 3,09% para 3,14%. Para o próximo ano, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – passou de 2,34% para 2,31%.

Em 2023 e 2024, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 2,5%.

A expectativa para a cotação do dólar se mantém em R\$ 5,40 ao final deste ano. Para o fim de 2022, a previsão é que a moeda americana continue nesse patamar.

TRANSPORTE NAVAL

Brasil não renovará dois acordos

AGÊNCIA BRASIL

Brasília

O governo brasileiro decidiu não renovar os acordos bilaterais para transporte marítimo que mantém há décadas com Argentina e Uruguai. Entre outras coisas, os pactos estipulam que a movimentação de mercadorias entre portos dos países signatários deve ser feita, de preferência, em navios registrados em uma destas nações.

O acordo assinado com a Argentina, terceiro maior parceiro comercial do Brasil, está em vigor desde 1985.

Já o pactuado com o Uruguai, desde 1976. Ambos preveem a hipótese de cancelamento unilateral, bastando, para isso, que uma das partes comunique sua intenção antecipadamente.

Segundo dados da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, cerca de 46% de todos os produtos que o Brasil exportou para a Argentina, em 2019, foram transportados por via marítima.

No caso do Uruguai, este percentual ficou na casa dos 40%. A decisão brasileira já foi notificada às autoridades

dos dois países. E não é inédita. Em 2020, o Brasil não renovou o convênio que mantinha com o Chile desde 1974. Além dos acordos com Argentina e Uruguai (ainda em vigor), o Brasil mantém tratados semelhantes com a Alemanha, Argélia, Bulgária, China, França, Polônia, Portugal e Rússia.

Reserva de mercado

Com o fim dos acordos, o Brasil reduz reserva de mercado, ampliando a competitividade no setor. “Constatamos que há uma reserva de mercado, uma imposição de barreira geográfica que

restringe a competição entre as empresas, limitando a capacidade dos usuários escolherem seus fornecedores, além de outros efeitos que acabam por onerar o frete”, afirmou a secretária-executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento e Exportação, do Ministério da Economia, Natasha Miranda, em debate que o Instituto Besc de Humanidades e Economia realizou no mês passado.

Segundo Natasha, os acordos contribuem para encarecer o valor dos custos de transporte de mercadorias entre os países signatários.

EM FEVEREIRO

Ipea aponta queda de 1,1% nos investimentos

ANA CRISTINA CAMPOS

Agência Brasil, Rio de Janeiro

O Indicador Ipea de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) aponta uma retração de 1,1% na comparação entre fevereiro e janeiro, na série com ajuste sazonal. Ainda assim, o trimestre móvel terminou em fevereiro registrou alta de 22,4%.

Na comparação com o ano anterior, os investimentos atingiram um patamar 7,8% superior ao verificado em fevereiro de 2020. O resultado foi divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O Indicador de FBCF mede os investimentos no aumento da capacidade produtiva da economia e na reposição da depreciação do estoque de capital fixo. A FBCF é composta por máquinas e equi-

pamentos, construção civil e outros ativos fixos.

Segundo o estudo, o consumo aparente de máquinas e equipamentos, que corresponde à produção nacional destinada ao mercado interno acrescida das importações, caiu 2,9%, apesar da alta de 47,2% no trimestre móvel. Enquanto a produção de máquinas e equipamentos registrou recuo de 4,3% em fevereiro, a importação teve aumento de 13,1% no mês.

De acordo com o Ipea, os investimentos em construção civil cederam 1,2% em fevereiro, segunda queda consecutiva após uma série de oito altas registradas.

Dessa forma, o segmento avançou 2% no trimestre móvel.

O desempenho acumulado em 12 meses, porém, revelou queda de 1,3%.

IMPOSTO DE RENDA

Somente 52% enviaram declaração até agora

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil Brasília

A 28 dias do fim do prazo, quase metade dos contribuintes ainda não acertou as contas com o Leão. Até o momento, 17.217.336 contribuintes enviaram a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), 52,8% do previsto para este ano. O balanço foi divulgado pela Receita Federal, com dados apurados até 11h de ontem.

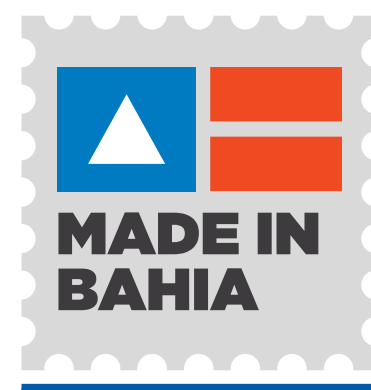
Neste ano, o Fisco espera receber até 32.619.749 declarações. No ano passado, foram enviadas 31.980.146 declarações.

O prazo de entrega começou em 1º de março e vai até as 23h50min59s de 31 de maio. A data limite foi adiada em um mês para suavizar as dificuldades no recolhimento de documentos im-

postas pela pandemia de Covid-19.

No último dia 13, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que propõe adiar novamente o prazo para 31 de julho, por causa do agravamento da pandemia. Como o texto foi aprovado no Senado, só depende de sanção presidencial para passar a valer.

O programa para computador está disponível na página da Receita Federal na internet. Quem perder o prazo de envio da declaração terá de pagar multa de R\$ 165,74, ou 1% do imposto devido, prevalecendo o maior valor. A entrega é obrigatória para quem recebeu acima de R\$ 28.559,70 em rendimentos tributáveis em 2020. Isso equivale a um salário acima de R\$ 1.903,98, incluído o décimo terceiro.



Sobre cores, investimento e evolução



ROBERTO GARCIA

Diretor geral da Tronox no Brasil

Quem passa pela fábrica da Tronox na Bahia, localizada no km-20 da Estrada do Coco, BA-099, próximo a Arembepe, muitas vezes se pergunta o que é produzido ali. Aqui vai uma dica: é algo que faz parte de quase todos os objetos que estão ao seu redor enquanto você lê este texto. Por exemplo, na tinta da parede, na armação dos seus óculos, em sua roupa, na capa do seu celular, em móveis e objetos de decoração, em eletrodomésticos da linha branca, na caixa d'água e nos tubos e conexões, no lápis de cor, na escova de dentes e em muitos outros produtos.

A fábrica é a primeira e única produtora de pigmento de dióxido de titânio (TiO2) do Brasil e este ano celebra o seu aniversário de 50 anos. O pigmento TiO2 é um pó branco usado para dar cor, brilho e resistência a tintas, plásticos, borrachas e muito mais. Sabe aquelas sandálias de borracha brasileiras que fazem sucesso no mundo – lá tem pigmento produzido na fábrica da Tronox da Bahia. Também no papel das cédulas de 200 reais. Gosta de vinho? Tem marca premium que usa o pigmento baiano no rótulo. Brinquedos e outros materiais e acessórios plásticos bem coloridos levam o pigmento feito na Bahia para garantir que não fiquem transparentes e que suas cores sejam mais resistentes às intempéries.

A lista é longa, principalmente quando se soma às aplicações do pigmento fabricado pela Tronox em suas outras oito fábricas localizadas nos EUA, França, Inglaterra, China, Arábia Saudita, Holanda e Austrália. Nesse caso, entram na lista, inclusive, produtos que auxiliam a criação de barreiras contra a Covid-19: o pigmento de TiO2 está na embalagem e na cobertura de remédios, em equipamentos médicos como monitores e ventiladores respiratórios. Está também em próteses cirúrgicas, embalagens médicas e equipamentos de proteção individual.

Há até mesmo pigmento de TiO2 ultrafino que confere às tintas o poder de captar partículas poluentes do ar, as quais são usadas na pintura de ruas e estradas e em fachadas de prédios. Protetor solar, pasta de dentes, goma de mascar, batom, pinturas para carros, motos e embarcações, e por aí vai.

A história da fábrica da Bahia coincide com a própria história da produção do pigmento de TiO2 no Brasil, livrando a indústria nacional da dependência da importação do produto. Ao longo desses 50 anos, a empresa evoluiu em práticas de segurança, desempenho ambiental, tecnologia de processo, TI, relacionamento com as comunidades, capacitação das equipes, governança, entre outros aspectos.

A evolução é constante. Para o período 2021-2022, investiremos R\$ 137 milhões no Brasil, em projetos voltados principalmente para modernização, automação e gestão ambiental.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redabahia.com.br

@satelite

●● Fico feliz porque, dois anos depois, minha sugestão foi atendida pela Petrobras. Com certeza, nos próximos meses os baianos vão pagar menos pelo botijão
Tiago Correia

Deputado estadual do PSDB, ao comemorar a decisão da estatal de fixar novos parâmetros para o preço do gás de cozinha, em consonância com sugestão feita por ele ao comando da Petrobras

Destino de um delator

O Tribunal de Justiça da Bahia (TJ) vai julgar amanhã o pedido de prisão domiciliar do advogado Marco Aurélio Fortuna Dórea, que fechou acordo de delação premiada com o Ministério Público do Estado (MP) e se tornou peça fundamental em investigações sobre venda de sentenças no Judiciário. Como foi noticiado na edição de ontem, o Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas do MP (Gaeco) enfrenta resistência no TJ para garantir a domiciliação de Dórea, preso desde setembro de 2020 sob acusação de participar do esquema de fraudes em processos na Vara de Família de Salvador, desbaratado pela Operação Inventário. A saída do advogado da cadeia é considerada crucial para o avanço da delação, sobretudo, a partir da coleta de provas guardadas em sigilo por Dórea.

RODA PRESA

Ao defender a domiciliação do delator junto ao TJ, o Gaeco alega também que o acordo anda a passo lento por barreiras criadas pelas regras sanitárias da carceragem do Batalhão de Choque da PM, em Lauro de Freitas, onde Dórea está preso.

Ponta de iceberg

A ofensiva da Operação Inventário revelou a existência de elos entre Marco Dórea e outros esquemas que envolvem venda de sentenças. Em especial, a ligação dele com um dos alvos da Fa-roeste, o advogado João Carlos Novaes, também preso pela Inventário. Nas tratativas para o acordo de colaboração, Dórea forneceu ao MP indícios comprometedores contra magistrados do TJ.

Cruzada pessoal

Sob risco de ser cassado, o deputado estadual Capitão Alden (PSL) iniciou uma série de visitas a gabinetes de parlamentares da Assembleia, em busca de apoio para o processo no Conselho de Ética. A lista inclui o presidente da Casa, Adolfo Menezes (PSD), a quem Alden se desculpar por acusar deputados da oposição de ganharem mesada de R\$ 1,6 milhão da prefeitura de Salvador.

Capítulos finais

Integrante da tropa da Câmara responsável pelas negociações do Orçamento com o Planalto, o deputado federal Cacá Leão (PP) garantiu que, agora, só falta construir o texto a ser votado no Congresso. "Quinta-feira estará pronto", prometeu.

Caixa livre

O Ministério da Justiça e Segurança Pública autorizou o desbloqueio de R\$ 30,1 milhões destinados a investimentos do governo da Bahia no combate a crimes violentos e valorização de profissionais da área. A liberação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública ocorre após aprovação do plano em que o estado detalha como gastará a verba. Basicamente, equipamentos, ferramentas tecnológicas e treinamento. O desbloqueio foi anunciado ao governador Rui Costa (PT) pelo ministro Anderson Torres.

Sem censura

A prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho (PT), perdeu o duelo travado no STF com Mauro Cardim, que foi um dos mais próximos secretários da petista. Moema queria impedir de publicar conteúdo contra ela em seu blog, mas a Corte negou.

ANUNCIE NO
CORREIO E LEVE
O PRESENTE
DE MAINHA ♥



Anuncie a partir
de R\$ 30,00
no Ache aqui e
ganhe 01 copo
comemorativo
do dia das mães.



Ache aqui
- Empresa

Saiba mais: 71 3480-9130

Segunda à sexta das 07 às 17h e aos sábados das 07h às 12h, exceto domingos e feriados
orcamento.classificados@redabahia.com.br

O pagamento deve constar no sistema até o dia 06/05 e a retirada deverá ser feita no período de 07/05 a 15/05 no Balcão do Center Lapa que fica localizado no 3º piso em frente à loja Arezzo, das 11h às 17h00 de terça à sábado.

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BARRA / BA PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021 PROCESSO ADM Nº. 031/2021

TIPO: Menor Preço Por Lote; OBJETO: Contratação empresas para prestar serviço de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva em bombas d'água, motores elétricos, montagem e manutenção de quadros elétricos e elevatórias de esgotamento sanitário incluindo fornecimento e substituição de peças quando necessário para o SAAE, conforme Edital e seus Anexos. Credenciamento: dia 18/05/2021 às 09h00; LOCAL: Sala de Licitações do SAAE à Praça João Oscar, nº 1.210, Centro, Barra - Bahia - CEP: 47.100-000; Local de Retirada do Edital: no endereço eletrônico saabarra2@gmail.com, ou na sede do (SAAE) no endereço acima, Barra/BA, 04/05/2021, MARIA APARECIDA DA SILVA BORGES, PREGOEIRO, Port. nº 001/2021.

COMPLEXO HOSPITALAR
E DE SAÚDE/UFBA

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 22/2021

Processo Nº. 23066.008536/2021-47 Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de MEDICAMENTOS, visando atender às necessidades do Hospital Ana Nery, unidade integrante do Complexo Hospitalar e de Saúde /UFBA. Abertura: 17/05/2021 às 09:00 horas (horário de Brasília). Edital no sítio www.comprasnet.gov.br Tel.: (71) 3283-5846 Fax: 3283-5841.

Pregoeiro Oficial



AVISO O CEMITÉRIO PARQUE BOSQUE DA PAZ INFORMA AOS SRS. LOCATÁRIOS:

Alex Fabiane da Silva Santos
José Cardenal do Prado
Elion Gomes de Arruda Junior
Paulo Cesar Lima Lopes
Egilson Varrão Santos
Lidia Teixeira de Souza
José Raimundo Nunes Santana
Doracian da Fonseca Silva
Marizangela Viana Fialho
Ana Paula Pereira Maltez
José Maurício Pereira
Edvaldo Araújo da Silva
Cleber Malta de Araújo Nogueira
Gilberto Ferreira de Oliveira
Marta Antonia dos Santos
Joel de Castro Carvalho
Leila Karina Modesta dos Santos
Luiz Carlos Costa
Jacqueline Viancano Santos Neves
Adilson Pereira de Souza
Daniel Bispo dos Santos
Mateus Ferreira da Silva
Luzia Souza de Santana
Marta do Carmo Conceição de Brito Castillo
João Celso Pinot
Nilton de Jesus Silva
Thiago de Azevedo Ferreira
Ana Paula Santos Fernandes
Carlos Roberto Alves Borges
Sirleide Sousa Menezes
Jumarto Grisi
Antonio Adonias Aguiar Bastos
Cleber Miranda dos Reis
Brunozio Tosta de Menezes
Manoel Nascimento Rique Patricio
Raimundo Andrade dos Santos

Helen dos Santos Cardoso
Daniela Pereira de Jesus
Rosângela das Neves Soares
Valdison Cabral Sousa
Armando Pereira Calazans Neto
Avany Castello Branco Pitta
Aline Chagas Lima
Valdir dos Santos Silva
Diego Araújo de Azevedo
Francineide da Silva Souza
Eliseu Roberto da Silva
Patrícia Caris Santos Braga
Niiza Aparecida Portugal Ferreira
Nilton Vieira Rocha
Ubenilson Colombiano Matos dos Santos
Divaldo Batista da Silva
Joselson da Silva Santos
Ana Maria Oliveira Carvalho
Zanide Vagas Dantas da Silva
Luzineide Souza Santos
Luiz Carlos da Silva Souza
Rivaldo Cruz Araújo
Anna Karine dos Anjos Oliveira
Marise dos Montes Ferreira Reis
Maria Helena Cunha Fischer
Marcos Moia Almeida
Eliane Dias de Oliveira
Cristovam Deiro dos Santos
Ana Paula Muniz do Nascimento

Que os contratos de locação tiveram seus prazos expirados, tendo os senhores o prazo de 03 dias para comparecerem e/ou entrarem em contato com a nossa sede através do telefone 2201.4214 (exumação) ou e-mail (exumacao@boquedapaz.com.br), para tratar do assunto

INSS vai pagar 13^o entre os meses de maio e junho

CONTRA PANDEMIA O presidente Jair Bolsonaro assinou o decreto que antecipa o pagamento do 13^o de aposentados do INSS neste ano. O pagamento será feito em duas parcelas. A primeira, correspondente a 50% do valor, será paga juntamente com os benefícios de maio, entre os dias 25 próximo e 8 de junho. A segunda parte será paga com os benefícios de junho, entre 24 de junho e 7 de julho. Normalmente, o 13^o salário dos aposentados é pago nas competências de agosto e novembro.

A intenção de antecipar o benefício já tinha sido anunciada pelo governo como medida para incrementar a renda dos beneficiários do abono e favorecer o processo de recuperação da economia após o impacto da pandemia do novo coronavírus. Segundo estimativas do Ministério da Economia, a medida deve injetar R\$ 52,7 bilhões na economia do País.

A grande maioria dos beneficiários da Previdência Social são pessoas idosas, doentes ou inválidas, portanto integrantes dos grupos mais vulneráveis ao coronavírus, que terão, por meio da medida, maior segurança

A grande maioria dos beneficiários da Previdência Social são pessoas idosas, doentes ou inválidas, portanto integrantes dos grupos mais vulneráveis ao coronavírus
Secretaria Geral da Presidência da República
em nota

financeira neste momento delicado para a saúde e a economia", afirma a Secretaria Geral da Presidência da República em nota divulgada à imprensa.

"Segundo o Ministério da Economia, a medida tem por objetivo incrementar a renda dos beneficiários que fazem jus ao abono, injetando R\$ 52,7 bilhões na economia do país e favorecendo o processo de recuperação econômica após o impacto da pandemia", acrescentou o Palácio do Planalto.

A medida não terá impacto orçamentário pois trata-se apenas da antecipação do pagamento do benefício, sem acréscimo na despesa prevista para o ano.

A confirmação do pagamento antecipado aos aposentados, no entanto, dependia da sanção do orçamento de 2021. Os gastos obrigatórios estavam sendo feitos de forma provisória na proporção de 1/12 ao mês em relação ao estimado na proposta orçamentária, como autoriza a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O pagar o 13^o mais cedo que o habitual elevaria essa proporção.

O decreto presidencial ainda deve ser publicado no Diário Oficial da União.

A antecipação do 13^o para os beneficiários do INSS é mais uma medida do governo federal para diminuir o impacto econômico causado pela pandemia do novo coronavírus. A ela se somam, entre outros, o auxílio emergencial, uma transferência de renda temporária para os mais vulneráveis, desempregados e trabalhadores informais; o Pronampe, que visa facilitar o acesso a linhas de créditos por parte dos pequenos negócios; e o BEm, que prevê recomposição parcial de salários de trabalhadores afetados por redução de salário e jornadas ou pela suspensão temporária do contrato de trabalho, além de benefícios e isenções fiscais voltados para setores específicos, como o de cultura, entretenimento e turismo.

Ainda é aguardada a reedição a medida que criou o FGTS emergencial, que no ano passado permitiu aos trabalhadores sacarem até um salário mínimo das contas ativas e inativas do fundo

WHATSAPP PAY COMEÇA A OPERAR NO BRASIL

APP O WhatsApp anunciou ontem que pessoas físicas poderão transferir dinheiro por meio do app de mensagens, sem a cobrança de taxas. O recurso, chamado de WhatsApp Pay, começa a ser implementado gradualmente entre os usuários da plataforma nas próximas semanas. O serviço recebeu aval do Banco Central (BC) em 30 de março e estará disponível para clientes com cartões de débito, pré-pago ou combo das seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil, Banco Inter, Bradesco, Itaú, Mercado Pago, Next, Nubank, Sicredi e Woop Sicredi, com as bandeiras Visa e Mastercard. Operado pela Cielo, o modelo segue aberto para outras empresas interessadas em se tornar parceiras. Cartões de crédito não foram contemplados. Os usuários poderão enviar até R\$ 1 mil por transação e receber 20 transações por dia, com um limite de R\$ 5 mil por mês.

Endividamento cresce entre os mais pobres, diz FGV

PANDEMIA O impacto da pandemia e do atraso na liberação do auxílio emergencial levaram o endividamento das faixas dos brasileiros mais pobres voltar a subir. Em abril, 22,3% dos brasileiros com renda familiar de até R\$ 2,1 mil indicavam ter dívidas, patamar recorde, segundo pesquisa divulgada ontem pelo FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Segundo a Folhpress, esse percentual só havia sido verificado em junho de 2016, quando o país estava mergulhado na crise econômica causada pelo processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). A série histórica do FGV Ibre reúne dados desde maio de 2009. Em março de 2021, o percentual estava em 22,1%. Em abril de 2020, na fase inicial da pandemia, era de 21,6%.

Em 2021, novo avanço do coronavírus levou a medidas restritivas em diferentes regiões. Com isso, a atividade de empresas, especialmente de comércio e serviços, foi paralisada, reduzindo, mais uma vez, o faturamento dos empresários e a renda dos trabalhadores. A situação financeira foi agravada ainda mais pela interrupção dos programas de estímulo à economia, como o auxílio emergencial.

INFLAÇÃO NA INDÚSTRIA

4,78%

é alta da inflação na indústria brasileira entre março e fevereiro segundo informou o IBGE ontem. É o segundo maior crescimento do indicador mensal desde 2014. Em fevereiro deste ano, a alta foi de 5,16%, em números revisados.

Vendas de veículos recuam 7,5% na passagem de março para abril

FENABRAVE Num mês de resultados comprometidos pelo agravamento da pandemia, as vendas de veículos no País caíram 7,5% em abril na comparação com março, segundo o balanço divulgado nesta terça-feira, 4, pela Fenabrave, entidade que representa as concessionárias de automóveis. No total, foram vendidos 175,1 mil veículos no mês passado, entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus.

O número reflete o impacto da segunda onda da covid-19, cujas medidas de enfrentamento incluíram o fechamento de vendas durante semanas de março e abril, seguido por reabertura com horário de atendimento restrito, em mercados importantes incluindo o maior deles, São Paulo.

Ainda assim, o volume foi mais de três vezes maior (alta de 214%) se comparado ao desempenho de abril de 2020, quando o primeiro choque da pandemia derrubou o mercado a um volume inferior a 56 mil unidades. Na época, houve fechamento das concessionárias, acompanhado pela paralisação de todas as montadoras durante todo o mês.

De lá para cá, a digitalização de processos na venda de veículos, incluindo o licenciamento eletrônico dos automóveis, e soluções de atendimento fora das concessionárias ajudaram a atenuar os efeitos de medidas restritivas e distanciamento social.

Número reflete o impacto da segunda onda da covid-19, cujas medidas de enfrentamento incluíram o fechamento de vendas durante semanas de março e abril

DIA DAS MÃES DEVE TER ALTA DE 2,5%

FECOMÉRCIO O Dia das Mães não deve ter impacto significativo no desempenho do setor neste ano. Segundo um estudo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), a expectativa é que o feriado cause um crescimento tímido de 2,5% no faturamento deste mês em comparação a maio de 2020. De acordo com a análise, a alta será motivada principalmente pela demanda por materiais de construção, cujas lojas

devem faturar 22,8% a mais do que em maio do ano passado.

As lojas de vestuário, tecidos e calçados devem crescer 12,6% neste mês em relação a maio de 2020. No entanto, em comparação ao mesmo mês em 2019, nota-se que elas devem perder quase dois terços do seu tamanho, com queda de -59,9%. As lojas de móveis e decoração, porém, vão viver um dos piores Dia das Mães dos últimos anos, com perdas estimadas em 17,7%.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2021
A Pregoeira Oficial da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA, torna público que será realizada Sessão Pública para recebimento de propostas para aquisição de materiais de limpeza e higiene pessoal para atender as necessidades desta Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA. Data: 20/05/2021, às 08:30 h. O edital está disponível através do link <https://portal.datransparencia.cmlm.ba.gov.br/licitacoes/>, podendo também ser solicitado de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 no Setor de Licitações, assim como através do e-mail licitacao@cmlm.ba.gov.br. Luís Eduardo Magalhães - BA, 04 de maio de 2021.
SABRINI GONÇALVES CAMPOS - Pregoeira Oficial.

COMUNICADO OI AOS CLIENTES
ERRATA
A Oi Móvel S.A., em Recuperação Judicial, vem retificar as informações publicadas no dia 04/05/2021, no jornal: Correio da Bahia. Informamos ao público em geral, o adiamento do lançamento comercial dos Planos Alternativos "Oi TV Start HD - Pacote 206", "Oi TV Mix HD - Pacote 207" e "Oi TV Total HD - Pacote 208" que irá ocorrer no dia 07 de Maio de 2021, no município de Paulo Afonso.

ECONOMIA

Relatório propõe unificar cinco impostos em um

REFORMA TRIBUTÁRIA O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) apresentou, ontem, o relatório da reforma tributária, unindo cinco impostos em um novo tributo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e criando um imposto seletivo, que incidiria sobre bebidas alcoólicas e cigarros. O texto não define a alíquota dos novos impostos nem trata de alterações no Imposto de Renda.

Os tributos extintos seriam os seguintes: PIS, Cofins e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que são federais; ICMS, que é estadual; ISS que é municipal. Segundo o relatório, a alíquota do IBS será definida com base "no somatório das alíquotas da União, dos estados e dos municípios".

O tributo vai incidir sobre qualquer operação com bem (seja ele material ou imaterial) ou serviço. Já o imposto seletivo poderá ter alíquotas específicas, alteradas pelo Poder Executivo. Nos dois casos, os detalhes serão definidos em lei complementar.

O relatório reconhece que há um debate a respeito do impacto do IBS nos preços para o consumidor. Para defender o tributo, o deputado menciona um estudo feito pelo Ministério da Economia a respeito de outra proposta, apresentada pelo governo: a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), unificando só PIS e Cofins.

No mesmo dia da leitura do parecer da reforma tributária, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), declarou extinta a comissão mista que analisa a proposta, o que praticamente invalida o relatório apresentado. O anúncio despertou a reação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que defendeu a continuidade dos trabalhos.

Guedes sugere vender estatais para erradicar pobreza

AUDIÊNCIA O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem, durante audiência pública na Câmara dos Deputados, que empresas estatais podem ser vendidas para que o governo retine recursos para formar um fundo de erradicação da pobreza. De acordo com o ministro, esse fundo seria temporário e se destinaria a beneficiar famílias de baixa renda.

"Podemos fazer um plano de quatro, cinco anos, vendemos empresas estatais para um fundo de erradicação da miséria. Durante dois, três, quatro anos, vou transferir propriedades, dar ativos para os mais frágeis brasileiros. Isso terá de ser um esforço conjunto com o congresso, via PEC [Proposta de Emenda Constitucional]", declarou o ministro.

Guedes também disse que o auxílio emergencial, quando terminar, terá de ser substituído por outro benefício sustentável, ou seja, com uma fonte de financiamento permanente. O governo pagou, no ano passa-



“O auxílio, quando for interrompido, tem de ser substituído por um Bolsa Família sustentável, com um valor mais alto que R\$ 170 Paulo Guedes

Ministro da Economia

do, R\$ 600 nas cinco primeiras parcelas do auxílio emergencial, entre abril e agosto de 2020, e as quatro últimas de R\$ 300 – de setembro a dezembro do ano passado. Neste ano, o benefício foi retomado em abril, com o pagamento previsto de quatro parcelas. O valor varia de R\$ 150 a R\$ 375.

"O auxílio emergencial, quando for interrompido, tem de ser substituído por um Bolsa Família sustentável, valor mais alto que R\$ 170, mas não sei se vamos chegar a R\$ 600", disse ele.

Guedes disse ainda que o governo deve lançar em breve um programa para os chamados "invisíveis", pessoas que não têm emprego formal nem são cobertas por medidas de auxílio econômico governamentais. Ele voltou a citar o programa Bônus de Inclusão Produtiva (BIP) e disse que deve "soltar isso brevemente". Em entrevista ao jornal O Globo no domingo, Guedes disse que o BIP deve pagar entre R\$ 200 e R\$ 300 para pessoas que fizeram curso preparatório para o mercado de trabalho.

"Algum programa nós vamos dirigir para os invisíveis. Para quem não tem nem BPC nem Bolsa Família e estão andando por aí em busca de seu ganha-pão. É o nosso principal desafio",

afirmou Guedes, em audiência pública conjunta das comissões de Finanças e Tributação; Educação; Trabalho, Administração e Serviço Público; e Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

Questionado sobre a possibilidade de criação de um novo Refis para parcelar as dívidas das empresas, Guedes citou que o modelo de transação tributária já recuperou mais de R\$ 80 bilhões em débitos. "É melhor limpar a ficha e tirar as empresas da lista de devedores. Em vez das pessoas ficarem com a ficha suja pelo resto da vida, paga o que for possível e fica zerado com a Receita Federal para começar uma vida nova. Damos um desconto nessa modalidade que achamos melhor que o Refis", completou.

Após ter defendido a cobrança de impostos sobre os livros no ano passado, o ministro negou ter defendido a taxaço sobre os livros. "Já-mais tive projeto de taxar livros. Desafio alguém a mostrar isso. Inventam uma mentira e ficam repetindo até funcionar. É possível que a defesa do imposto Sobre Valor Agregado (IVA), uma assessoria que tínhamos aqui (Vanessa Canada) tenha dito que ele é geral para todos os setores", argumentou Guedes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA (BA)
CNPJ 13.717.277/0001-81
AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2021)
A Prefeitura Municipal de Jussara torna público aos interessados a realização da licitação na Modalidade: Pregão Presencial Nº 14/2021, tendo como Objeto: Aquisição de medicamentos e material odontológico para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde do município. Data de abertura: 14/05/2021 às 08:00h. Local: Prefeitura Municipal de Jussara, com sede à Praça Máximo Guedes, 93, Setor de Lotação. Maiores informações poderão ser obtidas gratuitamente pelo telefone: (74) 3647-1029.

AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2021)
A Prefeitura Municipal de Jussara torna público aos interessados a realização da licitação na Modalidade: Pregão Presencial Nº 19/2021, tendo como Objeto: Aquisição de Peças, Pneus e Serviços Mecânicos para diversos setores em todo município. Data de abertura: 17/05/2021 às 08:00h. Local: Prefeitura Municipal de Jussara, com sede à Praça Máximo Guedes, 93, Setor de Lotação. Maiores informações poderão ser obtidas gratuitamente pelo telefone: (74) 3647-1029.

Léa Margarete Mendes da Silva – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAJUBA
CNPJ Nº: 13.763.479/0001-60
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2021
O Pregoeiro realizará licitação em 17/05/2021 às 08h00m (horário de Brasília). Local Sítio: www.licitacoes-e.com.br. Licitação Nº 8706271. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECARGA E AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE IMPRESSORAS E AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE TI DE ACORDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE IRAJUBA-BA. Informações: Tel. (73) 3548-2147. Divulgação dos outros atos - Diário Oficial - site: www.irajuba.ba.gov.br. Irajuba-BA, 05 de Maio de 2021. Vinicius Pimentel de Azevedo - Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O Prefeito Municipal, usando de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/93, e Decreto Federal nº. 10.024/2019 no que for pertinente bem como Decreto Municipal nº. 026/2019 e suas alterações posteriores, resolve Homologar o Processo Licitação, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021, referente a Aquisição de peças Automotivas Geral para manutenção dos Veículos da frota do município de Iracema de Ayupituba e AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI. CNPJ Nº 17.694.330/0001-71, lotes 01 e 03 com o valor de R\$ 605.000,00 (Seiscentos e cinco mil reais) EMPRESA COMERCIAL DE AUTO PEÇAS JM LTDA - ME, CNPJ nº 42.030.247/0001-09 lote 02, com valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais). Totalizando um valor global de R\$ 715.000,00 (Setecentos e quinze mil reais). Registre-se, compra-se, publique-se e registre-se no Contrato. Irajuba - Bahia, 01 de Abril de 2021-ANTÔNIO OLIVEIRA SAMPAIO-PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
CNPJ Nº: 13.383.178/0001-31
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2021 (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO)
O Pregoeiro torna público aos interessados que se realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico (Sistema de Registro de Preço) nº 006/2021. Processo Administrativo nº 071/2021. Tipo: Menor Preço Global. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS (BA). Acolhimento das Propostas: 16h00min de 06/05/2021 até as 08h00min de 19/05/2021. Abertura das Propostas: 19/05/2021, às 08h01min. Disputa: 19/05/2021 às 08h30min. Endereço Eletrônico: http://www.licita.com.br. Edital: Disponível na plataforma. Informações: pregaohelipolisba2021@gmail.com. Local: Heliópolis/BA, 05 de maio de 2021. Hugo da Silva Andrade - Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2021 (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO)
O Pregoeiro torna público aos interessados que se realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico (Sistema de Registro de Preço) nº 007/2021. Processo Administrativo nº 072/2021. Tipo: Menor Preço Por Item. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇÃO DE ÁREAS CONDICIONADAS E MAQUINAS DE LAVAR PARA O MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS (BA). Acolhimento das Propostas: 16h00min de 06/05/2021 até as 13h59min de 19/05/2021. Abertura das Propostas: 19/05/2021, às 14h00min. Disputa: 19/05/2021 às 14h30min. Endereço Eletrônico: http://www.licita.com.br. Edital: Disponível na plataforma. Informações: pregaohelipolisba2021@gmail.com. Local: Heliópolis/BA, 05 de maio de 2021. Hugo da Silva Andrade - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.845.086/0001-03
AVISO DE LICITAÇÃO (SRP) (PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021)
O Pregoeiro torna público aos interessados que realizará a licitação: Modalidade: Pregão Presencial nº 006/2021 - Tipo: Menor Preço por Lote. Objeto: Registro de preço para aquisição peças para máquinas pesadas da frota municipal de Serrinha. Sessão de Abertura: 17/05/2021 às 09:00h. Local: Rua Macário Ferreira, nº 517 - Centro - Serrinha/BA - Sala de Licitações. O edital poderá ser solicitado pelo e-mail: pregao@serrinhaba@gmail.com ou através de download no site https://www.serrinha.ba.gov.br onde as demais publicações posteriores dos atos subsequentes estarão à disposição de quaisquer interessados. Informações: 75-32618500 - ramal 2122.

Emerson Rosa dos Santos - Pregoeiro - Portaria 155/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAÍRA
CNPJ Nº: 13.910.690/0001-68
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 017/2021 AVISO DE LICITAÇÃO
A PREGOEIRA torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 017/2021, Processo Administrativo: 112/2021, Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL. Objeto: Contratação de empresa especializada para, sob demanda, prestar serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção dos prédios públicos, com fornecimento de peças, materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra, sem regime de dedicação exclusiva, na forma estabelecida no Termo de Referência e nas planilhas de serviços e insumos diversos, descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil-SINAPI e na tabela ORSE -Orçamento de Obras de Sergipe (Brasil), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. SESSÃO DE ABERTURA: às 08h00min do dia 17/05/2021, no Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br - Maiores informações através do tel. (75) 3544 - 2034 das 08:00hrs às 12:00hrs. Os interessados poderão obter o Edital no site oficial do Município - https://www.ubaira.ba.gov.br/ ou no Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br ou na Prefeitura Municipal de Ubaira - BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08h00min às 12h00min.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021
Sessão de abertura: 20/05/2021, às 09:00h. Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Limpeza Urbana, Coleta, Transporte e Resíduos Sólidos Urbano, na Sede e Distritos do Município de Ubaira, Estado da Bahia, nos termos das especificações descritas no Projeto Básico e demais anexos do instrumento convocatório. Maiores informações através do tel. (75) 3544-2034 das 08:00h às 12:00h. Os interessados poderão obter o Edital no site oficial (www.ubaira.ba.gov.br) ou na Prefeitura Municipal de Ubaira - BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08:00h às 12:00h. Sama Rodrigues Dias, Presidente da CPL. Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
A Comissão Permanente de Licitação - COPEL, do município de Teixeira de Freitas, torna público para conhecimento dos interessados, que será realizada a seguinte Licitação: MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2021 - SRP PROCESSO Nº 065/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 723/2021 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (GASOLINA), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. DATA DA SESSÃO: 18/05/2021 às 08h30min, horário de Brasília. Quaisquer esclarecimentos/questionamentos poderão ser formalizados através do e-mail: copelpmf@teixeiradefreitas.ba.gov.br, "transparência", "Editais de Licitação", "Editais Bakvar", Teixeira de Freitas, 05 de maio de 2021. MAGDA DE SELES GUIMARÃES, Pregoeira.

AVISO DE LICITAÇÃO A Comissão Permanente de Licitação - COPEL, do município de Teixeira de Freitas, torna público para conhecimento dos interessados, que será realizada a seguinte Licitação: MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2021 - SRP PROCESSO Nº 066/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 722/2021 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (PEÇAS DE EUCALIPTO TRATADO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. DATA DA SESSÃO: 18/05/2021 às 14h00min, horário de Brasília. Quaisquer esclarecimentos/questionamentos poderão ser formalizados através do e-mail: copelpmf@yahoo.com. O acesso ao edital será através do endereço eletrônico http://www.teixeiradefreitas.ba.gov.br, "transparência", "Editais de Licitação", "Editais Bakvar", Teixeira de Freitas, 05 de maio de 2021. MAGDA DE SELES GUIMARÃES, Pregoeira.

AVISO DE LICITAÇÃO A Comissão Permanente de Licitação - COPEL, do município de Teixeira de Freitas, torna público para conhecimento dos interessados, que será realizada a seguinte Licitação: MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2021 - SRP PROCESSO Nº 067/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 714/2021 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (VEICULO TIPO SEDAN), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. DATA DA SESSÃO: 19/05/2021 às 09:30min, horário de Brasília. Quaisquer esclarecimentos/questionamentos poderão ser formalizados através do e-mail: copelpmf@yahoo.com. O acesso ao edital será através do endereço eletrônico http://www.teixeiradefreitas.ba.gov.br, "transparência", "Editais de Licitação", "Editais Bakvar", Teixeira de Freitas, 05 de maio de 2021. MAGDA DE SELES GUIMARÃES, Pregoeira.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5.4297	R\$ 5.4307
Dólar Turismo	R\$ 5.417	R\$ 5.593
Euro Turismo	R\$ 6.457	R\$ 6.74

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	117.712,00	-1,26%

POUPANÇA

5/5/2021	0,1159%
----------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1100,00

INFLAÇÃO

Índice	Março	Ano	12 meses
INPC/IBGE	0,93%	2,05%	6,10%
INPC/IBGE	0,86%	1,96%	4,57%
IGP-M/FGV	2,94%	8,26%	31,07%

Tribuna

Suspensão

O recadastramento de aposentados e pensionistas segue suspenso no mês de maio na Bahia. A mesma determinação é válida para pensionistas cujo benefício foi originado por servidor que faz aniversário no mês de maio. O decreto foi divulgado na edição de ontem, no Diário Oficial do Estado (DOE). Os aposentados aniversariantes de maio também estão dispensados de realizar a prova de vida junto à Previdência Estadual, até o final do mês. Esta já é a décima segunda prorrogação consecutiva. A medida foi adotada pelo governo como forma de evitar a transmissão da Covid-19 na Bahia.

Gás natural

O deputado Tiago Correia (PSDB) comemorou ontem a decisão da Petrobras de adotar um novo parâmetro para determinar o preço do gás natural, sem as oscilações que provocaram, somente nos primeiros meses deste ano, um aumento de 11,44% no botijão. "Em alguns bairros de Salvador ou municípios da Bahia, o consumidor está pagando mais de R\$ 100 pelo botijão, um preço absurdo e que pesa no bolso dos baianos", afirmou o parlamentar.

Aprovado

A Câmara Municipal de Salvador aprovou na tarde desta terça-feira (4), na 15ª Sessão Ordinária da 19ª Legislatura, três projetos de lei do Executivo e várias matérias de vereadores. Dentre os projetos aprovados, consta o PL nº 137/21, que institui o Programa CredSalvador e cria o Fundo de Crédito Emergencial do Município, no contexto das medidas para o enfrentamento econômico da pandemia da Covid-19.

Mulheres negras

A Câmara Municipal de Salvador aprovou, durante sessão desta terça-feira (4), duas emendas da oposição, voltadas para população negra e de mulheres, ao projeto de lei 137/2021 que cria o programa CredSalvador, conjunto de medidas emergenciais adotadas no processo de retomada e dinamização da economia no município, voltados a MEIs, profissionais autônomos, pequenos empreendedores e microempresários de Salvador. Uma dessas emendas cria a reserva de 30% da aplicação do Fundo de Crédito Emergencial para empreendimentos de pessoas negras, além de garantir também a paridade de gênero na distribuição do Fundo, sendo 50% destinada aos empreendimentos de mulheres negras.

Tribuna

SECRETARIAS

Rui Costa anuncia mudanças no governo; Leal assume SDE



RUI COSTA disse ontem que um grupo de cientistas, com coordenação de secretários da Saúde do Nordeste, prepara um dossiê em favor da vacina Sputnik V

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O governador Rui Costa (PT) anunciou ontem duas mudanças no secretariado e voltou a defender a compra da vacina russa Sputnik contra a Covid-19. Sobre as alterações no governo, o petista declarou que a Secretaria de Planejamento do Estado será agora comandada pelo vice-governador João Leão, já a Secretaria de Desenvolvimento Econômico passa a ser chefiada pelo deputado estadual Nelson Leal. Com essas modificações, o PP passa a ter mais espaço na administração estadual.

No que diz respeito à vacina, o governador afirmou que um grupo de cientistas, com coordenação de secretários da Saúde do Nordeste, prepara um dossiê em

favor da vacina Sputnik V. Na semana passada, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) apontou falhas no desenvolvimento do imunizante, e recomendou que não seja importada.

"Nós estamos preparando esses relatórios de cientistas. É um grupo de cientistas que sempre deu apoio ao Nordeste. São documentos, posicionamentos de cientistas renomados brasileiros, com base em todos os documentos que foram colocados à disposição da Anvisa. São mais de 20 mil páginas", pontuou Rui, em entrevista à CNN.

O governador baiano voltou a apelar para que a Anvisa tenha "boa vontade". "O que nós estamos pedindo é um pouco de boa vontade da Anvisa para que faça o teste. Pegue a amostra. Se não quer pedir amostra

da Rússia, vai aqui na Argentina, que já aplicou milhões de doses, vai no México, que já aplicou milhões de doses, e faz o teste. Se de fato contém ou não contém o vírus replicante, afirmo não só ao povo brasileiro, afirmo e ajude 64 países do mundo que estão usando largamente a vacina. E, até hoje, em 64 países, nem a imprensa nem os setores de saúde anunciaram qualquer efeito colateral", declarou.

O secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, afirmou que o impasse é fruto de uma " vaidade" da área técnica da Anvisa. "O que está por de trás disso é o medo da Anvisa de perder a sua distinção de pertencer a um clubinho de agências regulatórias internacionais. No entanto, esse desejo de permanecer dentro do clube

não pode ser superior ao interesse do povo brasileiro. É preciso flexibilizar suas regras e aceitar, o que vem acontecendo no mundo inteiro, em mais de 60 países, que é a comercialização da vacina", afirmou.

Ainda na entrevista de ontem, Rui ainda disse que acredita na importação do imunizante. Segundo ele, se a Anvisa tivesse autorizado, já era para ter 2 milhões de doses em abril, e mais 5 milhões em maio. O governador declarou também que vai permanecer ajuizando ações judiciais para aplicar a vacina. "Não trabalhamos com essa hipótese de não poder trazer. Obviamente, o contrato não foi pago. E tem cláusula que só é eficaz o pagamento financeiro após que a vacina seja autorizada no Brasil, e a sua aplicação", afirmou.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 04/05/21	



RUI ANUNCIA PRIMEIROS NOMES DA REFORMA DO SECRETARIADO



admin 4 Maio, 2021

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), anunciou durante o papo correria desta terça-feira (4), uma mini reforma de secretariado. As mudanças ocorrerão em pelo menos cinco pastas, no entanto, o governador informou apenas uma mudança. Com a alteração, Nelson Leal, ex-presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, vai comandar a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, até então comandada pelo presidente estadual da sigla e também vice-governador João Leão, que vai para a Secretaria de Planejamento em substituição a Walter Pinheiro.

Segundo especulações que circulam nesta noite, o governador também vai fazer as seguintes mudanças: A Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura passará a ter

Tribuna

Sebrae quer capacitar as micro e pequenas empresas

Na reunião desta terça-feira (04), o Núcleo das MPME's da Associação Comercial da Bahia (ACB), sob a coordenação do vice presidente da entidade, Carlos Gantois ocorreu a palestra, seguida de debate, do diretor presidente do Sebrae Nacional, Carlos Melles, cujo tema foi "Políticas Públicas na Pandemia e a atuação do Sebrae em apoio às MPES". O evento contou com o apoio do Sebrae/Ba, na pessoa do superintendente regional, Jorge Khoury.

Estavam presentes ao concorrido evento, o presidente da ACB, Mário Dantas, que na oportunidade afirmou que o Sebrae é fundamental para criar um ambiente propício para a retomada da economia - os seus vice presidentes, demais diretores da Executiva, membros do Conselho Superior, da Diretoria Plenária, associados, autoridades, lideranças empresariais e de órgãos públicos, profissionais liberais e acadêmicos.

Para o presidente do Sebrae Nacional, Carlos Melles, os microempreendedores, as micro empresas e empresas de pequeno porte, de acordo com levantamentos feitos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), demonstram sua importância para economia nacional e a retomada do crescimento nacional, gerando emprego e renda, respondendo, no início de 2021, por quase 70% dos empregos formais gerados no Brasil. Para ele este segmento empresarial é a grande força motriz do país, daí a importância do firme apoio aos pequenos negócios mediante consequentes políticas públicas.

O coordenador do Núcleo, Carlos Gantois registrou o seu entendimento de que é fundamental o fomento aos pequenos negócios para alavancar a nossa economia, de forma gradual e



GANTOIS

Ressalta a importância de fomentar negócios

sustentável. O Sebrae tem tido um destacado papel nessa causa, parabenizando, na oportunidade, o trabalho do Sebrae Nacional e Baiano nas pessoas de Carlos Melles e Jorge Khoury, respectivamente.

A vice coordenadora Rosemma Maluf manifestou seu apoio ao trabalho do Sebrae e pontuou sua parceria com a entidade há mais de duas décadas, bem como enfatizou a necessidade de se fomentar o empreendedorismo feminino, a atividade de comércio e serviços, muito abalada pela pandemia que ainda perdura, e o turismo local, com o apoio do Sebrae/Ba.

Para o diretor superintendente do Sebrae Bahia, Jorge Khoury, é de vital importância inserir as os governos municipais neste processo de retomada da economia, permitindo a estruturação dos municípios com o fortalecimento dos pequenos negócios que ali florescem.

Tribuna

“Não vamos subir em cadáveres para fazer política”, diz Guedes

CORREIO BRAZILIENSE

Em uma mudança de discurso mais pacífico para os parlamentares, o ministro da Economia, Paulo Guedes, levantou a bandeira branca e afirmou que “não pretende subir em cadáveres para fazer política”. Logo que assumiu o cargo, chamou os integrantes do Congresso de “criaturas do pântano político” e, agora, enquanto o Senado Federal realizava a primeira audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19, o chefe da equipe econômica tentava convencer os integrantes de quatro comissões da Câmara dos Deputados de que a economia está se recuperando de maneira forte após registrar uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) menor do que a maioria dos países desenvolvidos.

Segundo o ministro, as prioridades deste ano serão: saúde, emprego e renda, reduzindo a lista de 35 prioridades que o presidente Jair Bolsonaro tinha apresentado no início do ano. “Não vamos subir em cadáveres para fazer política”, disse Guedes, nesta terça-feira (4/5) aos deputados da audiência conjunta, onde criticou a polarização. “Precisamos de mais respeito e de mais tolerância. Temos que escapar da espiral de ódio, porque é um descredenciamento da nossa democracia”, afirmou ele, defendendo a “capacidade de compreender o outro lado acima de tudo”. “Quem estiver explorando cadáver para fazer

política, não vai dar certo. Eu acredito justamente que temos que conviver construindo um Brasil melhor, sempre pensando que o Brasil está acima de tudo. É o nosso país”, frisou.

Ao destrinchar as prioridades, a vacinação em massa é o grande desafio na área da Saúde, que será prioritária. Ainda segundo o ministro, “não vai faltar dinheiro” para a pasta. No caso do emprego e da renda, ele não deu muitos detalhes de que medidas e programas sociais o governo pretende desenvolver, e voltou a citar os 38 milhões de “invisíveis” que foram descobertos por ele durante a pandemia no ano passado com o auxílio emergencial. “Descobrimos que havia 38 milhões de brasileiros subempregados, os invisíveis, que, do dia para a noite, ficaram sem renda, porque trabalhavam informalmente, sem contribuir para a Previdência”, disse.

O ministro participa de uma audiência pública conjunta de quatro comissões: Educação (CE); Finanças e Tributação (CFT); Segurança Social e Família (CSSF); e Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados. Parlamentares demonstraram surpresa pela realização de uma audiência conjunta com o ministro nesta terça-feira, às 10h, e isso gerou uma confusão que atrasou o início dos trabalhos dos parlamentares e da fala do ministro, que começou quase uma hora após o início da sessão.

‘Economia ignorou riscos da pandemia desde o princípio’

CORREIO BRAZILIENSE

De acordo com o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, optaram por priorizar a economia no combate à covid-19, mesmo com informações sobre o número provável de mortos e sobre o momento em que ocorreria uma segunda onda. Mandetta disse, ainda, que Guedes pode ter induzido ao erro até mesmo empresários e operadores do mercado.

O ex-ministro comentou as escolhas do governo durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 nesta terça-feira (4/5). Mandetta disse que tinha acesso ao segundo escalão de Guedes, mas que o ministro simplesmente não respondia telefonemas ou recados, e que parecia descolado da realidade no que diz respeito à gravidade do coronavírus.

“O distanciamento da equipe econômica era real. Não posso negar. Eu dialogava com o segundo escalão sobre algumas questões, mas entre ministros, telefonemas, recados para conversar com ministros não eram respondidos”, relatou.

“Algumas reuniões no ambiente de gabinete de ministros, havia uma visão muito menor da gravidade. Eu dizia que a crise ia longe, e o ministro falava que o Brasil cresceria 2,5%, mas que, com a covid, cairia para 2%, meio por cento do PIB. Eu disse que

não estavam compreendendo o tamanho da confusão”, recordou.

Para Mandetta, Bolsonaro e Guedes pareciam apostar em um efeito de rebanho que acabaria em setembro ou outubro de 2020, o que não aconteceu, e isso teria induzido o governo a aceitar o auxílio emergencial de R\$ 600, acreditando que em quatro meses não seria mais necessário um socorro aos mais vulneráveis, “não vendo que a doença estava só no primeiro terço”, constatou.

“Sempre houve um distanciamento. Pautar decisões econômicas em um momento de epidemia, de saúde, me parece que teria sido necessário que os ministérios tivessem notas técnicas conjuntas. Muitas tomadas de decisão acabaram sendo equivocadas até por pessoas do mercado, que estavam com seus empreendimentos, que precisavam saber qual é a perspectiva. Para onde vamos”, disse.

“Eu disse quando (a pandemia) ia crescer, ser o aumento, estabilizar, cair, o intervalo para segunda onda, o número de mortes em 2020, e até o fim da pandemia. Todas essas informações eles tinham. Sobre o porquê de pautarem de maneira diferente, fico em dívida”, completou.

A demissão de Mandetta, em abril do último ano, aconteceu menos de duas semanas antes da outra exoneração, a do ex-chefe da pasta de Justiça ex-juiz Sérgio Moro. Moro pediu demissão após apontar tentativa de interferência do presidente na PF.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 04/05/21	



POR CRISE DA PANDEMIA, 23 CIDADES BAIANAS CONTINUARÃO EM ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA



admin 5 Maio, 2021

O reconhecimento do estado de calamidade pública será renovado em 23 municípios baianos por causa da pandemia da Covid-19. A renovação foi anunciada pela Assembleia Legislativa nesta terça-feira (4). Estão na lista para a renovação os municípios de Abaíra, Acajutiba, Ajustina, Barro Alto, Cabaceiras do Paraguaçu, Cafarnaum, Canudos, Cordeiros, Filadélfia, Ibirapuã, Ibotirama, Itarantim, Lamarão, Mucugê, Muniz Ferreira, Muritiba, Ouriçangas, Piatã, Quijingue, Salinas da Margarida, Sítio do Quinto, Curaçá e Jaguarari. A decretação de calamidade pública reduz os limites da lei, ao suspender contagem de prazos, dispensar o

Raul Monteiro

POLITICALIVRE

POLÍTICA EM PRIMEIRO LUGAR

9-8801-0190

INTERIOR (HTTPS://POLITICALIVRE.COM.BR/CATEGORY/INTERIOR/)

BAHIA (HTTPS://POLITICALIVRE.COM.BR/CATEGORY/BAHIA/)

BRASIL (HTTPS://POLITICALIVRE.COM.BR/CATEGORY/BRASIL/)



ECONOMIA (HTTPS://POLITICALIVRE.COM.BR/CATEGORY/ECONOMIA/)



COLONISTAS (HTTPS://POLITICALIVRE.COM.BR/ARTIGOS-COLONISTAS/)

Foto: Maryanna Oliveira/Câmara dos Deputados

MAIS LIDAS



Leão assume Planejamento e Desenvolvimento Econômico

(HTTPS://POLITICALIVRE.COM.BR/2021/05/leao-assume-planejamento-e-desenvolvimento-economico/) (HTTPS://POLITICALIVRE.COM.BR/2021/05/leao-assume-planejamento-e-desenvolvimento-economico/)

04 maio 2021



Câmara Municipal aprova o programa CredSalvador

(HTTPS://POLITICALIVRE.COM.BR/2021/05/cam-municipal-aprova-o-programa-cred-salvador/) (HTTPS://POLITICALIVRE.COM.BR/2021/05/cam-municipal-aprova-o-programa-cred-salvador/)

04 maio 2021



Paulo Gustavo tem 'sinais vitais', mas quadro é irreversível, diz boletim

(HTTPS://POLITICALIVRE.COM.BR/2021/05/paulo-gustavo-tem-sinais-vitais-mas-quadro-irreversivel-diz-boletim/) (HTTPS://POLITICALIVRE.COM.BR/2021/05/paulo-gustavo-tem-sinais-vitais-mas-quadro-irreversivel-diz-boletim/)

04 maio 2021



Relator propõe reforma tributária ampla e Lira decide extinguir comissão

(HTTPS://POLITICALIVRE.COM.BR/2021/05/relator-propoe-reforma-tributaria-ampla-e-lira-decide-extinguir-comissao/) (HTTPS://POLITICALIVRE.COM.BR/2021/05/relator-propoe-reforma-tributaria-ampla-e-lira-decide-extinguir-comissao/)

04 de maio de 2021 | 18:31

Relator propõe reforma tributária ampla e Lira decide extinguir comissão

BRASIL

Like 0

No dia em que a comissão mista da reforma tributária se reuniu para finalmente ouvir o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), os integrantes foram surpreendidos com informações desencontradas sobre o fim do colegiado.

O deputado apresentou nesta terça-feira (4) um relatório com uma fusão ampla de impostos cobrados hoje por União, estados e municípios. O texto contrariava o governo, que queria implementar uma mudança fatiada e voltada inicialmente apenas a tributos federais.

A proposta de uma reforma ampla (com estados e municípios) contraria a equipe econômica, que considera que o relatório de Aguinaldo tem potencial para prolongar indefinidamente as discussões e gerar um custo multibilionário para a União bancar antes por eventuais perdas com as mudanças.

O governo quer agora voltar as atenções tanto à CBS como a outros pontos considerados pelo time de Guedes como viáveis e importantes para simplificar o sistema tributário.

Um deles será a unificação da legislação de ICMS e ISS, conforme relatos ouvidos pela Folha, com limitação no número de alíquotas que governadores e prefeitos poderão escolher – evitando a guerra fiscal entre eles e diminuindo a quantidade de diferentes regras tributárias pelo País.

Logo após a proposta ter sido apresentada, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou a extinção da.

O deputado Marcelo Ramos (PL-AM), vice-presidente da Câmara, confirmou a informação. “Lira acaba de me confirmar que, considerando que a Comissão da Reforma Tributária extrapolou o prazo de sessões, por força do Regimento Interno da Casa, a comissão está extinta”, publicou em rede social.

Pouco depois, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), se pronunciou e afirmou que os trabalhos se concluem com a apresentação do relatório de Aguinaldo. “É razoável e inteligente darmos oportunidade de [os membros da comissão] concluírem o trabalho, o que se efetiva com a apresentação do parecer pelo deputado Aguinaldo Ribeiro”, afirmou em nota.

De acordo com o líder do governo na Câmara, o deputado Ricardo Barros (PP-PR), a intenção agora é que os trabalhos sejam refeitos e a reforma seja apresentada de forma fatiada – como o governo defende.

Em pronunciamento para esclarecer sobre o episódio, Lira afirmou que tomou a decisão de extinguir a comissão especial sobre a PEC 45, de autoria da Câmara, após parecer técnico. Ele disse ainda que o texto de Aguinaldo seria aproveitado. “Nada se desperdiça no Congresso Nacional. O relatório final

[e-lira-decide-extinguir-comissao/](#)
04 maio 2021



Deputado pede urgência na pavimentação da BA-698 entre a BR-101 em Mucuri
(<https://politicalivre.com.br/2021/05/dep-pede-urgencia-na-pavimentacao-da-ba-698-entre-a-br-101-em-mucuri/>)
04 maio 2021



COLONISTAS



Eduardo Salles

[O trabalho para salvar empresas e empregos continua](#)

28 abril 2021

(<https://politicalivre.com.br/artigos/o-trabalho-para-salvar-empresas-e-empregos-continua/>)



Jacó Lula da Silva

[Educação pública na Bahia, uma história reescrita a partir do Enem](#)

15 abril 2021

(<https://politicalivre.com.br/artigos/educ-publica-na-bahia-uma-historia-reescrita-a-partir-do-enem/>)



Karla Borges

[Reforma Tributária, NÃO!](#)

28 abril 2021

(<https://politicalivre.com.br/artigos/refor-tributaria-nao/>)



Lucas Faillace Castelo Branco

da reforma sem dúvida irá incorporar alguns pontos do relatório do Aguinaldo, não tenho dúvida disso, se não em sua grande parte.”

Segundo Lira, o despacho que foi proferido pela presidência da Câmara envolveu a comissão especial da PEC 45, que já havia expirado seu prazo regimental há mais de um ano e meio.

“Com esse cuidado, nós trouxemos o texto para o plenário da Casa, como manda o regimento, e a partir de uma reunião com os líderes da casa, com o relator Aguinaldo, com os senadores que nós iremos ainda procurar e conversar, nós haveremos ainda de encontrar uma saída rápida que dê segurança jurídica e que traga o melhor texto possível para o Brasil”, afirmou.

Os membros do colegiado misto reagiram. O presidente da comissão, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), afirmou que os trabalhos da comissão se estenderam até maio por motivos diversos, como a própria a pandemia de Covid-19 e o tratamento de câncer do filho.

O presidente da comissão, mesmo com a informação sobre a extinção da comissão, reiterou os prazos anunciados no início dos trabalhos da sessão e disse que eles foram combinados com Pacheco. Até sexta-feira (7), segundo ele, serão recebidas sugestões de parlamentares ao texto. E até o dia 11 será feita a apresentação do relatório final.

Ele reiterou que o objetivo da comissão é esclarecer o debate e pediu para que seja evitado o calor. “A gente conversou sempre. Queremos trazer luz a essa arena política. Já chega de calor. Luz”, disse.

O deputado Hildo Rocha (MDB-MA), vice-presidente da comissão, afirmou que o trabalho feito por Aguinaldo não pode ser destruído ou jogado fora e sugeriu que os trabalhos sejam tocados pelo Senado.

“Já que ele [Lira] não quer pela Câmara, podemos propor que iniciemos pelo Senado. Tenho certeza que o presidente Pacheco vai querer fazer, em benefício da sociedade brasileira”, afirmou Hildo Rocha.

Deputados da base governista também lamentaram a extinção do colegiado e consideraram a decisão do presidente da Câmara equivocada.

[A conquista do respeito e o STF](#)

13 abril 2021

[\(https://politicalivre.com.br/artigos/a-conquista-do-respeito-e-o-stf/\)](https://politicalivre.com.br/artigos/a-conquista-do-respeito-e-o-stf/)



Luiz Eduardo Romano

[O papel do Poder Público em meio à retomada da economia e as providências tomadas pela Prefeitura Municipal de Salvador para auxiliar no restabelecimento das forças produtivas](#)

01 abril 2021

[\(https://politicalivre.com.br/artigos/o-papel-do-poder-publico-em-meio-a-retomada-da-economia-e-as-providencias-tomadas-pela-prefeitura-municipal-de-salvador-para-auxiliar-no-restabelecimento-das-forcas-produtivas/\)](https://politicalivre.com.br/artigos/o-papel-do-poder-publico-em-meio-a-retomada-da-economia-e-as-providencias-tomadas-pela-prefeitura-municipal-de-salvador-para-auxiliar-no-restabelecimento-das-forcas-produtivas/)



Neomar Filho

[O novo Código Eleitoral, outra vez](#)

08 abril 2021

[\(https://politicalivre.com.br/artigos/o-novo-codigo-eleitoral-outra-vez/\)](https://politicalivre.com.br/artigos/o-novo-codigo-eleitoral-outra-vez/)

Sem querer se identificar, eles avaliam que a extinção passa um péssimo sinal ao mercado e deixa o relator numa situação desconfortável. Eles pediram a Lira esclarecimentos sobre por que decidiu tomar essa medida.

Os demais membros da comissão haviam elogiado o trabalho de Aguinaldo. O parlamentar usou como base a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) de autoria da Câmara, mas incorporou também sugestões da PEC do Senado.

Além disso, ele buscou atender o plano do ministro Paulo Guedes (Economia) de começar com uma mudança mais simples –voltada inicialmente apenas a PIS e Cofins.

“Estamos aqui propondo uma reforma estruturante e faseada, não fatiada. [Mas] estamos incorporando a contribuição do governo, que é a CBS, como primeiro passo”, afirmou Aguinaldo, que disse ter tido amplo diálogo com os envolvidos, inclusive o governo.

Todas as propostas analisadas tinham em comum o objetivo de fundir impostos para simplificar regras. Tinham como diferenças entre si o alcance das mudanças, além de uma série de particularidades –por isso, uma mesma peça podia ser interessante para um setor enquanto era considerada uma tragédia para outro.

Seu relatório prevê uma transição em duas fases. Uma federal, de dois anos (começando apenas pela fusão de PIS e Cofins), seguida de uma nacional, de quatro anos (que contemplaria a fusão do estadual ICMS e do municipal ISS de forma gradativa).

O relatório propõe ao fim do processo a extinção de PIS (Programa de Integração Social), Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e IPI (Imposto sobre Produto Industrializado), além do estadual ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e do municipal ISS (Imposto Sobre Serviços).

No lugar, seria criado o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), com detalhes a serem formulados em lei complementar, e um imposto seletivo aplicado a itens como combustível e energia.

O IBS seria um imposto de base ampla que incidiria sobre qualquer operação com bens ou serviços. Os detalhes referentes ao imposto, como quais operações serão tributáveis, regras para geração de crédito e regimes diferenciados serão definidos posteriormente, em lei complementar.

O texto também buscou atender uma preocupação da indústria, garantindo o ressarcimento de créditos aos contribuintes para não gerar cumulatividade ao longo da cadeia.

Com a extinção da comissão, deputados e senadores que participavam do colegiado calculam que o trabalho terá que começar do zero agora.

No entanto, apesar de considerarem mais difícil a aprovação da PEC ampla neste ano, dizem que é possível votar um texto mais simples, como a fusão de PIS e Cofins, apresentada em setembro do ano passado por projeto de lei do Executivo.

Nas últimas semanas, Lira aumentou a pressão sobre Aguinaldo para que apresentasse o parecer final. Em 24 de abril, o presidente da Câmara usou uma rede social para informar que o relatório seria divulgado nesta segunda.

Em entrevista dois dias depois, Lira defendeu o fatiamento da reforma e disse que conversaria com o governo para analisar as convergências em torno do texto, com o objetivo de aprovar as mudanças ainda neste ano.

ENTENDA

O que prevê o relatório de Aguinaldo?

Extinção de PIS, Cofins, IPI, além do ICMS e do ISS (o desenho, nesse caso, é similar à proposta da Câmara, a PEC 45). No lugar, seria criado o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

A transição ocorreria em duas fases, com duração total de seis anos (prazo previsto pela proposta do Senado, a PEC 110).

As mudanças começariam nos tributos federais PIS e Cofins, com transição de dois anos.

Na segunda fase, seriam alterados também ICMS e ISS, em uma transição de quatro anos. Nesse período, as alíquotas do ICMS e do ISS seriam gradualmente reduzidas até a extinção desses impostos. Concomitantemente, a alíquota estadual e municipal do IBS seria elevada.

O IBS incidiria sobre qualquer operação com bens ou serviços. Os detalhes seriam definidos posteriormente, em lei complementar.

O IPI seria extinto para dar lugar a um novo imposto seletivo aplicado a bens como combustíveis e energia.

A proposta também prevê a substituição do modelo de isenções e reduções de alíquotas (como para a cesta básica) pelo de alíquota unificada e devolução de recursos a famílias de baixa renda.

Fábio Pupo/Danielle Brant/Folhapress

[VOLTAR PARA A PÁGINA INICIAL](https://politicalivre.com.br/) (HTTPS://POLITICALIVRE.COM.BR/)



Comentários

0 Comments

Sort by **Newest** ▼

Add a comment...

Facebook Comments Plugin



O POLÍTICA LIVRE é o mais completo site sobre política da Bahia, que revela os bastidores da política baiana e permite uma visão completa sobre a vida política do Estado e do Brasil.

Fale conosco

WhatsApp: (71) 9-8801-0190

Email:

politicalivre@politicalivre.com.br

[\(mailto:politicalivre@politicalivre.com.br\)](mailto:politicalivre@politicalivre.com.br)



[\(https://www.instagram.com/politicalivre/\)](https://www.instagram.com/politicalivre/)



[\(https://www.facebook.com/politicalivre\)](https://www.facebook.com/politicalivre)



[\(https://twitter.com/politicalivre\)](https://twitter.com/politicalivre)

Nome

Email

Telefone

Mensagem



Relator propõe reforma tributária ampla e Lira decide extinguir comissão



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

No dia em que a comissão mista da reforma tributária se reuniu para finalmente ouvir o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), os integrantes foram surpreendidos com informações desencontradas sobre o fim do colegiado.

O deputado apresentou nesta terça-feira (4) um relatório com uma fusão ampla de impostos cobrados hoje por União, estados e municípios. O texto contrariava o governo, que queria implementar uma mudança fatiada e voltada inicialmente apenas a tributos federais.

A proposta de uma reforma ampla (com estados e municípios) contraria a equipe econômica, que considera que o relatório de Aguinaldo tem potencial para prolongar indefinidamente as discussões e gerar um custo multibilionário para a União bancar entes por eventuais perdas com as mudanças.

O governo quer agora voltar as atenções tanto à CBS como a outros pontos considerados pelo time de Guedes como viáveis e importantes para simplificar o sistema tributário.

Um deles será a unificação da legislação de **ICMS** e ISS, conforme relatos ouvidos pela reportagem, com limitação no número de alíquotas que governadores e prefeitos poderão escolher - evitando a guerra fiscal entre eles e diminuindo a quantidade de diferentes regras tributárias pelo país.

Logo após a proposta ter sido apresentada, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou a extinção da comissão -conforme relatou o jornal Folha de S.Paulo.

O deputado Marcelo Ramos (PL-AM), vice-presidente da Câmara, confirmou a informação. 'Lira acaba de me confirmar que, considerando que a Comissão da Reforma Tributária extrapolou o prazo de sessões, por força do Regimento Interno da Casa, a comissão está extinta', publicou em rede social.

Pouco depois, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), se pronunciou e afirmou que os trabalhos se concluem com a apresentação do relatório de Aguinaldo. "É razoável e inteligente darmos oportunidade de [os membros da comissão] concluírem o trabalho, o que se efetiva com a apresentação do parecer pelo deputado Aguinaldo Ribeiro", afirmou em

nota.

De acordo com o líder do governo na Câmara, o deputado Ricardo Barros (PP-PR), a intenção agora é que os trabalhos sejam refeitos e a reforma seja apresentada de forma fatiada -como o governo defende.

Em pronunciamento para esclarecer sobre o episódio, Lira afirmou que tomou a decisão de extinguir a comissão especial sobre a PEC 45, de autoria da Câmara, após parecer técnico. Ele disse ainda que o texto de Aguinaldo seria aproveitado. "Nada se desperdiça no Congresso Nacional. O relatório final da reforma sem dúvida irá incorporar alguns pontos do relatório do Aguinaldo, não tenho dúvida disso, se não em sua grande parte."

Segundo Lira, o despacho que foi proferido pela presidência da Câmara envolveu a comissão especial da PEC 45, que já havia expirado seu prazo regimental há mais de um ano e meio.

"Com esse cuidado, nós trouxemos o texto para o plenário da Casa, como manda o regimento, e a partir de uma reunião com os líderes da casa, com o relator Aguinaldo, com os senadores que nós iremos ainda procurar e conversar, nós haveremos ainda de encontrar uma saída rápida que dê segurança jurídica e que traga o melhor texto possível para o Brasil", afirmou.

Os membros do colegiado misto reagiram. O presidente da comissão, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), afirmou que os trabalhos da comissão se estenderam até maio por motivos diversos, como a própria

pandemia de Covid-19 e o tratamento de câncer do filho.

O presidente da comissão, mesmo com a informação sobre a extinção da comissão, reiterou os prazos anunciados no início dos trabalhos da sessão e disse que eles foram combinados com Pacheco. Até sexta-feira (7), segundo ele, serão recebidas sugestões de parlamentares ao texto. E até o dia 11 será feita a apresentação do relatório final.

Ele reiterou que o objetivo da comissão é esclarecer o debate e pediu para que seja evitado o calor. "A gente conversou sempre. Queremos trazer luz a essa arena política. Já chega de calor. Luz", disse.

O deputado Hildo Rocha (MDB-MA), vice-presidente da comissão, afirmou que o trabalho feito por Aguinaldo não pode ser destruído ou jogado fora e sugeriu que os trabalhos sejam tocados pelo Senado.

"Já que ele [Lira] não quer pela Câmara, podemos propor que iniciemos pelo Senado. Tenho certeza que o presidente Pacheco vai querer fazer, em benefício da sociedade brasileira", afirmou Hildo Rocha.

Deputados da base governista também lamentaram a extinção do colegiado e consideraram a decisão do presidente da Câmara equivocada.

Sem querer se identificar, eles avaliam que a extinção passa um péssimo sinal ao mercado e deixa o relator numa situação desconfortável. Eles pediram a Lira

esclarecimentos sobre por que decidiu tomar essa medida.

Os demais membros da comissão haviam elogiado o trabalho de Aguinaldo. O parlamentar usou como base a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) de autoria da Câmara, mas incorporou também sugestões da PEC do Senado.

Além disso, ele buscou atender o plano do ministro Paulo Guedes (Economia) de começar com uma mudança mais simples -voltada inicialmente apenas a PIS e Cofins.

"Estamos aqui propondo uma reforma estruturante e faseada, não fatiada. [Mas] estamos incorporando a contribuição do governo, que é a CBS, como primeiro passo", afirmou Aguinaldo, que disse ter tido amplo diálogo com os envolvidos, inclusive o governo.

Todas as propostas analisadas tinham em comum o objetivo de fundir impostos para simplificar regras. Tinham como diferenças entre si o alcance das mudanças, além de uma série de particularidades -por isso, uma mesma peça podia ser interessante para um setor enquanto era considerada uma tragédia para outro.

Seu relatório prevê uma transição em duas fases. Uma federal, de dois anos (começando apenas pela fusão de PIS e Cofins), seguida de uma nacional, de quatro anos (que contemplaria a fusão do estadual **ICMS** e do municipal ISS de forma gradativa).

O relatório propõe ao fim do processo a extinção de PIS (Programa de Integração Social), Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e IPI (Imposto sobre Produto Industrializado), além do estadual **ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços)** e do municipal ISS (Imposto Sobre Serviços).

No lugar, seria criado o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), com detalhes a serem formulados em lei complementar, e um imposto seletivo aplicado a itens como combustível e energia.

O IBS seria um imposto de base ampla que incidiria sobre qualquer operação com bens ou serviços. Os detalhes referentes ao imposto, como quais operações serão tributáveis, regras para geração de crédito e regimes diferenciados serão definidos posteriormente, em lei complementar.

O texto também buscou atender uma preocupação da indústria, garantindo o ressarcimento de créditos aos contribuintes para não gerar cumulatividade ao longo da cadeia.

Com a extinção da comissão, deputados e senadores que participavam do colegiado calculam que o trabalho terá que começar do zero agora.

No entanto, apesar de considerarem mais difícil a aprovação da PEC ampla neste ano, dizem que é possível votar um texto mais simples, como a fusão de PIS e Cofins, apresentada em setembro do ano passado por projeto de lei do Executivo.

Nas últimas semanas, Lira aumentou a pressão sobre Aguinaldo para que apresentasse o parecer final. Em 24 de abril, o presidente da Câmara usou uma rede social para informar que o relatório seria divulgado nesta segunda.

Em entrevista dois dias depois, Lira defendeu o fatiamento da reforma e disse que conversaria com o governo para analisar as convergências em torno do texto, com o objetivo de aprovar as mudanças ainda neste ano.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

como titular João Carlos, que era da Secretaria de Meio Ambiente (Sema) sob indicação do PSB. Na secretária de Turismo, por sua vez, sai o atual secretário Fausto Franco e assume Maurício Bacelar, irmão do presidente estadual do Podemos, deputado federal Bacelar.

Novos anúncios serão feitos amanhã (4)

Foto: Reprodução/TV Bahia

Relatório da reforma tributária prevê transição em 2 fases



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Brasília, 4 - O relatório da reforma tributária prevê uma transição em duas fases. Nos primeiros dois anos, haveria apenas a unificação do PIS e da Cofins, convertidos na parcela federal do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Depois, haveria ainda mais quatro anos de transição nacional, quando ICMS (estadual) e ISS (municipal) seriam substituídos gradualmente pelas alíquotas estaduais e municipais do IBS.

Segundo o parecer do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a fase federal se iniciará no ano seguinte ao ano de referência, que será o ano da publicação da lei complementar que institui o IBS, caso isso aconteça até 30 de junho. Se a lei complementar for publicada após 30 de junho, o ano de referência será o seguinte ao da publicação, e a transição inicia no ano posterior.

'Nos dois anos de transição federal, a contribuição para o PIS e a Cofins serão substituídas pela alíquota federal do IBS', diz o relatório. 'A adoção de um período inicial

de transição apenas para a União confere maior segurança à implantação do IBS, pois o governo federal dispõe de significativa base de dados e de instrumentos mais ágeis para corrigir ou compensar desvios. Mitiga-se também a possibilidade de impactos nas contas públicas, tendo em vista que a base arrecadatória da União é mais ampla.'

Entre o terceiro e o sexto ano da transição, as alíquotas de ICMS e ISS serão reduzidas gradualmente, na proporção de 1/4 por ano, enquanto as alíquotas estaduais e municipais do IBS serão elevadas na medida suficiente para manter a **arrecadação** dos entes.

Nos primeiros dois anos, o IBS estará sob administração da Receita Federal, passando à Agência Tributária Nacional após o terceiro ano.

IPI

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), por sua vez, será extinto apenas no sexto ano da transição, com a substituição pelo imposto seletivo, que incidirá sobre produtos que produzem efeitos negativos sobre o ambiente e a saúde, como cigarros e bebidas alcoólicas.

ITCMD e IPVA

O relatório da reforma tributária traz ainda uma

cumprimento de metas fiscais, assim como limites e condições na contratação de operação de crédito e recebimento de transferências voluntárias de recursos de outros entes federativos.



Nova parcela do Mais Futuro é creditada aos universitários beneficiados pelo programa

4 maio 2021



Foto: Divulgação

O Governo da Bahia creditou mais uma parcela do programa Mais Futuro aos estudantes universitários das quatro universidades estaduais baianas (Uneb, Uesc, Uefs e Uesb). A parcela, que está disponível na conta desde segunda-feira (3) e beneficiou 9.426 estudantes, com um investimento de R\$ 3.669.000 milhões, pode ter seus valores sacados de R\$ 600 para os alunos do Perfil Moradia (os que estudam a mais de 100 quilômetros dos locais onde moram) e R\$ 300 para os do Perfil Básico (os que estudam no mesmo lugar onde moram). No total, nos quatro primeiros meses deste ano, já foram repassados para o programa R\$ 11.065.500 milhões em recursos próprios do Estado.

“O Mais Futuro é uma das políticas públicas de assistência estudantil do Estado que vem se somar a todas as outras iniciativas adotadas pelo governador Rui Costa.

Compreendemos a necessidade deste auxílio para os universitários e até mesmo para as suas famílias, da mesma forma que os estudantes da Educação Básica, por meio do vale-alimentação; das bolsas de monitoria do Mais Estudo; e do Bolsa Presença. É o compromisso do Estado com os estudantes baianos”, destacou o coordenador executivo de Programas e Projetos Estratégicos da SEC, Marcius Gomes.

Sobre o Mais Futuro

O Mais Futuro é um programa de assistência estudantil, criado pelo Governo do Estado para garantir a inclusão social e a permanência dos estudantes que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica nas universidades públicas estaduais. São ofertados estágios e auxílio financeiro para universitários que estudam a até 100 quilômetros da sua cidade de origem e para aqueles que moram em cidades a mais de 100 quilômetros de distância do campus onde estão matriculados.

Fonte: Ascom/Secretaria da Educação do Estado



Governo estadual mantém em maio a suspensão do recadastramento de aposentados e pensionistas

4 maio 2021



O governo baiano prorrogou por mais um mês a suspensão do recadastramento de aposentados e pensionistas estaduais. Com a medida – prevista no decreto estadual no 24.442/2021 – os aposentados aniversariantes de maio também ficarão dispensados de realizar a prova de vida junto à Previdência Estadual até o final do mês. A mesma determinação é válida para pensionistas cujo benefício foi originado por servidor que aniversariava no mês de maio. O decreto completo pode ser consultado no Diário Oficial do Estado (DOE) desta terça-feira (4).

Esta já é a décima segunda prorrogação consecutiva da rotina, adotada pelo governo como medida temporária para evitar a transmissão da Covid-19 na Bahia. Ratificado pelo decreto estadual nº 19.586/2020, o texto original do documento – que previa a suspensão de março a maio de 2020 – foi alterado em seguida pelos decretos de número 19.735/2020, 19.787/2020, 19.885/2020, 19.942/2020, 20.012/2020, 20.067/2020 e 20.104/2020, relativos ao período de junho a dezembro de 2020, respectivamente, e em seguida pelos decretos 20.149/2020, 20.198/2021, 20.256/2021 e 20.350/2021, responsáveis pela manutenção da suspensão em janeiro, fevereiro, março e abril desde ano.

Realização da Superintendência de Previdência (Suprev) da Secretaria da Administração (Saeb), o recadastramento de inativos e pensionistas do Estado é promovido anualmente para assegurar a manutenção dos benefícios previdenciários. Vale ressaltar que as pessoas com recadastramento pendente continuam recebendo normalmente seus benefícios.

Mais informações podem ser obtidas pelo call center da Suprev, por meio dos telefones 0800 71 5353 (para chamadas de telefone fixo) ou (71) 4020-5353 (para ligações originadas do interior do estado e de celular) ou ainda por meio do [Portal do Servidor](#).

Fonte: Ascom/Secretaria da Administração do Estado (Saeb)

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 05/04/2021	Caderno: Economia



Guedes cobra revisão de subsídios federais em reforma tributária

Segundo o ministro, os mais de R\$ 300 bilhões em isenções e desonerações e os quase R\$ 4 trilhões em contenciosos revelam o 'manicômio tributário' do País

Eduardo Rodrigues e Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo

04 de maio de 2021 | 18h49

BRASÍLIA - O ministro da **Economia, Paulo Guedes**, defendeu que o alto volume de desonerações e subsídios federais seja endereçado na discussão da **reforma tributária. Proposta de Emenda Constitucional Emergencial** aprovada neste ano já prevê a redução dos benefícios tributários dos atual 4% para 2% do **Produto Interno Bruto (PIB)** em até oito anos.

“Os mais de R\$ 300 bilhões (por ano) em isenções e desonerações e os quase R\$ 4 trilhões em contenciosos revelam o manicômio tributário em que o Brasil sem meteu. Quem tem poder político consegue isenções e desonerações. Quem tem poder econômico prefere entrar na justiça e ao invés de pagar R\$ 1 bilhão para a **União**, para R\$ 100 milhões para um escritório de advocacia”, afirmou nesta terça-feira, 4, em audiência pública conjunta das **comissões de Finanças e Tributação; Educação; Trabalho, Administração e Serviço Público; e Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados**.

Guedes reforçou a importância das contrapartidas fiscais na aprovação de medidas emergenciais de enfrentamento à pandemia. Por isso, destacou ele, a relação dívida/PIB não cresceu tanto em 2020 quanto alguns economistas esperavam.

“Não há problema em aumentar endividamento quando se está em guerra. O Estado existe para a proteção do cidadão. Mas nos endividamos pagando uma parte da guerra, não estamos jogando para nossos filhos e netos os custos”, afirmou.

Questionado sobre a possibilidade de criação de um novo **Refis** para parcelar as dívidas das empresas, Guedes citou que o modelo de transação tributária já recuperou mais de R\$ 80 bilhões em débitos. “É melhor limpar a ficha e tirar as empresas da lista de devedores. Em vez das pessoas ficarem com a ficha suja pelo resto da vida, paga o que for possível e fica zerado com a Receita Federal para começar uma vida nova. Damos um desconto nessa modalidade que achamos melhor que o Refis”, completou.



Relatório da reforma tributária prevê unificação de impostos em duas fases

Segundo o parecer, além da unificação de tributos como PIS e Cofins, impostos estaduais e municipais seriam substituídos gradualmente por alíquotas do chamado IBS

Idiana Tomazelli e Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

04 de maio de 2021 | 18h39

BRASÍLIA - O relatório da [reforma tributária](#) prevê uma transição em duas fases para unificar impostos. Nos primeiros dois anos, haveria apenas a unificação do PIS e da Cofins, convertidos na parcela federal do [Imposto sobre Bens e Serviços \(IBS\)](#). Depois, haveria ainda mais quatro anos de transição nacional, quando [ICMS](#) (estadual) e [ISS](#) (municipal) seriam substituídos gradualmente pelas alíquotas estaduais e municipais do chamado [IBS](#).

Segundo o parecer do deputado [Aguinaldo Ribeiro \(PP-PB\)](#), que apresentou hoje seu relatório da reforma tributária, a fase federal se iniciará no ano seguinte ao ano de referência, que será o ano da publicação da lei complementar que institui o IBS, caso isso aconteça até 30 de junho. Se a lei complementar for publicada após 30 de junho, o ano de referência será o seguinte ao da publicação, e a transição inicia no ano posterior.

“Nos dois anos de transição federal, a contribuição para o [PIS](#) e a [Cofins](#) serão substituídas pela alíquota federal do IBS”, diz o relatório. “A adoção de um período inicial de transição apenas para a [União](#) confere maior segurança à implantação do IBS, pois o governo federal dispõe de significativa base de dados e de instrumentos mais ágeis para corrigir ou compensar desvios. Mitiga-se também a possibilidade de impactos nas contas públicas, tendo em vista que a base arrecadatória da [União](#) é mais ampla.”

Entre o terceiro e o sexto ano da transição, as alíquotas de ICMS e ISS serão reduzidas gradualmente, na proporção de 1/4 por ano, enquanto as alíquotas estaduais e municipais do IBS serão elevadas na medida suficiente para manter a arrecadação dos entes.

Aguinaldo Ribeiro afirmou que pensou em um imposto não cumulativo, com efeito de ressarcimento de créditos, ao propor a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que inclui os tributos estaduais e municipais sobre consumo, complementado por imposto seletivo. O IBS deve substituir PIS/Cofins, **IPI**, ICMS e ISS.

Nos primeiros dois anos, o IBS estará sob administração da **Receita Federal**, passando à **Agência Tributária Nacional** após o terceiro ano. O **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**, por sua vez, será extinto apenas no sexto ano da transição, com a substituição pelo imposto seletivo, que incidirá sobre produtos que produzem efeitos negativos sobre o ambiente e a saúde, como cigarros e bebidas alcoólicas.

Pela dinâmica do setor de combustíveis, Aguinaldo Ribeiro prevê uma incidência monofásica do novo imposto para o setor. “Há uma maior concentração econômica nas etapas de produção, de importação e de distribuição, permite que a tributação ganhe eficiência se também for concentrada nessas fases, seja por meio da incidência monofásica, seja por meio da substituição tributária”, diz o deputado em seu relatório. As alíquotas, no caso, serão definidas em lei complementar, podendo ser diferenciadas por produto.

“Cabe ressaltar, porém, que, se instituída a incidência monofásica do IBS na refinaria ou importadora, as operações seguintes dos combustíveis - em especial a distribuição e a venda nos postos - não serão tributadas e, portanto, não passarão o crédito adiante ao adquirente do combustível “na bomba”, disse.

Compras governamentais

Outra diferenciação autorizada à regra da alíquota única do IBS no relatório é sobre operações contratadas pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas.

"Baliza constitucional preverá crédito de todas as operações anteriores", disse o deputado durante a leitura de seu parecer na comissão mista no Congresso. "Não serão creditadas operações referidas de uso ou consumo pessoal em lei complementar".

Ele afirmou ainda que a receita de imposto que gera crédito não deve compor receita dividida com entes e que aquela só será dividida com entes federados após uso do crédito. Ainda sobre a IBS, Ribeiro afirmou que a padronização é flexibilizada em casos "estritamente necessários".

"IBS é previsto como imposto de base ampla", disse. "Poderá incidir sobre qualquer operação com bem, material ou imaterial, ou serviço, inclusive direitos a eles relacionados. Os termos da incidência serão definidos em lei complementar", disse.

O relator esclareceu ainda que "as três esferas do governo exercerão individualmente sua autonomia tributária por meio da fixação da sua respectiva alíquota do IBS em lei ordinária".

O relatório da reforma tributária prevê que uma lei complementar poderá dispor sobre tratamento diferenciado ao setor financeiro e fixar regime cumulativo, com redução de alíquota ou base, para o segmento.

'Jamais quis taxar livros', diz Guedes após enviar projeto que permite taxação de livros



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, negou nesta terça-feira (4) ter um projeto que eleve impostor sobre livros. A fala do titular da pasta acontece após um documento da Receita Federal afirmar que pessoas mais pobres não consomem livros não didáticos e o próprio ministro ter enviado ao Congresso, no ano passado, que abre caminho para a taxação de obras literárias.

A proposta de Guedes une dois tributos, o PIS e a Cofins, em um só imposto, a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), que incidiria sobre o mercado editorial.

'Eu jamais tive um projeto de taxar livros', afirmou Guedes, em debate com deputados. 'São aquelas coisas que saem do controle. Inventam uma mentira e ficam repetindo até funcionar'.

O **fisco** publicou um documento em abril respondendo dúvidas sobre o novo imposto que pode ser criado. Conforme noticiou a Folha de S. Paulo, um dos pontos explica por que o novo tributo será cobrado na venda de livros.

'De acordo com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2019, famílias com renda de até dois salários mínimos não consomem livros não didáticos e a maior parte desses livros é consumida pelas famílias com renda superior a dez salários mínimos', diz o documento.

Segundo a publicação do jornal paulista, ao negar a proposta de taxação de livros, o ministro Paulo Guedes atribuiu as informações sobre a proposta a uma assessora, Vanessa Canado, que auxiliou o ministro na elaboração do projeto do novo tributo. 'Ela teria sido acusada de taxar livro. Eu nunca falei em taxar livro', respondeu Guedes aos deputados nesta terça.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - FISCO

Veículo: G1	
Data: 04/05/21	



Guedes defende negociação individual do governo com devedores em vez de novo Refis

Modalidade de negociação com o governo já está em vigor. Parlamentares, porém, querem discutir um novo programa amplo de renegociação com desconto no valor devido.

Por Alexandre Martello e Jéssica Sant'Ana, G1 — Brasília

04/05/2021 13h16 Atualizado há 20 horas

O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, defendeu nesta terça-feira (4) a manutenção das negociações individuais do governo com devedores, por meio do processo de transação tributária instituído pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em vez da criação de um novo Refis, programa amplo de renegociação com desconto no valor da dívida.

Em fevereiro, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), pediu ao ministro da Economia, Paulo Guedes, **que reedite o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), mais conhecido como Refis**, para ajudar empresas e pessoas afetadas pela pandemia. Na ocasião, ele disse ter um projeto pronto desde o ano passado, que reedita o Refis da crise realizado em 2017, logo após a crise econômica de 2014 a 2016.

"Não é que eu seja contra com o Refis. Nós já tivemos quatro, cinco, seis, sete Refis. Nós preferimos desenhar uma nova ferramenta, que é a transação tributária. Já recuperamos R\$ 80 bilhões", disse Guedes, durante audiência pública na Câmara dos Deputados.

"Você diagnostica a situação da empresa e faz uma transação tributária: quanto é que você consegue pagar? Paga o que puder. Até as grandes empresas, mas desde que pagando mais e nós damos um desconto. Essa modalidade é melhor que o Refis", completou.

Na semana passada, por meio do processo de transação tributária, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional assinou um **acordo com o Grupo Itaminas, representado pelo empresário e fundador do Inhotim, Bernardo Paz**. O acordo é para abater a dívida tributária bilionária das empresas com a União.

Ficha limpa

De acordo com o ministro da Economia, se a empresa está "quebrada", faz uma transação tributária, paga R\$ 10 e limpa a ficha. "Não adianta fingir que ele vai se recuperar, não tem condição de se recuperar. Fechou o restaurante, ao invés de ficar com a ficha suja, faz uma transação tributária, paga o que for possível e está zerada com a administração tributária", explicou.

Segundo ele, o governo vai conversar sobre esse assunto no âmbito da **reforma tributária, que voltou a ser discutida no Congresso Nacional**.

"Vamos estar conservando sobre isso na reforma tributária, chamado de 'passaporte tributário'. Fazendo um acordo com a Receita, mergulha nesse regime mais simples ao invés de ficar eternamente no Refis. Vamos tentar uma forma superior [de negociação]", declarou Guedes.

Censo demográfico

O ministro da Economia declarou que não sabe quem **bloqueou recursos para o Censo demográfico deste ano**. Segundo ele, isso aconteceu no Congresso Nacional.

“Atribuem mais poder a um ministério do que ele tem. No nosso Orçamento, ele estava (o Censo). No processo político [Congresso], decidiu-se adiar. Eu não sei nem quem foi. Acredito que foi em virtude do recrudescimento da pandemia”, declarou.

Segundo ele, por conta da piora da pandemia, a realização do Censo pode ser um vetor para a propagação do coronavírus. “No mínimo, joga para o segundo semestre a contratação das pessoas”, disse.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 05/04/2021	Caderno: Economia



Lira declara fim da comissão que analisa reforma tributária e 'zera o jogo'

Decisão do presidente da Câmara praticamente inviabiliza a continuidade dos trabalhos nos moldes atuais e reforça a sua intenção de fatiar a reforma em quatro projetos, voltados apenas para a esfera federal

Idiana Tomazelli e Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

04 de maio de 2021 | 19h13

Atualizado 04 de maio de 2021 | 22h12

BRASÍLIA - No mesmo dia da leitura do parecer da **reforma tributária**, o presidente da **Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL)**, declarou extinta a comissão mista que analisa a proposta, o que praticamente invalida o relatório apresentado. O anúncio despertou a reação do presidente do **Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG)**, que defendeu a continuidade dos trabalhos. Na avaliação de técnicos do **Congresso**, a decisão praticamente “zera o jogo” da reforma e pode gerar atrasos na tramitação.

Por trás dessa estratégia, está o desejo do presidente da Câmara de fatiar a reforma tributária em quatro projetos distintos, focados em mudanças no âmbito federal, sem incluir Estados e municípios. A ideia é apoiada pela equipe econômica.

O impasse, porém, colocou Lira e Pacheco em rota de colisão. Câmara e Senado já vinham com relações estremecidas após a votação do Orçamento de 2021, que acabou com um volume muito maior de emendas nas mãos dos senadores.

A extinção da comissão mista da reforma tributária foi anunciada enquanto o relator, deputado **Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)**, ainda proferia seu parecer. A leitura começou pouco depois das 15h desta terça-feira, 4, e durou mais de três horas. O documento tem

110 páginas. Ribeiro não comentou a decisão e se limitou a defender sua proposta mais ampla. “Se falou muito em reforma fatiada. Estamos propondo reforma estruturante e faseada.”

Após o posicionamento de Lira, Pacheco emitiu nota afirmando que “é razoável e inteligente” deixar a comissão mista concluir seu trabalho. “A Comissão Mista fez um trabalho longo de aprofundamento sobre a reforma tributária. É razoável e inteligente darmos oportunidade de concluírem o trabalho, o que se efetiva com a apresentação do parecer pelo deputado Aguinaldo Ribeiro”, disse em comunicado.

No início da noite, Lira justificou a extinção dizendo que o prazo regimental para a apresentação do relatório da reforma tributária já havia expirado “há mais de um ano e meio”. Ele alegou a necessidade de dar “segurança jurídica” às discussões e disse que levará o texto do relator ao plenário. “Sem dúvida, iremos incorporar pontos, se não grande parte, do relatório”, afirmou Lira. “Vamos definir da melhor forma e no menor prazo.”

Além de Pacheco, o anúncio também provocou protestos de parlamentares. O presidente do colegiado, senador **Roberto Rocha (PSDB-MA)**, reforçou os prazos anunciados e disse ainda que essa definição “é competência nossa”. O vice-presidente da comissão, deputado **Hildo Rocha (MDB-MA)**, também demonstrou apoio à continuidade das atividades e lembrou que ela é fruto de um acordo “institucional” entre Câmara e Senado. “Não é a pessoa (Lira). As duas instituições fizeram um acordo, e acordo tem de ser cumprido”, disse o emedebista.

Fatiamento

No fatiamento, cada parte teria um relator distinto, e o próprio deputado Aguinaldo Ribeiro poderia ficar responsável por uma das fatias. Uma possível divisão seria dois projetos ficarem com a Câmara e outros dois com o **Senado**. Logo no início da leitura do parecer, havia sido anunciado um calendário, com previsão de abertura para envio de sugestões até sexta-feira, 7, a apresentação de uma versão final do relatório na próxima terça-feira, 11.

A ideia é dividir a proposta em quatro partes. **Como mostrou o Estadão/Broadcast**, um desses projetos trataria da unificação de **PIS/Cofins** e da

tributação de lucros e dividendos, com redução de **Imposto de Renda da Pessoa Jurídica**. Outro deve tratar da criação de um imposto seletivo em substituição ao **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**.

Uma terceira parte incluiria um amplo programa de renegociação de dívidas tributárias, chamado de “passaporte tributário”, mas que segue os moldes de um Refis. Outra fase prevê a criação de um imposto sobre transações, nos mesmos moldes da CPMF.

No domingo, em entrevista ao programa **Canal Livre**, da **Band**, Lira disse que a proposta não configura uma nova CPMF e que o tema poderia ser deixado por último. A declaração foi vista como um “ensaio” do presidente da Câmara para tentar ampliar a aceitação da medida, que hoje enfrenta resistências no **Congresso**.

Posto em segundo plano por Lira, o relatório apresentado por Aguinaldo Ribeiro se concentrou em tributos sobre o consumo, prevendo a criação do **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**, que incluiria os tributos estaduais e municipais sobre consumo, complementado por imposto seletivo. O IBS substituiria **PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS**.

A transição ocorreria em duas fases. Nos primeiros dois anos, haveria apenas a unificação do PIS e da Cofins, convertidos na parcela federal do IBS. Depois, haveria mais quatro anos de transição nacional, quando ICMS (estadual) e ISS (municipal) seriam substituídos pelas alíquotas estaduais e municipais do IBS.

Já o IPI seria extinto apenas no sexto ano da transição, com a substituição pelo imposto seletivo, que incidiria sobre produtos que produzem efeitos negativos sobre o ambiente e a saúde, como cigarros e bebidas alcoólicas.



PF faz buscas em quatro Estados e no DF contra grupo empresarial por crimes tributários e financeiros que geraram prejuízo de R\$ 8 bilhões

Segundo a PF, os investigados se organizaram em um 'sofisticado esquema contábil-financeiro para desviar o patrimônio das empresas do grupo, transferindo-o para os seus sócios e laranjas, com a finalidade de elidir tributos e direitos trabalhistas de centenas de empregados'

Redação

05 de maio de 2021 | 08h16

A Polícia Federal deflagrou na manhã desta quarta, 5, a Operação Background para investigar supostos crimes tributários e financeiros, fraude à execução e contra a organização do trabalho, organização criminosa e de lavagem de dinheiro por parte de integrantes de um grupo empresarial do Nordeste, com atuação em âmbito nacional.

Mais de 240 agentes cumprem 53 mandados de busca e apreensão em Pernambuco, São Paulo, Amazonas, Pará e Distrito Federal. As ordens foram expedidas pelo Juízo da 4ª Vara da Justiça Federal em Pernambuco, que determinou ainda o sequestro e bloqueio de bens e valores de investigados.

As apurações contam com apoio da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional – 5ª Região.

Segundo a PF, os investigados se organizaram em um 'sofisticado esquema contábil-financeiro para desviar o patrimônio das empresas do grupo, transferindo-o para os seus sócios e laranjas, com a finalidade de elidir tributos e direitos trabalhistas de

centenas de empregados'. A PF estima que o prejuízo causado aos cofres públicos e aos trabalhadores é de mais de R\$ 8,64 bilhões.

A corporação indica que a ofensiva realizada nesta manhã busca colher elementos de materialidade e indícios de autoria e recuperar o patrimônio desviado e ocultado pelos investigados. Segundo os investigadores, essa última medida visa 'não só reparar o dano patrimonial causado aos cofres públicos, através dos débitos tributários já constituídos, mas principalmente, liquidar os créditos trabalhistas de centenas de empregados do grupo empresarial'.

“Com grande parte de suas atividades paralisadas após o esvaziamento patrimonial criminoso, as empresas do grupo investigado deixaram centenas de trabalhadores sem receber salários e outros direitos trabalhistas, sendo um dos objetivos da investigação permitir que essas famílias de trabalhadores recuperem os seus direitos por meio da Justiça do Trabalho, que inclusive já os reconheceu formalmente”, explicou a PF.

De acordo com a Polícia Federal, o nome da ofensiva realizada nesta manhã faz referência à forma de ocultação patrimonial utilizada pela organização criminosa, 'criando empresas paralelas, com sócios aparentes, para receber o patrimônio do grupo empresarial, com a finalidade de impedir o pagamento dos créditos trabalhistas e tributários, garantindo que o patrimônio permaneça com seus gestores – Background – conjunto de condições que omitem a realidade'.

mercado

Relator propõe reforma tributária ampla, e Lira anuncia fim de comissão

Proposta contraria governo, que queria começar com mudanças mais simples voltadas a PIS e Cofins

Fábio Pupo e Danielle Brant

BRASÍLIA No dia da apresentação do relatório da reforma tributária, de autoria do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou o fim das discussões do tema em comissão.

O texto de Ribeiro, lido nesta terça (4), propõe fusão ampla de impostos cobrados hoje por União, estados e municípios. O relatório junta propostas da Câmara, do Senado e do governo em uma única PEC (proposta de emenda à Constituição). A redação, no entanto, contraria o governo, que quer implementar mudança fatiada e voltada inicialmente a tributos federais.

A decisão de Lira causou confusão no Congresso. A reforma tributária era discutida em duas comissões: uma mista, formada por deputados e senadores, e outra especial, só com deputados.

Em pronunciamento em que comunicou o fim da comissão especial da Câmara — conforme relatou a colunista da Folha Mônica Bergamo —, Lira disse que o texto de Ribeiro seria levado ao plenário, “como manda o regimento”.

O colegiado misto, que não tinha previsão legal, segundo aliados de Lira, não foi prorrogado. Já a comissão especial, dedicada a proferir parecer sobre a PEC 45, do deputado Salete Rossi (MDB-SP), teve o prazo regimental expirado.

Lira afirmou que tomou a decisão de acabar com a comissão especial sobre essa PEC 45 após parecer técnico. Ele disse ainda que o texto de Ribeiro seria aproveitado.

“Nada se desperdiça no Congresso Nacional. O relatório final da reforma sem dívida irá incorporar alguns pontos do relatório do Aguinaldo, não tenho dúvida disso, se não em sua grande parte”, afirmou.

Segundo o líder, o despacho que foi proferido pela presidência da Câmara para a comissão especial porque o período de análise se esgotara havia mais de um ano e meio.

“Com esse cuidado, nós trouxemos o texto para o plenário da Casa, como manda o regimento, e a partir de uma reunião com os líderes da casa, com o relator Aguinaldo, com os senadores que nós iremos ainda procurar e conversar, nós haveremos ainda de encontrar uma saída rápida que dê segurança jurídica e que traga o melhor texto possível para o Brasil”, afirmou.



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), nesta terça (4) Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Lira está alinhado ao Planalto. Para o time de Paulo Guedes (Economia), o relatório de Ribeiro tem potencial para prolongar indefinidamente as discussões e gerar um custo multibilionário para a União bancar antes por eventuais perdas com as mudanças.

O governo quer agora voltar as atenções tanto à CBS (fusão de PIS e Cofins) como a outros pontos considerados pela equipe econômica como viáveis e importantes para simplificar o sistema tributário. Um deles será a unificação da legislação de ICMS e ISS, conforme relatos ouvidos pela Folha, com limitação no número de alíquotas que governadores e prefeitos poderão escolher — evitando a guerra fiscal entre eles e diminuindo a quantidade de diferentes regras tributárias pelo país.

De acordo com o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), a intenção agora é que os trabalhos sejam refeitos e a reforma seja apresentada de forma fatiada — como o governo defende.

“Pouco depois da fala de Lira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), se pronunciou e disse que os trabalhos se concluem com a apresentação do relatório de Ribeiro. É razoável e inteligente darmos oportunidade de [os membros da comissão] concluírem o trabalho, o que se efetiva com a apresentação do parecer pelo deputado Aguinaldo Ribeiro”.

Os membros do colegiado misto reagiram.

O presidente da comissão, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), afirmou que os trabalhos do colegiado se estenderam até maio por motivos diversos, como a própria pandemia de Covid-19 e o tratamento de câncer do filho.

Mesmo com a informação sobre o fim da comissão, ele reiterou os prazos anunciados no início dos trabalhos da sessão e disse que eles foram combinados com Pacheco.

Até sexta-feira (7), segundo ele, serão recebidas sugestões de parlamentares ao texto. E até o dia 11 será feita a apresentação do relatório final.

Ele reiterou que o objetivo da comissão é esclarecer o debate e pedir para que seja evitado o calor: “A gente queremos trazer luz a essa arena política. Já chega de calor. Luz”, disse.

O deputado Hildo Rocha (MDB-MA), vice-presidente da comissão, disse que o trabalho feito por Aguinaldo não pode ser destruído ou jogado fora e sugeriu que os trabalhos sejam tocados pelo Senado.

“Já que ele [Lira] não quer pela Câmara, podemos propor que iniciemos pelo Senado. Tenho certeza de que o presidente Pacheco vai querer fazer, em benefício da sociedade brasileira”, afirmou Rocha.

Deputados da base governista também lamentaram a extinção do colegiado e consideraram a decisão do presidente da Câmara equivocada.

Sem querer se identificar, eles disseram que a extinção passa um péssimo sinal ao

mercado e deixa o relator numa situação desconfortável. Eles pediram a Lira esclarecimentos sobre por que decidiu tomar essa medida.

Os demais membros da comissão haviam elogiado o trabalho de Aguinaldo. O parlamentar usou como base a PEC de autoria da Câmara, mas incorporou também sugestões da PEC do Senado.

Além disso, ele buscou atender o plano de Guedes de começar com uma mudança mais simples — voltada inicialmente apenas a PIS e Cofins. “Estamos aqui propondo uma reforma estruturante e faseada, não fatiada. [Mas] estamos incorporando a contribuição do governo, que é a CBS, como primeiro passo”, disse Aguinaldo.

Todas as propostas analisadas tinham em comum o objetivo de fundir impostos para simplificar regras. Tinham como diferenças entre si o alcance das mudanças, além de uma série de particularidades — por isso, uma mesma peça podia ser interessante para um setor enquanto era considerada uma tragédia para outro.

Seu relatório prevê uma transição em duas fases. Uma federal, de dois anos (começando apenas pela fusão de PIS e Cofins), seguida de uma nacional, de quatro anos (que contemplaria a fusão do estadual ICMS e do municipal ISS de forma gradativa).

O relatório propõe ao fim do processo a extinção de PIS, Cofins e IPI, além do estadual ICMS e do municipal ISS.

O que relatório de Aguinaldo Ribeiro

- **Extinção** de PIS, Cofins, IPI, além do ICMS e do ISS
- No lugar, seria criado o **IBS** (Imposto sobre Bens e Serviços)
- A **transição** ocorreria em duas fases, com duração total de **seis anos**
- As mudanças começariam nos tributos federais **PIS e Cofins**, com transição de dois anos
- Na **2ª fase**, seriam alterados também **ICMS e ISS**, em uma transição de quatro anos. Nesse período, as alíquotas do ICMS e do ISS seriam gradualmente reduzidas até a extinção desses impostos. Concomitantemente, a alíquota estadual e municipal do IBS seria elevada
- O IBS incidiria sobre qualquer operação com bens ou serviços
- O **IPI** seria **extinto** para dar lugar a um novo **Imposto seletivo** aplicado a bens como combustíveis e energia
- A proposta também prevê a substituição do modelo de isenções e reduções de alíquotas (como para a **cesta básica**) pelo de alíquota unificada e devolução de recursos a famílias de baixa renda

No lugar, seria criado o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), com detalhes a serem formulados em lei complementar e um imposto seletivo aplicado a itens como combustível e energia.

O IBS seria um imposto de base ampla que incidiria sobre qualquer operação com bens ou serviços. Os detalhes referentes ao imposto, como quais operações seriam tributáveis, regras para geração de crédito e regimes diferenciados seriam definidos posteriormente, em lei complementar.

O texto também buscou atender uma preocupação da indústria, garantindo o ressarcimento de créditos aos contribuintes para não gerar cumulatividade ao longo da cadeia.

Com o fim da comissão, deputados e senadores que participavam do colegiado calculam que o trabalho terá que começar do zero agora.

No entanto, apesar de considerarem mais difícil a aprova-

ção da PEC ampla neste ano, dizem que é possível votar um texto mais simples, como a fusão de PIS e Cofins, apresentada em setembro do ano passado por projeto de lei do Executivo.

Nas últimas semanas, Lira aumentou a pressão sobre Aguinaldo para que apresentasse o parecer final. Em 24 de abril, o presidente da Câmara usou uma rede social para informar que o relatório seria divulgado nesta segunda.

Em entrevista dois dias depois, Lira defendeu o fatiamento da reforma e disse que conversaria com o governo para analisar as convergências em torno do texto, com o objetivo de aprovar as mudanças ainda neste ano.

Proposta prevê devolução de imposto para baixa renda

Eduardo Cuculo

SÃO PAULO O relatório da comissão mista da reforma tributária manteve os principais pontos das propostas originais da Câmara e do Senado e foi bem recebido pelos especialistas que contribuíram para esses dois textos.

O diretor do CGIF (Centro de Cidadania Fiscal), Bernard Appy, e o ex-deputado Luiz Carlos Hauly destacaram, entre outros pontos, o mecanismo que prevê a devolução de tributos para pessoas de baixa renda e seus efeitos distributivos.

Entre os principais pontos mantidos pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da proposta, estão a substituição de cinco tributos sobre o consumo por um IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), com mesma alíquota para bens e serviços, mas que pode variar de acordo com o município ou estado, não cumulativo e com cobrança no destino.

Bernard Appy, diretor do CGIF (Centro de Cidadania Fiscal), entidade responsável pela proposta, destacou que o relatório prevê a devolução do imposto incidente no consumo das famílias de baixa renda, uma compensação ao fim da política de desoneração da cesta básica. “A adoção de uma alíquota uniforme para mercadorias e serviços tem um efeito redistributivo positivo. Se, em cima disso, você coloca esse modelo de devolução do imposto para famílias de baixa renda, certamente o impacto é mais positivo ainda”, disse.

“O relatório está bem próximo da nossa proposta e é uma das peças mais competentes que já tivemos até hoje. Com a reforma tributária começa uma nova era de prosperidade. Se não passar, não vai ter crescimento”, afirmou Hauly.

Leia mais na coluna de Vinícius Torres Freire, na pág. A20

Brasil é um dos piores em ranking ambiental, social e de governança

Douglas Gavras

SÃO PAULO Os investidores internacionais as grandes empresas se preocupam cada vez mais com indicadores que vão além de emprego e inflação de um determinado país, mas o Brasil está entre os piores emergentes também nesses outros critérios, que incluem resultados sociais, ambientais e de governança.

Segundo levantamento exclusivo da consultoria MBAS Associados, em uma lista com 19 países, o Brasil ficou na terceira pior posição, com pontuação de 60% (quanto mais próximo de 100%, pior). Só Filipinas e África do Sul tiveram desempenho pior, enquanto Coreia do Sul (2%) e Chile (24%) ficaram com o topo.

É a primeira vez que a MB faz uma lista assim, que aponta critérios ESG (Meio Ambiente, Social e Governança, na si-

gla em inglês) e usa como critérios o ranking ambiental da Universidade Yale, o índice de Gini (medidor de desigualdade) e dados do Banco Mundial para mapear indicadores de governança, como estabilidade política, eficiência do governo e controle da corrupção.

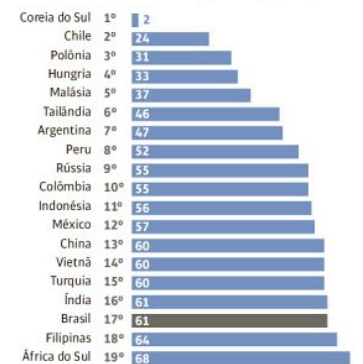
Nos critérios sociais e de governança, o Brasil se sai pior com 71% e 72%, respectivamente. O país só vai bem no cumprimento de regras ambientais, com 39%.

“Entretanto, a gestão Bolsonaro tem sido tão precária no manejo da questão ambiental que será muito provável ver a posição do país piorar na eco-nomista-chefe da MB.

Em abril, na Cúpula do Clima, o presidente Jair Bolsonaro fez um giro em seu discurso, prometendo duplicar recursos para fiscalização ambiental, destacando o Brasil na

Indicador de vulnerabilidade

Ranking ambiental, social e de governança (ESG)*, em %



*Quanto mais alto, pior. Fonte: MB Associados, com dados do Banco Mundial e da Universidade Yale

“vanguarda do enfrentamento do aquecimento global”.

“Todo o mundo sabe fazer discurso, o que o investidor quer são ações concretas”, diz Vale. Ele ressalta que não há um esforço por parte do governo no sentido de mudar as práticas ambientais. “Justamente por isso, o risco de o Brasil passar vergonha no indicador ambiental de Yale é grande, caso o país não mude a trajetória dos últimos dois anos”.

O economista considera, ainda, que a piora dos indicadores de desigualdade durante a pandemia e a piora de governança nos anos recentes devem se manter, o que também deve conservar o Brasil nas piores posições entre os emergentes no ranking ESG.

“Não estamos fazendo o esforço necessário para mudar essa trajetória. Pelo contrário, Bolsonaro tem piorado sistematicamente essas variáveis.”

Vale alerta para um entrave importante para o Brasil, sobretudo em momento de recuperação da economia após os efeitos danosos da pandemia: a dificuldade de atração de investimentos pelo desempenho fraco em ESG. Esses indicadores podem ser usados, inclusive, para reverter acordos comerciais importantes.

A Folha apontou que o acor do Mercosul-União Europeia corre risco. Segundo legisladores europeus e integrantes dos governos envolvidos, o acordo, comemorado pelo governo brasileiro, se tornou um “espantalho” e está parado à espera de compromissos ambientais complementares.

“A agenda dos candidatos a presidente em 2022 deveria focar esses critérios: melhora nos indicadores macroeconômicos e sociais, melhora no ranking ambiental e melhora na governança”, diz Vale.

mercado

Reforma tributária como distração

Governo relança plano de mudança menor, também para tentar tirar a atenção sobre CPI

Vinicius Torres Freire

Journalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Em uma reforma tributária que preste, alguns tipos de empresa vão pagar mais imposto, outras menos, assim como os consumidores de bens e serviços afetados. O objetivo é uniformizar o quanto possível o custo dos tributos...

nhos nem foram detalhadas, embora se estime que serviços como saúde, educação, telecomunicações e serviços profissionais (como advocacia e consultorias) a depender do regime...

torra. Voltou a entornar nas últimas três semanas, e nesta terça-feira (4) escorreu pelo chão. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que, dentre outras coisas, quer ser o líder...

nhá ideia do que se trata e tende a fazer alguma besteira assim que começar a ouvir queixas de setores afetados. Ainda mais se for lembrado de que, no fim do caminho da reforma de Guedes, tem uma espécie de CPME...

Decreto antecipa 13º do INSS, e 1ª parcela será paga neste mês

Raquel Lopes e Thiago Resende

BRASILIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido), assinou um decreto que antecipa o 13º benefício dos aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

e ocorrerá neste mês. Já a segunda parcela será paga em junho pelo governo federal. O decreto com a alteração deve ser publicado no Diário Oficial da União desta quarta-feira (5).

rio da Economia, a medida tem por objetivo incrementar a renda dos beneficiários que fazem jus ao abono, incluindo R\$ 52,7 bilhões em economia do país e favorecendo o processo de recuperação econômica após o impacto da pandemia do novo coronavírus.

ra enfrentar os efeitos econômicos provocados pelo agravamento da pandemia de Covid-19 em 2021. A grande maioria dos beneficiários da Previdência Social são pessoas idosas, doentes ou inválidas, portanto integrantes dos grupos mais vulneráveis ao coronavírus, que terão, por meio da medida, maior segurança financeira neste momento delicado para a saúde e a economia, disse o Palácio do Planalto, por meio de nota.

Embora a antecipação estivesse nos planos do Ministério da Economia desde o primeiro trimestre, a efetivação dessa e de outras medidas anticrisis só se tornou viável após um acordo fechado entre governo e Congresso Nacional para a aprovação do Orçamento de 2021.

O calendário mensal de depósitos dos benefícios do INSS sempre começa no mês da competência que está sendo paga, quando ocorrem os créditos para seguros dos rendas de até um salário mínimo (R\$ 1.100 em 2021). Beneficiários com renda acima do piso recebem a partir do primeiro dia útil do mês seguinte ao da competência que está sendo paga.

COMUNICADO VIA VAREJO S/A. inscrita no CNPJ. 33.041.260/0276-07 e IE: 396.023.284.119 no end. Rua Conceição Sammartino, 89 - Bairro Centro - Jandira - SP

COMUNICADO VIA VAREJO S/A. inscrita no CNPJ. 33.041.260/0284-17 e IE: 209.017.237.114 no end. Rua Batista de Carvalho, 4-51 - Bairro Centro - Bauri - SP

COMUNICADO VIAVAREJO S/A. inscrita no CNPJ. 33.041.260/0277-96 e IE: 103.599.767.110 no end. Rua Dr. Cícronato Pompeu, 194 - Bairro Lapa - São Paulo - SP

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021 O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OSASSO, torna público que no dia 20 de maio de 2021 às 10h00min, na Sala de Reunião do Instituto, localizada na Rua Avelino Lopes nº70 - Centro - Osasco/SP, nesta cidade, receberá Propostas e documentos de habilitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS ESTÂNCIA BALNEÁRIA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ATOS DA COORDENADORIA DE LICITAÇÕES - COLIC COMUNICADO A Comissão Supramunicipal, situada na Rua D. Pedro II, nº 25 - 4º andar - Centro - Santos/SP, comunica que TORNA SEM EFEITO a publicação do EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 016/2021-03, publicado no Jornal Folha de São Paulo em 04/05/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 093/2021 - Proc. Adm. nº. 317/2021 Objeto: Registro de Preços para fornecimento parcelado de CAPAS PARA VEDAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA, pelo período de 12 meses, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Banco KDB do Brasil S.A. Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 21 de Janeiro de 2021 Data: Hoje e Local: Aos 21 dias do mês de Janeiro de 2021, às 14h, na sede social do Banco KDB do Brasil S.A. (Companhia) localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.403, 19º andar, sala 102.

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPÓSOS ARMAZENS GERAIS DE SÃO PAULO AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2021 Processo: 087/2020 OBJETO: Aquisição de Materiais Siderúrgicos (chapas e alifas), através do Sistema de Registro de Preços, conforme quantidades e especificações constantes do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA UASG 225001.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO PREGÕES ELETRÔNICOS PE 2/2021 - REG 07/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - Abertura de Pregão: 18/05/2021 às 09h00h. PE 2/1/2021 - REG 06/06/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CURATIVOS DE FIBRAS GELIFICANTES, CURATIVOS PARA REGIO SACRAL MULTICAMADAS E CURATIVOS FLEXÍVEIS MULTICAMADAS - Abertura do Pregão: 18/05/2021 às 14h00 horas.

Tribunal de Justiça de Pernambuco Aviso de Licitação PE Nº 0087.2021.CPL.PE.050.TJPE - PROCESSO ADM SEI Nº 0008731-04.2021.8.17.0017 - OBJETO: Contratação de empresa, para prestação de serviços, de forma contínua, visando o apoio na fiscalização de contratos de licitação, a ser executado nas diversas unidades judiciais no âmbito de atuação do Pernambuco, na conformidade das especificações e exigências contidas no Termo de Referência e seus Anexos.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE BAHIA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, QUÍMICA E TECNOLOGIA EM SAÚDE - SAFTEC AVISO DE ABERTURA DISPENSA EMERGENCIAL A Coordenação de Compras do SAFTEC torna público que está aberto até dia 11/05/2021 o prazo para entrega de propostas, na 4ª Avenida nº 400, 2º andar, Pólo Anexo, CDB - Salvador-BA CEP 41145-005, bem como pelo endereço eletrônico saftec.compras@saude.ba.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS ESTÂNCIA BALNEÁRIA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ATOS DA COORDENADORIA DE LICITAÇÕES AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16.022/2021 (COM COTA DE AMPLA PARTICIPAÇÃO E COM COTA RESERVADA PARA MEEMP/COOP) Ach-se aberto na Secretaria Municipal de Gestão, o Pregão Eletrônico nº 16.022/2021 - Processo nº 10.068/2021-03, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de como plataforma, para serem utilizados nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDS e Secretaria Municipal de Saúde - SMS, conforme descrição constante no Anexo I - Termo de Referência, do Edital.

EDITAL DE 1ª e 2ª PUBLICAÇÕES DE ALIENACÃO FIDUCIÁRIA Nº 1000/2021 - 1ª PUBLICAÇÃO: 20/05/2021 às 13h30. ALEXANDRE TRAVASSOS, Interlocutor Oficial - end. Juazeiro nº 901 - Vila Militar - Curitiba - Paraná. CEP 81145-000. BORGES PAULISTA, São Paulo - SP 04071-010 - Edifício Berrini One, Avenida José Bonifácio, 100 - Jd. Berrini - São Paulo - SP 05508-000. BORGES PAULISTA, São Paulo - SP 04071-010 - Edifício Berrini One, Avenida José Bonifácio, 100 - Jd. Berrini - São Paulo - SP 05508-000.

AVISOS DE LICITAÇÕES LI SABESP MS 01245/21 - Fom. de Tubos de Pead, Edital completo disponível para "download" a partir de 06/05/21, no Site www.sabesp.com.br/fornecedores, mediante obtenção de senha no sistema "cadastre sua empresa". Informações: tel:(11) 5682-2655. Envio das propostas a partir da 00h00 de 19/05/21 até às 09h00h de 20/05/21, no site acima. Abertura das Propostas 20/05/21, às 09h31h,05/05/21, UN SU. LI SABESP RQ 01269/21 - Perfurção de Poço Tubo Profundo P3 no município de Altair. Edital completo disponível para download a partir de 05/05/21 - www.sabesp.com.br/fornecedores, mediante obtenção de senha no sistema "cadastre sua empresa". Informações: tel:(11) 5682-2655. Envio das Propostas a partir da 00h00 (zero hora) do dia 31/05/21 até às 09h00 do dia 01/06/21 no site acima para empresas que possuem senha de acesso eletrônico. Envio das Propostas a partir da 00h00 (zero hora) do dia 19/05/21 até às 09h00 do dia 20/05/21, no site da SABESP no Internet www.sabesp.com.br no acesso fornecedores - Abertura das Propostas: às 09h00 do dia 20/05/21. Credenciamento dos Representantes permanentemente aberto, através do site da Sabesp na Internet. O edital completo será disponibilizado a partir de 05/05/21, p/ consulta e download, no site da SABESP endereço acima. Problemas c/ site, contatar fone (11) 3388-6984 - SP. 05/05/21 - MM.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Asseguradora do Estado de Desenvolvimento Econômico/IGT torna público que realizará licitação na modalidade: Concorrência, referente à contratação de empresa para a prestação de serviço especializado para a elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do setor de exploração de minério de ferro no Estado de Minas Gerais. Processo de Compras nº 03/2021, Concorrência nº 03/2021, da 22/06/2020 às 30.09, data limite para protocolar os envelopes de habilitação, proposta técnica e comercial. Dia 23/06/2021, às 10.00h, data de abertura dos envelopes de habilitação. Os interessados poderão retirar o edital no site: www.compras.mg.gov.br. Btite: 03/03/2021.

semináriosfolha O Brasil precisa ser discutido. saúde tecnologia cultura economia meio ambiente e muito mais. Acesse o site folha.com/seminariosfolha

Corte no orçamento do MEC confirma descaso do governo com a Educação

Volume de recursos previsto para o ministério condiz com a gestão omissa de Milton Ribeiro

Em mais uma demonstração de pouco-caso com a Educação, o governo destinou no Orçamento deste ano apenas R\$ 8,9 bilhões para gastos discricionários do MEC, 60% menos que os R\$ 23,2 bilhões orçados em 2018, ano da eleição do presidente Jair Bolsonaro. É com esses recursos sem destino predefinido que o ministério faz política educacional. Na montagem final do Orçamento de 2021, ainda foram bloqueados R\$ 2,7 bilhões destinados ao ministério. Podem ou não ser liberados até o final do ano, a depender das condições fiscais. Os números da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, sugerem que o MEC, mesmo com o descontingenciamento desses recursos, terá dificuldades para enfrentar os problemas deste ano, semelhantes aos de 2020.

O corte significa, portanto, que a pasta se manterá inerte sob Milton Ribeiro, quarto ministro a ocupar o cargo na gestão Bolsonaro. Não se pode dizer que seja um acaso. Ribeiro tem se feito notar pela omissão.

No ano passado, nem sequer conseguiu gastar o dinheiro que tinha disponível (o MEC devolveu R\$ 1 bilhão ao Tesouro).

Ao mesmo tempo, Ribeiro continuou executando seu projeto de esvaziar o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ligado ao MEC, responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Em entrevista ao GLOBO, o ex-presidente do Inep Alexandre Lopes, demitido em fevereiro, relatou como Ribeiro foi “totalmente omissa” na organização do Enem do ano passado. No final do mês passado, sete ex-ministros da Educação — Tarso Genro, Fernando Haddad, Cid Gomes, José Henrique Paim, Aloizio Mercadante, Mendonça Filho e Rossieli Soares — alertaram que o Inep está “em perigo”.

O corte no orçamento do MEC também atinge as universidades públicas, cujos recursos serão 20% inferiores aos do ano passado. Voltarão ao pata-

mar de 2019, mesmo tendo havido aumento no número de matrículas. O resultado é, entre outros efeitos, a redução de bolsas que faculdades destinam a alunos carentes.

No ano passado, mesmo com a suspensão das aulas devido à pandemia, Ribeiro, empossado em julho, gastou apenas R\$ 574 milhões no apoio à infraestrutura para a educação básica, quase 70% abaixo do R\$ 1,8 bilhão despendido no ano anterior. Não foi dada no ministério a devida prioridade a projetos de inclusão digital de escolas e alunos, que o MEC pode apoiar com repasses para estados e municípios.

Na prática, sob Ribeiro, o MEC deverá continuar distante das dificuldades reais dos estudantes. A gestão dele confirma que, além do ativismo ideológico ditado por uma agenda de cunho religioso, a marca das administrações bolsonaristas no MEC tem sido pouca, se alguma, ação concreta no campo educacional — e um descaso ultrajante pela área mais importante para o futuro do Brasil.

DEPOIS DO PIX

TRANSFERÊNCIA POR WHATSAPP

Aplicativo inicia operações somente para pessoa física, em parceria com 9 bancos

CHRIS FALCUFFE (ILUSTRADO) / GETTY IMAGES



Novo serviço. O WhatsApp e seu controlador, o Facebook, asseguram que as transferências pelo app terão "várias camadas de segurança"

GABRIEL SHINOHARA,
JOÃO SORIMA NETO E BRUNO ROSA
economia@oglobo.com.br
BRASILIA, SÃO PAULO E BS

Depois da adesão em massa ao pagamento instantâneo por meio do Pix — cujo número de transações ultrapassou 390 milhões em março —, brasileiros poderão agora fazer transferências pelo WhatsApp. O aplicativo de mensagens anunciou que o serviço começou a ser disponibilizado ontem e deve chegar a todos os usuários de forma gradual nas próximas semanas. A plataforma afirmou que as operações terão "várias camadas de segurança".

A expectativa é que a nova funcionalidade impacte fortemente o segmento de meio de pagamentos, já que o WhatsApp tem cerca de 120 milhões de usuários no Brasil. O país só perde para a Índia, onde cerca de 400 milhões de pessoas usam a ferramenta. Segundo dados mais recentes do IBGE, referentes a 2018, 95,7% dos brasileiros com acesso à internet usam a rede para enviar mensagens por meio de aplicativos.

O serviço de pagamentos pelo aplicativo de mensagens foi autorizado pelo Banco Central em março, após dez meses de análise. Antes disso, a funcionalidade chegou a ser anunciada, mas foi suspensa em seguida pelo Banco Central e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) por preocupações com segurança e competitividade no setor.

EMPRESAS AINDA EM ANÁLISE

Por enquanto, somente as transferências entre pessoas físicas estarão disponíveis. Os pagamentos para empresas ainda estão sob análise do BC. O WhatsApp, que pertence ao Facebook, informou que continua trabalhando com a autoridade monetária para disponibilizar essa função.

Neste início de funcionamento, somente conseguirão usar o serviço os usuários que tenham cartões de débito ou pré-pagos de nove bancos: Banco do Brasil, Banco Inter, Bradesco, Itaú, Mercado Pago, Next, Nubank, Sicredi e Woop Sicredi, com as bandeiras Visa ou Mastercard.

Na prática, a novidade vai chegar com mais capilaridade do que o previsto inicialmente. Quando os primeiros detalhes do projeto surgiram, poucos bancos haviam firmado parceria. Um ano depois, a maior parte do

setor bancário está habilitada como parceira.

Bradesco, Itaú, Banco do Brasil e Mercado Pago informaram que seus clientes poderão efetuar transferências usando o WhatsApp nas próximas semanas. Cartões de crédito não estão habilitados.

Em um vídeo divulgado com o lançamento, o fundador e CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, disse que a função é segura e privada. Ele ressaltou que será possível usar as mesmas informações de pagamento do WhatsApp no Facebook e no Instagram:

— O serviço de pagamentos já está sendo disponível na última versão do WhatsApp. Enquanto começamos, se você já configurou seu serviço no WhatsApp,

você pode enviar um pagamento para seus amigos ou familiares para desbloquear esse serviço para eles. Você só precisa adicionar um cartão de um banco participante e configurar tudo rapidinho.

LIMITE DE ATÉ R\$1 MIL

O WhatsApp estabeleceu limites de valores e número de transações. Um usuário poderá enviar até R\$ 1 mil por transação e receber até 20 pagamentos por dia, com um limite de R\$ 5 mil no mês. Os bancos parceiros da empresa poderão estabelecer um limite menor, se for o caso. Para fazer transferências, é necessário ter um número de celular do Brasil. Só serão permitidas transações dentro do país e em reais.

As pessoas que já estão com o serviço ativo poderão convidar outros usuários para fazer pagamentos. Uma conta habilita o serviço em outra automaticamente ao enviar um valor. O pagamento aparecerá na conversa entre os dois.

De acordo com a empresa, os pagamentos funcionarão por meio do Facebook Pay e são protegidos por "várias camadas de segurança", como o PIN e a biometria, no caso de dispositivos compatíveis.

Em nota, a Visa ressaltou a segurança do processo e explicou que os pagamentos via WhatsApp serão protegidos por um identificador digital — o token. Já a Cielo, que vai operar os pagamentos, ressaltou que a iniciativa é inédita e que será possível fazer

transferências 24 horas por dia em todos os dias da semana, assim como o Pix.

No Bradesco, o serviço inicialmente estará disponível aos correntistas com cartão de débito Bradesco Visa, e a versão do aplicativo com o serviço será liberada nas próximas semanas. Segundo o banco, as transferências são seguras, pois contam com o PIN criado no momento do pagamento, que funciona como uma senha.

CAMPANHA DE ORIENTAÇÃO

O Itaú vai liberar a nova funcionalidade aos clientes pelo cartão de débito. O banco já preparou uma campanha de orientação aos correntistas e começará a enviar o convite para usar o recurso

nas próximas semanas.

No Mercado Pago, para usar a nova função, os 4 milhões de usuários devem vincular o cartão Mercado Pago Visa ao WhatsApp.

O Banco do Brasil também vai oferecer a transferência via WhatsApp. A função será disponibilizada gradualmente nas próximas semanas em todo o país. O serviço estará inicialmente habilitado para clientes com cartões Ourocard Visa múltiplos que tenham a função débito ativa.

Com mais de 10 milhões de clientes, o Banco Inter pretende, em dois meses, ampliar a gama de serviços por meio do WhatsApp. A ideia, em conversa com o Facebook, é permitir pagamentos com cartão de crédito, por exemplo.

— Temos hoje diversas opções, como Apple Pay, Google Pay, Samsung Pay e o Pix. O uso dessas soluções aumenta muito, pois o brasileiro é ávido por tecnologia. Em dois meses, vamos aumentar o volume de serviços via WhatsApp Pay — afirmou Ray Chaluh, diretor de Conta Digital e Meios de Pagamentos do Inter.

Cristina Junqueira, co-fundadora do Nubank, destacou que os cerca de 29,5 milhões dos clientes já são elegíveis a começar a usar o serviço do aplicativo. Ela espera que a adoção seja rápida. Em nota, ela disse que o banco digital "terá um papel determinante na popularização desse novo meio de pagamento".

BIOMETRIA E LOCALIZAÇÃO

As instituições financeiras destacam o uso de biometria, sistema de localização do usuário e a ativação da dupla autenticação no aplicativo como formas de aumentar a segurança. Mas as precauções ocorrem em um momento em que as tentativas de golpe aumentam no WhatsApp. Dados da Kaspersky, empresa de cibersegurança, apontam alta de 130% nas tentativas de fraude com envio de links, recebidos pelos usuários pelo aplicativo, desde o início da pandemia.

— Detectamos campanhas maliciosas no WhatsApp que chegam a bater 100 mil cliques em poucos minutos — afirma Fábio Assolini, analista sênior de segurança da Kaspersky. — O recurso de pagamento vai aumentar ainda mais o interesse dos hackers. Os golpistas estão salivando.

Os outros bancos não comentaram até o fechamento desta edição.

Guedes: PT ganhou eleições merecidamente após criar Bolsa Família

Ministro diz que auxílio emergencial tem que ser substituído por programa de renda fortalecido, mas sustentável

MANOEL VENTURA
E FERNANDA TRISOTTO
economia@b3b.oglobo.com.br
BRASÍLIA

No momento em que o governo é pressionado pelo Congresso a prorrogar o auxílio emergencial e ampliar o Bolsa Família, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o PT conseguiu vencer quatro eleições presidenciais seguidas porque fez um programa de transferência de renda aos mais pobres, citando o benefício.

— Ele (o PT) teve a belíssima iniciativa de fazer um programa de transferência de renda importante, ganhou quatro eleições seguidas merecidamente, porque fez a transferência de renda para os mais frágeis com um bom programa. Um programa

que envolvia poucos recursos e que tinha um altíssimo impacto social — disse o ministro, em audiência pública na Câmara.

Guedes foi perguntado por deputados da oposição sobre a redução no valor do auxílio emergencial, que já foi de R\$ 600 e caiu para uma média de R\$ 250 neste ano. Ele respondeu que o programa tem que ser adotado com responsabilidade com as contas públicas e disse que, por travas financeiras, os governos do PT deixaram o benefício médio do Bolsa Família na faixa de R\$ 170.

ACESSO COM 'VOUCHER'

O ministro disse que o auxílio emergencial tem que ser substituído por um programa de renda fortalecido, mas que seja sustentável.

Durante a audiência, ele voltou a explicar suas recentes declarações sobre saúde e acesso à educação superior. Afirmando ter sido malinterpretado, ressaltou a importância de parcerias com o setor privado e defendeu vouchers como forma de acesso a serviços privados:

— Se você quer o acesso (à educação superior) do mais frágil, que não teve um bom curso de formação básica, porque os melhores colégios também eram usados pela elite brasileira, você tem que dar um voucher.

Na semana passada, o ministro foi filmado numa reunião do governo dizendo que todos querem viver 100 anos, mas o Estado não tem como sustentar tal longevidade e contou a história do filho do porteiro de seu prédio que te-



Orçamento. "Não é a Economia que decide quanto vai para cada área, é a política", disse o ministro sobre os cortes

ria sido aprovado em universidade particular financiada pelo Fies mesmo tirando zero em uma prova.

'DÓLAR VAI COMEÇAR A CAIR'

Sobre o dólar, ele disse que o país vive uma fase "difícil e turbulenta", o que tem contribuído para a alta da moeda, mas ressaltou que a tendência é que o câmbio comece a cair no futuro. Segundo o ministro, o superávit da balança comercial vai facilitar a queda do dólar, ao deixar o país mais rico:

— Tem uma incerteza, o dólar sobe um pouco. Agora o superávit está muito forte, o dólar vai começar a cair, é

da vida isso aí.

Perguntado por deputados sobre cortes no Orçamento da Educação, Guedes defendeu que a verba do MEC está acima do mínimo previsto na Constituição. Também citou o aumento da complementação da União para o Fundeb (fundo da educação básica) de 10% para 23%. E afirmou que não é o Ministério da Economia quem faz os cortes:

— Não é a Economia que decide quanto vai para cada área, é a política.

Guedes negou ainda ter defendido impostos sobre livros, apesar de o texto da reforma tributária, enviada pelo gover-

no ao Congresso no ano passado, permitir a cobrança. Hoje, livros são isentos.

— Jamais tive um projeto de taxar livros. Vejo isso rodando: "O ministro quer taxar livros, o ministro quer taxar livros". Nunca usei essa expressão "taxar livros". Nunca fiz isso.

O ministro reconheceu já ter ouvido conselhos para deixar o cargo, mas afirmou que a sensação de missão, reconhecimento e obrigação o mantém "com muita resiliência":

— Não falta gente que diz: "Olha, sai logo, está cansado, está difícil, custo está alto. Governo não está bem". E não é o que eu vejo.

Votação que altera Orçamento é adiada

> Marcado para ser apreciado na sessão do Congresso de ontem, o projeto que faz parte do acordo entre parlamentares e governo para alterar o Orçamento teve a votação adiada. Após reunião de líderes, deputados e senadores não chegaram a um consenso sobre a votação e sobre os vetos que também estão na pauta.

> Os parlamentares devem se reunir amanhã para discutir o tema novamente, segundo o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), que também é relator do projeto.

> — Nós aguardaremos a efetivação do acordo para designação da sessão do Congresso que aprecia-

rará os vetos e o PLN (Projeto de Lei do Congresso Nacional) — anunciou o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco.

> O texto que seria votado ontem faz a recomposição de R\$ 19,8 bilhões que foram vetados do Orçamento pelo presidente Jair Bolsonaro. Esses recursos esta-

vam originalmente destinados ao pagamento de emendas parlamentares e despesas discricionárias — gastos livres, como investimento e custeio —, mas foram redirecionados para o cumprimento de gastos obrigatórios com Previdência e seguro-desemprego, além de subsídios para agricultura sustentável e o

Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

> Dos valores cortados, R\$ 10,5 bilhões iam para emendas e o restante estavam alocados em despesas discricionárias. O acordo ainda manteve a previsão de R\$ 18,5 bilhões em emendas parlamentares para 2021.

Lira extingue comissão da reforma tributária

Medida deve atrasar a tramitação da medida. Nos bastidores, equipe econômica vê chance de que projeto com o qual não concorda seja deixado de lado e discussão recomeça na Câmara dos Deputados

FERNANDA TRISOTTO
E GERALDA DOCA
economista@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Após a apresentação do relatório da reforma tributária de autoria do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), alegou um problema regimental e, na prática, anulou os trabalhos da comissão mista que analisou a proposta nos últimos meses. Nos bastidores, integrantes da equipe econômica, que não concordam com o parecer preparado por Ribeiro, afirmam que a medida praticamente enterra o projeto e abre espaço para recomeçar a discussão sobre o assunto.

Em pronunciamento à noite, Lira explicou que sua decisão foi tomada para evitar qualquer tipo de contestação judicial futura e resguardar a tramitação do projeto. Segundo ele, o colegiado ultrapassou o prazo máximo de sessões e, por isso, não tem mais validade. O parlamentar afirmou que, a partir de agora, poderá usar pontos do texto de Ribeiro, mas não garantiu que apro-

veitará a íntegra do parecer.

— O relatório final da reforma, sem dúvida, irá incorporar alguns pontos do relatório do Aguinaldo (Ribeiro). Vamos agora definir a melhor forma de fazer, no menor prazo, um relatório, um modelo de tramitação eficiente, para que possamos aprovar a reforma tributária possível no prazo mais rápido — afirmou o presidente da Câmara.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), defendeu a atuação da comissão mista, que, segundo ele, fez um longo trabalho de aprofundamento sobre a reforma tributária.

ENTRAVE REGIMENTAL

Diante do impasse, assessores do ministro da Economia, Paulo Guedes, esperam que a proposta seja deixada de lado. A base da proposta de emenda à Constituição (PEC) sugerida por Ribeiro é um texto apoiado pelo grupo político do ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ), que prevê a unificação de cinco impostos, incluindo ICMS



Nova etapa. Arthur Lira diz que caminho agora será a criação de uma comissão na Câmara para voltar a discutir o tema



“O relatório final da reforma, sem dúvida, irá incorporar alguns pontos do relatório do Aguinaldo (Ribeiro)”

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados

e ISS. Nos últimos dias, Ribeiro chegou a propor que essa fusão ocorra em fases, mas o projeto ainda enfrenta resistência da equipe econômica, que é favorável à aprovação apenas de um projeto para transformar PIS e Cofins em um tributo chamado Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Segundo Lira, o caminho para a proposta agora será a criação de uma comissão na

Câmara para voltar a discutir o tema. O parlamentar foi eleito presidente da Casa em fevereiro, com apoio do governo. Ele concorreu com Baleia Rossi (MDB-SP), aliado de Maia e autor da reforma que serve de base ao relatório de Ribeiro.

Técnicos do Congresso explicam que, regimentalmente, não há previsão para instalação de comissão mista para análise de propostas de emenda à Constituição

(PECs). O grupo foi formado após acordo entre Rodrigo Maia e o então presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). A ideia inicial era que as duas Casas consolidassem uma nova proposta.

UNIFICAÇÃO EM ETAPAS

O presidente da comissão mista, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), ressaltou o caráter político do grupo, uma vez que não há previsão regimental ou legal de se examinar uma PEC dessa maneira.

— Nós estamos aqui num ambiente político, mesmo não tendo previsão regimental, previsão legal, para conciliar as propostas da Câmara, do Senado e do governo — declarou.

Conforme antecipou o GLOBO, o relatório apresentado ontem por Ribeiro traz a unificação de cinco tributos em fases. A primeira unificaria tributos federais, nos moldes do que o governo propôs no ano passado em projeto de lei que não avançou no Congresso. A partir do terceiro ano, ICMS (estadual) e ISS (municipal) seriam incorporados ao novo tributo.

Bolsonaro sanciona antecipação do 13º para os aposentados

Beneficiários receberão primeira parcela no fim de maio e a segunda, em junho

DIMITRIUS DANTAS
dmitrius.dantas@sp.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro assinou ontem o decreto que antecipa o pagamento do 13º salário para aposentados e pensionistas

da Previdência Social. A medida será publicada hoje no Diário Oficial da União. Normalmente, o pagamento do 13º ocorre nos meses de agosto e novembro.

Segundo o decreto, o pagamento ocorrerá em duas

parcelas: a primeira será paga entre os dias 25 de maio e 8 de junho. A segunda será paga com os benefícios do mês de junho, entre 24 de junho e 8 de julho.

A antecipação do 13º para os aposentados faz parte do paco-

te de medidas do governo para mitigar os efeitos da pandemia e estimular a atividade econômica. Em 2020, também houve antecipação do pagamento: a primeira parcela foi paga em abril, e a segunda, em maio.

O objetivo do governo é aumentar a renda de aposentados e pensionistas para incentivar a movimentação da economia e favorecer a recuperação econômica. Em entrevista concedida no Palácio do Planalto, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reforçou que a recuperação da economia está

acontecendo “em V”, ou seja, recuperando-se rapidamente após forte queda.

A expectativa da equipe econômica é que sejam injetados R\$ 52,7 bilhões com a antecipação do abono. Os principais beneficiados são idosos, doentes ou pessoas com invalidez. O governo destacou que a medida não tem impacto orçamentário, uma vez que haverá somente antecipação do pagamento do benefício que estava previsto para o fim do ano.

A antecipação do 13º já era esperada há mais de um mês,

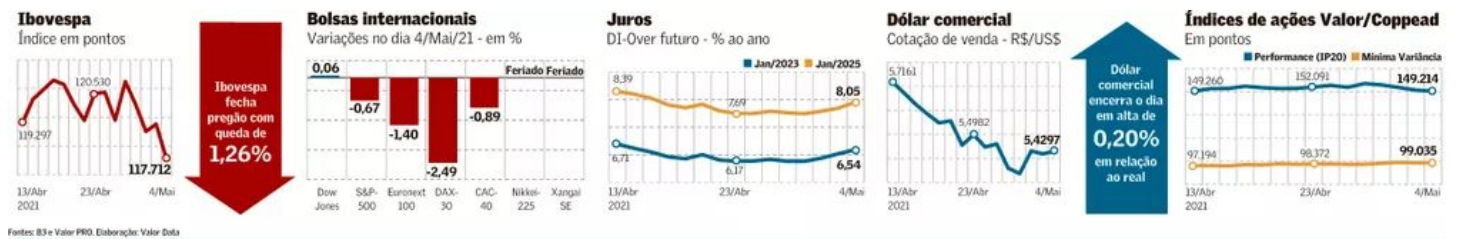
mas a medida atrasou em razão do imbróglio para a aprovação do Orçamento deste ano, já que, sem o texto aprovado no Congresso, o governo não tinha à disposição todos os recursos para a Previdência. Assim, não havia margem de manobra para fazer o adiamento. O governo ainda tenta recompor o volume de recursos necessário para cobrir essas obrigações por meio de um projeto de lei, que ainda precisa ser analisado pelo Congresso, mas a sanção do texto já foi suficiente para destravar a medida.

Risco fiscal volta a pesar no mercado

Ibovespa perde marca de 118 mil pontos com queda de bancos, exterior e incerteza local

Por Lucas Hirata, Victor Rezende, Marcelo Osakabe, Olívia Bulla e Felipe Saturnino — De São Paulo

05/05/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas



A combinação de um ambiente externo mais adverso para os ativos de risco e a incertezas sobre o rumo das contas públicas no Brasil penalizou os mercados

brasileiros na véspera da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que será anunciada hoje no fim da tarde.

O Ibovespa fechou em queda de 1,26%, aos 117.712 pontos, em um movimento liderado pelo setor bancário após uma certa frustração com o balanço trimestral do Itaú Unibanco. As ações preferenciais do banco caíram 4,27%, pesando sobre o desempenho dos pares. Bradesco PN caiu 3,03% e Santander Units perdeu -2,72%.

Já o dólar operou em alta durante quase todo o pregão e terminou com avanço de 0,20%, aos R\$ 5,4297, pressionado pela cautela no exterior e o andamento da CPI da covid, além da espera pela apresentação da reforma tributária, que ocorreu só no fim da tarde.

O gatilho inicial para a busca por proteção veio do exterior, com uma dura queda nas ações de tecnologia. Por trás desse movimento, está o fato de que as bolsas americanas já estão em suas máximas históricas e arriscam uma correção dado o cenário de aumento inflacionário no país e até discussões sobre uma futura desaceleração na oferta de estímulos monetários.

Por aqui, essa pressão se agravou com a preocupação sobre a situação fiscal. Sem um acordo entre os líderes do Congresso para votar os vetos presidenciais e o projeto de lei que abre crédito suplementar para recompor despesas cortadas no

Orçamento, o mercado voltou a exigir maior prêmio de risco dos ativos locais, principalmente dos juros de longo prazo.

Ontem, a taxa do DI para janeiro de 2027, por exemplo, subiu de 8,48% para 8,66%. Soma-se a todo esse contexto de incerteza, uma grande oferta de NTN-Bs, cujo aumento de taxas de juros se refletiu no mercado de DI.

“Há um fluxo de notícias pior por aqui, com a CPI da Pandemia entrevistando ex-ministros da Saúde e a falta de acordo para votar o projeto de recomposição de recursos ao Orçamento, que pressiona principalmente as taxas de maior prazo”, afirma Patricia Pereira, estrategista-chefe da MAG Investimentos. “O mercado olha para essa questão do Orçamento e vê potencial de mais risco fiscal. Há um temor de se mexer de novo nesse vespeiro, de alguma surpresa, como algum gasto extra-teto”, explica.

É justamente com esse pano de fundo que o Copom anuncia hoje sua decisão de política monetária, sob ampla expectativa de elevação da Selic de 2,75% para 3,50%. O que vem ganhando força nos últimos dias, porém, a aposta de que um tom mais duro será adotado pela autoridade monetária.

Mesmo com o alívio observado no mercado de câmbio desde a reunião de março do Copom, as expectativas de inflação do mercado continuaram a se deteriorar no período diante da alta nos preços de commodities. Vale observar que, no Boletim Focus, a mediana das estimativas dos economistas de mercado para a inflação em 2022 já supera o centro da meta, mesmo que marginalmente, e o viés é de alta, já que, considerando apenas os analistas que modificaram suas projeções na semana passada, o nível já está em 3,69%.

Da última reunião do Copom até agora, tanto o IPCA de março quanto o IPCA-15 de abril vieram abaixo do consenso do mercado. No entanto, os economistas da Bahia Asset Management apontam que “os sinais da desorganização setorial com estoques baixos continuam, de forma que acreditamos que boa parte dessa surpresa se deve à piora da pandemia e diminuição da mobilidade, mas é difícil conseguir separar os efeitos neste momento”.

No mercado, a leitura de pressões inflacionárias contínuas no curto prazo ganhou ainda mais força após a Aneel decidir implementar a bandeira vermelha em maio. Na segunda-feira, os juros futuros de curto prazo permaneceram em alta firme ao longo de todo o pregão, em um movimento que teve continuidade ontem. Após encerrar abril em 6,25%, a taxa do DI para janeiro de 2023 já está em 6,55% com apenas dois pregões no mês de maio.

Com a inflação mais pressionada e a possibilidade de as expectativas inflacionárias de médio prazo desancorarem, tem crescido no mercado a aposta de um Copom mais “hawkish”. Essa visão ganhou ainda mais fôlego diante da aposta de que o Copom pode retirar a indicação de que a normalização monetária em curso será parcial, e não completa. Os economistas do J.P. Morgan, do ASA Investments e do Itaú Unibanco são alguns dos que acreditam que o colegiado irá retirar essa menção no comunicado de hoje.

Além disso, no momento em que a curva de juros precifica uma Selic em torno de 6,25% no fim deste ano, diversas instituições também projetam que o juro básico pode encerrar 2021 em 6% ou mais. “A Selic terminal deve ser próxima a 6%. Consequentemente, não vemos um grande prêmio na curva de juros a partir de agora”, diz Denis Ferrari, gestor de juros e inflação da Kinea Investimentos em vídeo em que apresenta os resultados de abril.

Saiba Mais

[Qualidade do lucro do Itaú é questionada por analistas](#)

[XP dobra resultado e espera acelerar serviços bancários](#)

[Bradesco apresenta forte ganho no trimestre](#)

Conteúdo Publicitário

Lira dissolve comissão e reforma tributária tem destino incerto

Presidente da Câmara alegou que colegiado extrapolou prazos para apreciação de parecer apresentado ontem

Por Fabio Graner, Marcelo Ribeiro, Edna Simão e Renan Truffi — De Brasília

05/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Lira: presidente da Câmara alegou que Comissão Mista extrapolou prazos para apreciação de parecer apresentado ontem — Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Pouco mais de uma semana depois de ter pressionado o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) a apresentar o relatório da reforma tributária, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) surpreendeu o Congresso ontem ao definir que a comissão mista criada para tratar do tema seria extinta por ter excedido seu prazo.

A ação é vista como uma tentativa dele de controlar os rumos da reforma e fazer seu fatiamento, como defende o governo Bolsonaro, do qual é aliado. Fontes do Senado, apontam que, além disso, o gesto de Lira teria função de fustigar Ribeiro, um resquício das mágoas acumuladas na disputa da eleição à presidência da Câmara.

A notícia surgiu enquanto Ribeiro ainda lia o seu extenso relatório. Após o término da leitura do documento, parlamentares da comissão mista, que já até havia definido um calendário de próximos passos, posicionaram-se na direção contrária a Lira. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), também reagiu a Lira.

Ao **Valor**, Lira disse que a comissão mista está extinta não por uma decisão dele e sim do regimento da Casa. O parlamentar disse que a divulgação do calendário para apresentação de sugestões e de um relatório final no dia 11 de maio foram feitos sem se combinar com ele e outros políticos. “Eles não poderiam e não acertamos isso”, disse. Questionado se não bastaria assinar uma prorrogação de prazos, Lira afirmou apenas que o “prazo extrapolou muito” e não respondeu outras questões, sobre, por exemplo, como ficaria a situação do texto apresentado ontem.

O movimento do presidente da Câmara não foi bem recebido por boa parte dos congressistas e provocou reações. Rodrigo Pacheco, presidente do Congresso, divulgou um comunicado à imprensa defendendo a continuidade dos trabalhos. “A comissão mista fez um trabalho longo de aprofundamento sobre a reforma tributária. É razoável e inteligente darmos oportunidade de concluírem o trabalho, o que se efetiva com a apresentação do parecer pelo deputado Aguinaldo Ribeiro”, disse.

Vice-presidente da comissão mista, o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), foi mais incisivo afirmou que o trabalho do colegiado “não pode ser destruído, não pode ser jogado fora”. Segundo ele, a comissão mista foi criada após um acordo entre duas instituições com o objetivo de se ter um texto único da reforma tributário e acordos devem ser respeitados. “Se o deputado Lira não quer pela Câmara, a gente pode propor que o trabalho seja iniciado no Senado. Tenho certeza que o presidente do Senado [Pacheco] vai aceitar”.

O deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP) afirmou esperar que “problemas de comunicação” com Lira sejam resolvidos. “Quem está indo contra reforma está indo contra a pátria. O trabalho de Aguinaldo tem que ser respeitado”, disse.

O presidente da comissão, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que não tinha tratado diretamente do tema, após a reação dos colegas destacou o trabalho “político” do colegiado. “Estamos aqui para conciliar proposta. Combinamos no fim de 2019 de fazer comissão mista senadores e deputados”, comentou. Ele lembrou que o relatório era reivindicado pelo Senado e fez a concessão para que a Câmara tivesse o relator. “Queremos trazer luz para essa arena política. Chega de calor”, ressaltou, para em seguida ler a nota de Pacheco.

Após essas reações, Lira disse em entrevista coletiva que seu objetivo é preservar a tramitação da reforma no Congresso e que pontos do relatório de Ribeiro serão aproveitados. “Vamos fazer relatório e modelo eficiente para conseguir aprovação no prazo mais rápido. Não é conveniente que após a leitura do relatório, esse parecer voltasse a uma comissão que não existe. Com esse cuidado, trouxemos o texto para a Câmara para estabelecer uma saída rápida com segurança jurídica”, disse. Lira disse ter um parecer mostrando que a comissão deveria ser extinta.

Aguinaldo Ribeiro, que passou a tarde lendo seu relatório, não se manifestou sobre os movimentos de Lira. Na véspera, ele e Roberto Rocha haviam se encontrado com Pacheco para discutir o relatório e o cronograma da comissão, encontro do qual Lira não participou. Na manhã de ontem, fontes informam que o relator conversou com Lira, que não teria dado nenhuma indicação sobre o movimento que alguns têm interpretado como retorno à estaca zero.

Na comissão, Ribeiro apresentou um documento de mais de 100 páginas que sugere uma ampla mudança na tributação de consumo no Brasil. Rejeitando a tese do fatiamento, ele apresentou um programa a ser implantado em fases, em um prazo de seis anos.

Na primeira etapa, o texto coloca para funcionar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituiria PIS e Cofins. Dois anos depois, os tributos estaduais e municipais, ICMS e ISS, entrariam em cena, fundindo-se com a CBS e criando o

Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que terá quatro anos para fazer a transição completa em relação aos atuais tributos.

No sexto ano, também seria extinto o IPI, que dará lugar a um “Imposto Seletivo”, que incidiria sobre produtos com “externalidades negativas” (jargão econômico para produto que faz mal). O texto não prevê as alíquotas para nenhum dos novos tributos, embora indique que a CBS deverá ser menor que os 12% propostos pelo governo federal em sua proposta. Essa e outras definições regulatórias serão feitas por lei complementar.

No comando constitucional proposto por Ribeiro está definido que o IBS será cobrado no destino, ou seja, onde o produto é consumido. Além disso, o cálculo do imposto será por fora, ou seja, excluindo tributos de sua própria base de cálculo, já seguindo decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o ICMS não compor a base de cálculo do PIS/Cofins.

Se a comissão continuar seus trabalhos, os deputados e senadores que a compõem devem apresentar suas sugestões até sexta-feira. Entre 8 e 10 de maio, o relator as analisará e submeterá relatório final à deliberação do colegiado, ainda que na prática essa aprovação seja um gesto político e a decisão que importa é sobre como será dada sequência a ela na Câmara ou no Senado.

Na leitura de seu texto, Ribeiro afirmou que o momento de dificuldade do país é oportunidade para se modificar estruturalmente o sistema tributário brasileiro. “É necessário que nós defendamos juntos uma reforma ampla e estrutural e uma reforma que possa atacar os principais problemas”, disse propôs, em seu parecer, um imposto não cumulativo que seja simples. O relatório estabelece ainda que a desoneração da cesta básica será transformada em um mecanismo de devolução do imposto pago a famílias de baixa renda.

Conteúdo Publicitário

Governador de MG diz que Bolsonaro confundiu a população na pandemia

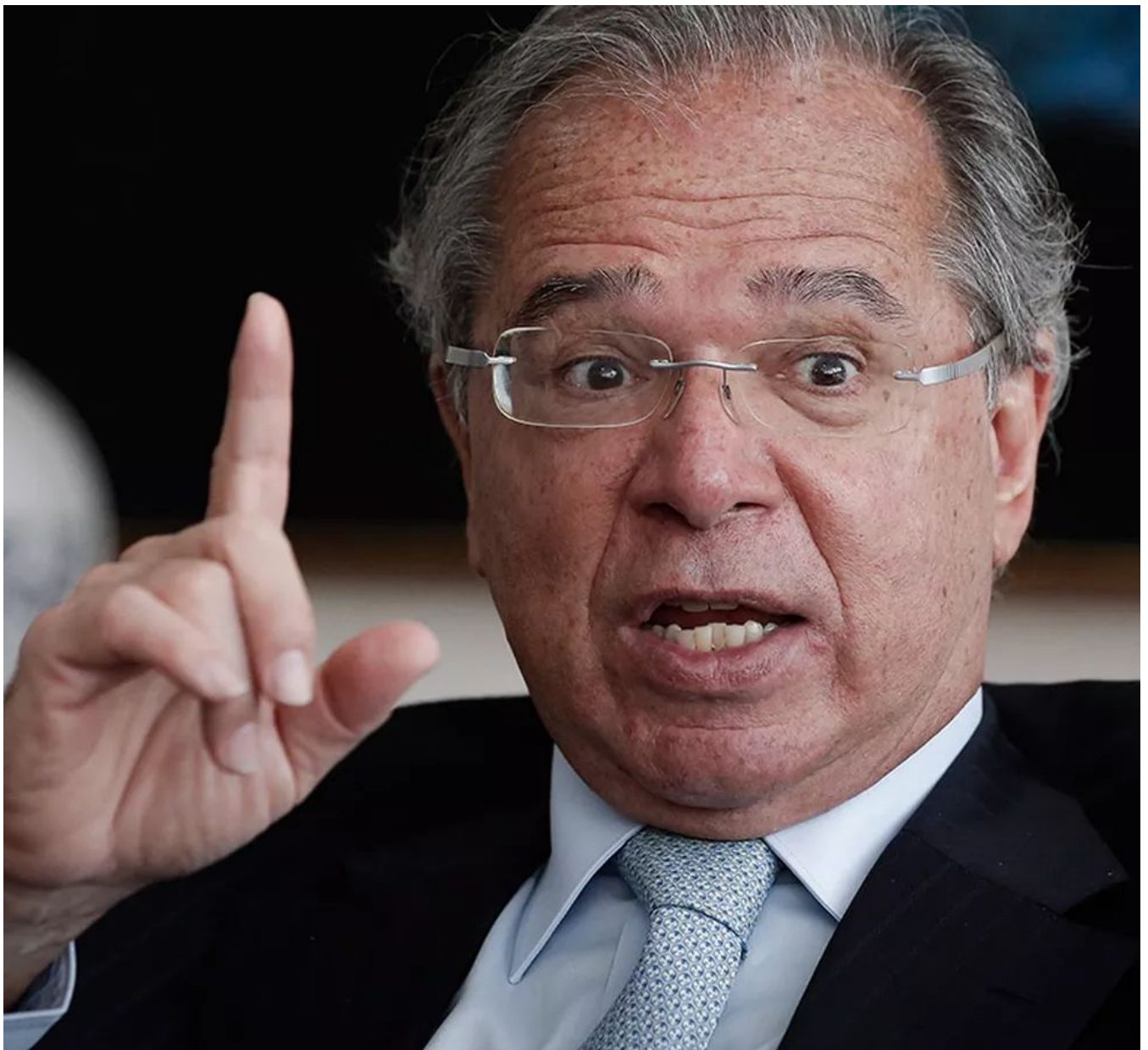
VALOR INVESTE

Guedes admite atraso no Pronampe e promete auxílio a informais ‘em breve’

Apesar da demora, programa está pronto para ser lançado “a qualquer momento”, diz ministro

Por Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro — De Brasília

05/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



A reedição do Pronampe está atrasada, admitiu ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes, em reunião na Câmara dos Deputados. Mas o programa está pronto e deve sair “a qualquer momento”, afirmou. O governo também trabalha para lançar “brevemente” o Bônus de Inclusão Produtiva (BIP), focado nos trabalhadores informais.

O ministro falou por mais de cinco horas em uma reunião conjunta de quatro comissões da Câmara, na mesma hora em que o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta depunha na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia. Para Guedes, a CPI pode levar o setor público a desacelerar as ações contra a covid-19.

Na audiência, ele foi cobrado pela reedição de medidas de combate à pandemia e passou boa parte do tempo dando explicações sobre declarações polêmicas, como sobre as pessoas desejarem viver mais de cem anos, os chineses terem “inventado” o novo coronavírus e o Fies ter beneficiado o filho do seu porteiro, que teria zerado a prova. O ministro foi fortemente criticado por deputados da oposição, mas não se irritou.

O maior desafio do governo é lidar com os “invisíveis”, ou seja, os trabalhadores informais, afirmou Guedes. O BIP será focado nos chamados “nem-nem”, jovens que não estudam nem trabalham. Ele ainda convidou os deputados a formularem, junto com o governo, um plano para erradicar a miséria em quatro a cinco anos. O plano é distribuir para a população mais pobre parte dos recursos obtidos com privatizações e com dividendos das empresas estatais.

Ele reforçou que o auxílio emergencial deverá ser substituído por um Bolsa Família reforçado e que programas de transferência de renda precisam ser feitos com base em financiamentos sustentáveis. Ele elogiou o programa criado pelo PT.

Sobre a CPI da Pandemia, Guedes disse ter receio de que a instalação de um “tribunal de guerra” neste momento afete o combate à doença. “É claro que queremos saber quem errou e quem não errou”, disse. Mas, em guerras, só depois que o combate termina é que as medalhas são distribuídas e o “tribunal” é criado, acrescentou. Ele disse ainda que “ninguém para no meio da guerra para prender um general, um sargento que atuou errado”.

Para Guedes, com as investigações, os gestores podem se tornar mais cautelosos em liberar recursos. “O que vai acontecer é que, de repente, um prefeito fica com medo de soltar um dinheiro porque pode ser preso amanhã. Então, agora, vai querer mais burocracia, uma garantia do Ministério da Saúde. Aí o Ministério da

Saúde também não pode mandar vacina sem um documento muito bem explicadinho, porque senão vai ser processado na CPI”, exemplificou.

E as falhas podem não estar somente no governo federal. “Vai aparecer de tudo”, disse o ministro, referindo-se ao uso, por Estados e municípios, de recursos da saúde para pagar outras despesas. “Vamos ver, de repente, recurso que foi para fornecedor, para pagamento de 13º salário, para aumento de salário, em vez de ir para a saúde”, afirmou.

Segundo Guedes, no ano passado, enquanto pensava em saúde, havia gente pensando em eleições. Governadores, apoiados pelo então presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pressionavam por repasses de R\$ 200 bilhões, disse.

A fala sobre a guerra com os Estados foi dada em um contexto que explicava outra declaração polêmica, feita em abril de 2020, sobre colocar uma “granada no bolso do inimigo”. No caso, a granada eram as travas para evitar que o dinheiro para saúde fosse gasto com reajustes salariais. “Eu estava defendendo a União, as gerações futuras, os contribuintes”, disse.

O ministro admitiu que às vezes fala “besteira”, mas que suas falas são tiradas de contexto e usadas para atacá-lo. “É tudo deformado, a política está cegando as pessoas”, reclamou. Em várias ocasiões já lhe recomendaram que deixe o governo, mas ele não concorda. “Posso cair, posso ser derrubado, pode acontecer qualquer coisa, mas enquanto estiver aqui tenho que ter responsabilidade com o melhor resultado possível”, afirmou.

Conteúdo Publicitário

Volta e meia solto expressão infeliz, mas que é tirada de contexto, diz Guedes

VALOR INVESTE

Bolsonaro é criticado por ‘gestão criminosa’ da pandemia no Parlamento Europeu

VALOR INVESTE

Renault Kwid elétrico é tão lento que não consegue ser multado por radares em estradas

Corte valida PIS e Cofins sobre royalties de cooperativa

1ª Turma do STJ entendeu que esses valores deveriam ser considerados como faturamento

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

05/05/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que é devida a cobrança de PIS e Cofins sobre royalties recebidos por uma cooperativa agrícola. Os ministros entenderam que esses valores deveriam ser considerados como faturamento. A decisão foi unânime.

O tema foi julgado em um recurso proposto pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para reformar decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, com sede em Porto Alegre. Além de considerar a incidência de PIS e Cofins

sobre os royalties, a segunda instância determinou à União a restituição dos tributos recolhidos entre maio de 2002 a julho de 2004.

No recurso, a Fazenda Nacional defende que, sendo os royalties a remuneração da atividade principal da Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola (Coodetec), devem ser enquadrados no conceito de faturamento, mesmo sem o alargamento do conceito determinado pela Lei nº 9.718, de 1998.

O parágrafo 1º do artigo 3º da lei estabelecia que receita bruta é a “totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica”, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas. O dispositivo foi revogado pela Lei nº 11.941, de 2009. Mas, mesmo sem o alargamento, a tributação seria devida, segundo a PGFN.

No STJ, o julgamento estava suspenso por um pedido de vista desde março. Naquela ocasião, só o relator, ministro Benedito Gonçalves, votou, a favor da Fazenda (REsp 1520184). O julgamento foi retomado ontem com o voto do ministro Gurgel de Faria, que seguiu o relator.

De acordo com o ministro, embora não se negue que a cooperativa faça pesquisas na área agropecuária, os royalties que vêm da tecnologia desenvolvida têm relação direta com o objeto social da cooperativa, não configurando receitas não operacionais.

“Não há como entender que esses valores não devem ser oferecidos à tributação da contribuição ao PIS e à Cofins porque integram o conceito de faturamento”, afirmou. Os demais ministros também seguiram o voto do relator.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Suplemento Alimentar Pantogar Neo com 60 Cápsulas Biolab 60 Cápsulas

R\$ 90,99

DROGASIL

Go !

LINK PATROCINADO

Sérum Facial Vichy Normaderm Phytosolution com 50ml 50ml

R\$ 176,99

DROGASIL

Go !

LINK PATROCINADO

Depois que descobri isso nunca mais gastei com pedicure

PORTAL G3

LINK PATROCINADO

Ainda fazendo a barba assim? Conheça a novidade que chocou os barbeiros de Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Cortina De Varão Voil Com Forro Micro Fibra 3,00 X 2,80 Ilhós Cromado

R\$ 124,20

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Mitsubishi Pajero Sport - 4 you 4 Life

Conteúdo Publicitário

Governador de MG diz que Bolsonaro confundiu a população na pandemia

VALOR INVESTE

Volta e meia solto expressão infeliz, mas que é tirada de contexto, diz Guedes

VALOR INVESTE

Renault Kwid elétrico é tão lento que não consegue ser multado por radares em estradas

Escritórios fazem suas apostas para caso ICMS

Em bolões e enquetes, tributaristas abordam modulação e imposto a ser excluído do PIS/Cofins

Por Joice Bacelo, Adriana Aguiar e Beatriz Olivon — Do Rio, São Paulo e Brasília

05/05/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Rafael Vega: qualquer decisão contra os contribuintes prejudicará concorrência — Foto: Silvia Zamboni/Valor

O Supremo Tribunal Federal (STF) pode decidir entre hoje e amanhã sobre a chamada “tese do século” e o clima, nos escritórios de advocacia, é de fim de campeonato - com direito a bolões e enquetes para tentar adivinhar o resultado. Não é para menos. São mais de duas décadas de espera.

A exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins começou a ser discutida no STF no ano de 1998 e é, atualmente, um dos temas mais valiosos em tramitação. É pouco provável que exista um tributarista no país que não precise prestar contas desse caso aos seus clientes.

No escritório Cascione, por exemplo, o tema é prioridade para 60% deles. Se levar em conta aqueles que têm interesse, podem ser impactados de forma indireta pela tese, o índice sobe para 80%.

A variação é praticamente a mesma no escritório Mattos Filho, um dos maiores do país. “Quase cem por cento dos nossos clientes têm interesse nesse julgamento”, diz a advogada Glaucia Lauletta Frascino, sócia da banca. “Estamos todos muito atentos e vamos acompanhar em tempo real.”

A última vez que os ministros levaram esse caso a plenário foi em março de 2017. Eles decidiram que o imposto, por não se caracterizar receita ou faturamento - a base de incidência do PIS e da Cofins -, deveria ser excluído do cálculo das contribuições.

Essa decisão provocou uma redução dos valores a pagar ao governo federal e gerou, além disso, um acúmulo de créditos fiscais decorrentes do que as empresas pagaram a mais no passado. A União fala em R\$ 258,3 bilhões em perdas. E tenta reduzir essa conta.

Os ministros podem analisar entre hoje e amanhã o recurso que foi apresentado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) lá no ano de 2017 - e até agora pendente de julgamento. Eles vão se manifestar sobre a chamada modulação de efeitos. Se a medida for aplicada, a União não precisará devolver às empresas o que pagaram a mais em tributos no passado.

Está em jogo, ainda, o ICMS que deve ser retirado do cálculo: se o que consta na nota fiscal ou o efetivamente recolhido aos Estados, geralmente com valor menor e que faria menos diferença no cálculo do PIS e da Cofins.

O advogado Matheus Bueno de Oliveira, sócio do Bueno & Castro Tax Lawyers, percebe um clima de torcidas com o julgamento. Ele participa de grupos de whatsapp com outros tributaristas e diz que os sentimentos estão aflorados. "Acho que os administradores dos grupos vão começar a proibir discussão sobre essa tese, como acontece com religião e política", fala em tom de brincadeira.

Ele fez uma espécie de "bolão" no LinkedIn, sem prêmios ou valores envolvidos, para que as pessoas pudessem participar anonimamente e dar a sua opinião sobre o desfecho do caso no STF.

Mais de 200 pessoas já participaram. Em torno de 75% acha que vai ter modulação dos efeitos - favorecendo, a depender do modelo adotado, a União - e que os ministros vão decidir pelo ICMS que consta na nota fiscal, o que aliviaria a vida do contribuinte.

Os tributaristas do Cascione fizeram a brincadeira entre eles. Cada um colocou no papel o que acha que vai acontecer. Primeiro: os ministros vão modificar a decisão de 2017? Segundo: haverá modulação de efeitos? Se sim, usando qual data de corte? São várias as possibilidades: a do julgamento do mérito, 9 de março de 2017; a da publicação da ata do julgamento, dia 17 do mesmo mês e ano; da publicação do acórdão, em 2 de outubro de 2017; ou a data do julgamento dos embargos de declaração, como pede a União.

Essa data é importante. Quanto mais para frente, pior para o contribuinte. Há preocupação do mercado, além disso, se os ministros vão preservar aqueles que têm ações sobre o tema em andamento em uma eventual modulação de efeitos.

A PGFN, em ofício enviado ao STF, afirma que se todas as ações ajuizadas forem resguardadas, a modulação de efeitos “estará praticamente esvaziada”. Isso em razão da quantidade de processos que existe sobre o tema. São mais de 56 mil, sendo que 78% deles foram ajuizados a partir do ano de 2017.

O terceiro item do “bolão” trata do ICMS que deve ser retirado do cálculo do PIS e da Cofins: o que consta na nota fiscal, o recolhido ou os ministros não vão se manifestar? “Essa discussão representa uma parcela substancial da discussão”, destaca o advogado Luca Salvoni, sócio do escritório.

Rafael Vega, que também atua na banca, afirma que “qualquer decisão contra os contribuintes, seja pelo ICMS retirado do cálculo, seja pela modulação, vai se refletir em um descompasso concorrencial tributário sem precedentes”. Ele diz isso em razão da quantidade de ações já encerradas na Justiça. Comparando empresas de um mesmo setor com decisões diferentes, uma teria mais vantagem que a outra no mercado.

Existe uma ansiedade muito grande por parte das empresas com esse julgamento, afirma Daniella Zagari, sócia do escritório Machado Meyer. Para responder às mensagens dos clientes em tempo real, o escritório teve que aumentar a equipe que vai acompanhar a sessão no STF. “Temos clientes em todas as situações”, diz Cristiane Romano, sócia do mesmo escritório.

O escritório Trench Rossi Watanabe, segundo o sócio Rafael Gregorin, já agendou reuniões com os clientes a partir de quinta-feira para explicar os efeitos em cada caso específico, por causa das variáveis envolvidas nesse julgamento. “Apesar de ser um leading case que vai afetar todo mundo, cada caso tem as suas peculiaridades.”

No FAS Advogados, tanto a área de consultoria tributária quanto de contencioso estarão mobilizadas para acompanhar o julgamento, segundo Leo Lopes. A área de contencioso, mais focada nos processos e na recuperação de créditos. E a consultoria, para tratar dos reconhecimentos em balanços e demonstrações financeiras.

Lives e reuniões com os clientes já estão agendadas. “Tirando algumas discussões sobre ágio e planejamento tributário, esse é o tema que envolve maiores valores.”